



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL CAMPUS
ERECHIM/RS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIA HUMANAS (MESTRADO)
CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS**

LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA

**DEPRESSÃO E SUICÍDIO MASCULINO NA PERSPECTIVA DA
AUTODETERMINAÇÃO E DAS MASCULINIDADES GAÚCHAS**

ERECHIM, 2023

LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA

**DEPRESSÃO E SUICÍDIO MASCULINO NA PERSPECTIVA DA
AUTODETERMINAÇÃO E DAS MASCULINIDADES GAÚCHAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obter o título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Santos Araújo.

ERECHIM, 2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul -UFFS

Oliveira, Luiz Carlos Dias Lima de
DEPRESSÃO E SUICÍDIO MASCULINO NA PERSPECTIVA DA
AUTODETERMINAÇÃO E DAS MASCULINIDADES GAÚCHAS / Luiz
Carlos Dias Lima de Oliveira. -- 2023.
158 f.

Orientador: Dr Jeferson Santos Araújo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2023.

1. Depressão. 2. Pertencimento. 3. Suicídio. 4.
Masculinidade. 5. Autodeterminação. I. Araújo, Jeferson
Santos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA

**DEPRESSÃO E SUICÍDIO MASCULINO NA PERSPECTIVA DA
AUTODETERMINAÇÃO E DAS MASCULINIDADES GAÚCHAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS) como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre Interdisciplinar em Ciências
Humanas

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeferson Santos Araújo.– UFFS
Orientador

Prof. Alexandre Paulo Loro – UFFS
Avaliador

Prof. Dr. Luís Augusto de Carvalho Mendes - UFPB
Avaliador

RESUMO

Na perspectiva da Autodeterminação, as motivações são consideradas expressão, emoção, significação, interpretação, relação ou regulação de uma troca, pois elas se alteram conforme o público e os contextos. Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa que utilizou a teoria da Autodeterminação para entender as necessidades psicológicas básicas e os princípios das motivações intrínseca e extrínseca, bem como das causas do desenvolvimento da depressão e da ideação suicida em homens gaúchos, especialmente de uma população específica de homens pacientes de uma comunidade terapêutica localizada em Passo Fundo/RS. Participaram da pesquisa 20 homens que foram entrevistados por livre e espontânea vontade. Os dados foram coletados usando um roteiro com questões norteadoras, priorizando a segurança dos participantes. Dessa forma, as narrativas foram analisadas por meio da análise temática indutiva sugerida por Braun e Clarke (2006), o que se refere a um grau de respostas ou sentidos, explícito ou implícito, normatizado e relevante no agrupamento de informações que englobam essas respostas em temáticas. A falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas de pertencimento ficou evidenciada, quando relatado isolamento quando tinham ideações de suicídio, e que todo esse processo negativo ocorre com o isolamento social, num distanciamento da família e dos amigos. A falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas da competência é um fator crucial a ser observado na prevenção da depressão e na eventual ideação de suicídio, tornando a teoria da autodeterminação importantíssima e mais da metade dos participantes, evidenciaram uma incapacidade pessoal de lidar com as suas emoções básicas como a tristeza. Na narrativa dos entrevistados, observou-se a falta de uma autonomia, que lhe possibilitasse identificar a solução de seus problemas e as alternativas de escolha, não conseguindo visualizar outras opções senão de ser punido, na ausência do autoperdão, do amor próprio e do instinto de preservação da vida. Além disso, quase todos os participantes deixaram evidenciada uma desmotivação provocada externamente, que contribuiu para se instalar o estado depressivo.

Palavras-chaves: Depressão; Pertencimento; Competência; Autonomia; Suicídio; Masculinidade; Autodeterminação.

ABSTRACT

From the perspective of Self-Determination, motivations are considered expression, emotion, signification, interpretation, relationship or regulation of an exchange, as they change according to the audience and contexts. In this work, a qualitative research was developed that used the theory of Self-Determination to understand the basic psychological needs and the principles of intrinsic and extrinsic motivations, as well as the causes of the development of depression and suicidal ideation in men from Rio Grande do Sul, especially from a specific population of male patients from a therapeutic community located in Passo Fundo/RS. A total of 20 men participated in the study, who were interviewed of their own free will. Data were collected using a script with guiding questions, prioritizing the safety of the participants. Thus, the narratives were analyzed through the inductive thematic analysis suggested by Braun and Clarke (2006), which refers to a degree of responses or meanings, explicit or implicit, normalized and relevant in the grouping of information that encompasses these responses into themes. The lack of satisfaction of the basic psychological needs of belonging was evidenced when isolation was reported when they had suicidal ideations, and that this whole negative process occurs with social isolation, in a distance from family and friends. The lack of satisfaction of the basic psychological needs of competence is a crucial factor to be observed in the prevention of depression and the eventual ideation of suicide, making the theory of self-determination very important and more than half of the participants evidenced a personal inability to deal with their basic emotions such as sadness. In the narrative of the interviewees, it was observed the lack of autonomy that would enable them to identify the solution to their problems and the alternatives of choice, not being able to visualize other options than being punished, in the absence of self-forgiveness, self-love and the instinct to preserve life. In addition, almost all participants showed an externally induced lack of motivation, which contributed to the onset of depression.

Keywords: Depression; Belonging; Competence; Autonomy; Suicide; Masculinity; Self-determination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Continuum da Autodeterminação.....	44
Figura 2: Senso de Pertencimento.....	60
Figura 3: Senso de Competência.....	71
Figura 4: Autonomia Percebida	78
Figura 5: Falta de Autodeterminação, o suicídio e a depressão.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	109
---------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Americana de Psiquiatria
CAPS-II	Centro de Atendimento Psicossocial II
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CF	Componente Físico
CM	Componente Mental
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-governamental
PNAISH	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
QVRS	Qualidade de Vida Relacionada à Saúde
TAD	Teoria da Autodeterminação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PROBLEMÁTICA	11
3. REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1. Motivações Extrínsecas: Sofrimento Social e Vulnerabilidades	14
3.2. Desamparo Aprendido, Depressão e Suicídio.	17
3.3. Cognitivismo Social, Agência, Autoeficácia e Motivação.....	23
3.4 Motivação Intrínseca, Bem-estar e a Teoria da Autodeterminação.....	25
3.4.1. Motivo e Ação.....	25
3.4.2. Teoria da Pirâmide das Necessidades Básicas.....	28
3.4.3. Uma Nova Divisão das Categorias Motivacionais.....	30
3.4.4. A Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG e a Inversão da Pirâmide de Maslow	31
3.4.5. A Autodeterminação (SDT) e o bem-estar Subjetivo	33
3.5. A SDT Aplicada à Depressão e ao Suicídio	39
3.5.1. A Teoria da Autodeterminação.....	39
3.5.1.1. Pertencimento, Resiliência e Redes de Apoio	42
3.5.1.1.1. Redes de Apoio Familiar	45
3.5.1.1.2. Rede de Apoio Social como Fator de Proteção.....	49
3.5.1.1.3. Religião como Apoio	51
3.5.1.1.4. Networking	53
3.5.1.1.5. Rede de Apoio Comunitária e Resiliência.....	55
3.5.1.1.6. O Senso de Pertencimento.....	57
3.5.1.2. Necessidade Básica da Competência	59
3.5.1.2.1. Inteligência Emocional	59

3.5.1.2.2. Competência Emocional.....	66
3.5.1.2.3. A teoria das inteligências múltiplas.....	67
3.5.1.2.4. A Competência Percebida	69
3.5.1.2.5. As habilidades ou competências sociais	72
3.5.1.3. A Necessidade Psicológica Básica da Autonomia.....	73
3.5.1.3.1. A autonomia como uma capacidade.....	74
3.5.1.3.2. A Autonomia Percebida	75
3.5.1.4. A SDT e seus Três Aspectos	77
3.5.1.5. A SDT aplicada à Depressão e ao Suicídio	80
3.6. A depressão como sintoma social	86
3.7. Masculinidades Gaúchas, Depressão e Suicídio	87
4. METODOLOGIA	101
4.1. Desenho da Pesquisa	101
4.2. Participantes	101
4.3. Critérios de Inclusão e de Exclusão.....	101
4.3.1. Critérios de Inclusão	101
4.3.2. Critérios de exclusão.....	101
4.4. Coleta de Dados.....	101
4.4.1. Entrevista Semiestruturada	103
4.4.2. Local da Pesquisa.....	104
4.5. Procedimentos na Análise de Dados.....;	104
4.6. Aspectos Éticos.....	105
5. RESULTADOS	106
5.1. Características Sociais e Clínicas dos Pacientes.....	106
5.2. Análise dos Dados da Pesquisa	106
5.2.1. Fatores Autodeterminantes Depressão e Suicídio.....	106
5.2.1.1. Fatores Autodeterminantes para a Depressão.....	107
5.2.1.1.1. Fatores Intrínsecos da Depressão.....	107

5.2.1.1.1. Falta de Satisfação NPB de Pertencimento.....	107
5.2.1.1.2. Falta de Satisfação NPB de Competência	108
5.2.1.1.3. Falta de Satisfação NPB de Autonomia	108
5.2.1.2. Fatores Extrínsecos da Depressão.	109
5.2.1.2. Fatores Autodeterminantes do Suicídio.....	110
5.2.1.2.1. Fatores Intrínsecos do Suicídio.....	110
5.2.1.2.1.1. Falta de NPB Pertencimento	110
5.2.1.2.1.2. Falta de Satisfação NPB de Competência	111
5.2.1.2.1.3. Falta de Satisfação NPB de Autonomia	112
5.2.1.2.2. Fatores Extrínsecos do Suicídio.....	113
5.3. DISCUSSÃO.....	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6. REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	153
ANEXOS.....	157

1. INTRODUÇÃO

Sou psicólogo e iniciei minha formação em psicologia social em Porto Alegre, no Centro Universitário Metodista – IPA (sou gaúcho, nascido na região Noroeste do estado, em Maximiliano de Almeida) e terminei a graduação no Nordeste do país, no Centro Universitário Maurício de Nassau, em João Pessoa/PB, em Psicologia Clínica.

Posteriormente, na especialização em Saúde Pública, Saúde Mental e Dependência Química, na Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, em Recife/PE, ficou patente a ocorrência do suicídio indireto pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, grave problema de saúde pública em todo o mundo.

Desde a graduação pude perceber que a depressão e a ideação suicida estão muito presentes na rotina dos atendimentos, pois já nos estágios profissionalizantes podem ocorrer atendimentos de pessoas que trazem consigo tais mazelas. Além disso, tive a experiência de voluntariado e coordenação de uma Organização não-governamental (ONG) voltada para o atendimento através de plantão telefônico para acolhimento e escuta empática, destinado às pessoas que têm ideação suicida.

Dessa forma, busquei investigar a depressão e o suicídio, e seu entendimento na perspectiva da teoria da autodeterminação e da satisfação das necessidades psicológicas básicas, desenvolvendo o pensamento crítico-reflexivo para a competência das práticas de cuidado; na redução da mortalidade e ampliar a expectativa de vida dessa camada da população.

Da mesma forma, a abordagem das masculinidades na área da Saúde Pública, Psicologia, Sociologia e da Antropologia neste trabalho consiste em um debate direcionado à saúde do homem, em especial para depressão e suicídio.

Este trabalho começa expondo a problemática, as justificativas e os objetivos. Em seguida é feita uma revisão da literatura abrangendo o sofrimento do ponto de vista social, o desamparo aprendido, a visão comportamental do sujeito e a filosofia eudaimônica, a qual está vinculada à Teoria da Autodeterminação.

Posteriormente, distinguindo o significado da revisão bibliográfica com o desenho metodológico da pesquisa, que consiste em definir a lógica subjacente na organização e análise da investigação e as fases metodológicas a serem adotadas, como: a Teoria da Autodeterminação aplicada à depressão e à ideação de suicídio, assim como a cultura e as masculinidades gaúchas implicadas nessa questão. Por fim, descrevemos a forma de coleta de dados e o local da pesquisa, concluindo com os resultados obtidos.

2. PROBLEMÁTICA

No contexto atual, em sua pesquisa, Franck (2020) aponta que no ano de 2018 para 2019, o índice médio anual de suicídios no Rio Grande do Sul foi de 11,8 casos por 100 mil habitantes, com o acréscimo de 13,3%. Verificou-se a preponderância do sexo masculino, com índice de 79,8%, da raça branca com índice de 90,5%, do mecanismo sendo o enforcamento com 73,0% dos casos e da frequência de 26,3% com depressão, segundo Franck (2020).

A pesquisa também traz que o álcool foi identificado em 28,7% das amostragens examinadas, associadas à ausência de medicamentos, aos adultos, ao período da noite, aos finais de semana, à presença de antecedentes criminais e à presença de substâncias ilícitas. identificou-se também a presença de fármacos em 29,8% dos casos, que apresentou associação ao outono-inverno. Franck (2020).

Diante desta temática e de todo o cenário epidemiológico apresentado, buscou-se descobrir quais os fatores motivadores para desenvolver depressão ou ideação suicida em homens gaúchos. A motivação apresentada é questão norteadora, a qual guiou a condução de todos os passos operacionais deste estudo, abordando uma população específica de 20 homens de uma comunidade terapêutica, localizada em Passo Fundo/RS.

O sujeito se caracteriza como componente de uma família ou de um grupo social em que partilha sentidos, e quando tenta suicídio introduz o discurso do sofrimento da crise suicida na história da sua família.

O entendimento de estar passando por uma crise desencadeia um sofrimento no sujeito, como consequência de diferentes falas sociais, concebidas na interação. Esse sofrimento de crise tende a modificar a tonicidade das conexões emocionais na família e dela com a sociedade, reduzindo a habilidade em diferenciar experiências, ideias, pessoas e territórios de forma recíproca. Famílias colocadas no cenário da crise suicida têm necessidade de apoio para que possam reorganizar-se como uma estratégia de auxílio e amparo (KRÜGER; WERLANG, 2010), corroborando a significância da pesquisa, que busca colaborar com a expansão do entendimento acerca desse fato para programar intervenções terapêuticas e práticas preventivas eficazes.

Portanto, as repercussões do suicídio entre as famílias, os amigos e na comunidade são avassaladoras e de grande abrangência, embora também possamos reflexionar em relação às repercussões que a família pode desencadear nas atitudes suicidas (OMS, 2014). Presume-se que em condutas suicidas ocorram interferências nos

relacionamentos com familiares, amigos e demais indivíduos com os quais a pessoa com ideação suicida tenha relações afetivas significativas, de modo que a boa vinculação familiar exerce a função de proteger contra a conduta suicida, enquanto vinculações familiares hostis e funcionamento familiar problemático são possíveis componentes de risco (OLIVEIRA, et al., 2019; OMS, 2014; CASSORLA, 1992).

Na contemporaneidade, a delimitação das masculinidades e o entendimento hegemônico impeliram as ciências sociais a focarem na busca pela compreensão do homem na condição de um ser cultural, munido de sentimentos de agência que lhe permite sentir-se atuando, coordenando suas condutas e não somente como um ser instintivo, retratado pela concepção da biologia.

Essa particularidade, segundo Anderson (2018), inovou as pesquisas em relação às masculinidades e aos homens, propiciou um contexto gradativamente mais enriquecido de conhecimentos, provocando interesses e estimulando transformações político-sociais.

É fato que o gaúcho contemporâneo revive os fundamentos de suas tradições e da história de sua formação cultural, resultando em uma essência ideológica afetada por reminiscências significativas para a formação e a conservação da identidade, necessitando preservar suas tradições.

A cultura gaúcha envolve intensas implicações no que se refere ao evento da morte. Ademais, o homem gaúcho raramente reconhece que o suicídio pode ser provocado por transtornos mentais e em função disso não procura a ajuda apropriada.

Contudo, pretende-se investigar os atributos das masculinidades, bem como a depressão e o suicídio, e seu entendimento na perspectiva da Teoria da Autodeterminação e da satisfação das necessidades psicológicas básicas, desenvolvendo o pensamento crítico-reflexivo para a competência das práticas de cuidado, buscando reduzir a mortalidade e ampliar a expectativa de vida dessa camada da população.

Este trabalho tem como objetivo geral interpretar, na perspectiva da Autodeterminação e das Masculinidades Gaúchas, o desenvolvimento de depressão ou ideação suicida em homens.

E como objetivos específicos: identificar os fatores autodeterminantes para depressão ou ideação suicida entre os homens; descrever as emoções masculinas correlacionadas a estes fatores e interpretar, com base na Autodeterminação, como esses fatores influenciam no desenvolvimento da depressão ou da ideação suicida.

Da mesma forma, utilizando a abordagem das masculinidades na área da Saúde Pública, Psicologia, Sociologia e da Antropologia neste trabalho consiste num debate direcionado à saúde do homem, em especial no tocante à depressão e ao suicídio.

Diante dessa temática e de todo o cenário epidemiológico apresentado, buscou-se descobrir quais os fatores motivadores para desenvolver depressão ou ideação suicida em homens gaúchos, trazendo o seguinte questionamento: - “Quais são os fatores motivadores da depressão ou ideação de suicídio em homens, na perspectiva da Autodeterminação e das Masculinidades Gaúchas ?”

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Motivações Extrínsecas: Sofrimento Social e Vulnerabilidades.

A concepção acerca da vulnerabilidade social apresentada neste estudo tangencia as relatadas pelos autores Gama et al. (2014), as quais retratam a incapacidade do sujeito em reagir ao meio para atender às contingências do cotidiano, expondo-se, seguidamente, a experiências de efeitos negativos devido à inexistência de perspectiva ou de importância (Gama et al., 2014).

Silva et al. (2021) comentam sobre as várias formas de vulnerabilidade:

“São vários os domínios que sofrem interferência da pobreza e quando falamos de pobreza (...) estamos retratando sobre a vulnerabilidade social (...). O ambiente físico (falta de saneamento, superlotação, poluição, preocupações com segurança, falta de apoio comunitário e transporte); a saúde (má nutrição na gravidez, limitado acesso a serviços de saúde); o bem-estar emocional (estresse, baixa autoestima, problemas de saúde mental); a educação (desenvolvimento cognitivo e acadêmico, habilidades sociais); a produtividade (formação profissional, oportunidades de emprego) e a interação familiar (interação entre pais e filhos, conflitos conjugais motivados por dinheiro, impacto sobre a rotina, papéis, comportamento). Outras situações, tais como, fome, dor, trauma, distúrbio, violência doméstica, estresse pós-traumático, humilhação, vergonha e falta de reconhecimento vividos por categorias subalternizadas, também caracterizam sofrimento social e acarretam no agravamento da saúde mental” (SILVA et al., 2021, P.140).

Como descrito acima por Silva et al. (2021), ocorrem distintas condições que interferem na vulnerabilidade, pois é um estado que não depende somente do sujeito, mas das suas vinculações com agenciadores externos intrincados, tais como: relações afetivas, de estudo, de renda, trabalho, instituições religiosas, família, etc.

Já Sánchez e Bertolozzi (2007) conceituam a vulnerabilidade social como enfraquecimento dos agrupamentos sociais, a discriminação ou a exclusão e ainda a capacidade de reagir a isso tudo (Sánchez e Bertolozzi, 2007).

Por conseguinte, ao designar o sujeito como vulnerável, este estudo refere-se aos sujeitos expostos a negativas situações sociais, que abrangem: marginalização, situação de rua e pobreza, que demandam atividades de motivadores externos, como, por exemplo, as políticas governamentais direcionadas para os atendimentos clínicos.

A pesquisa de Karl Peltzer (2004) referiu que uma estrutura social está diretamente relacionada a uma ação comportamental saudável e, ao contrário, associada a sintomatologias depressivas ou ao estresse (Peltzer, 2004). Seguindo esse mesmo ponto de vista, Helen Margaret Stallman (2010), psicóloga clínica e educadora australiana, menciona a relevância dos vínculos inter-relacionais na compreensão do bem-estar psicológico do sujeito.

Petersen et al. (2010) buscaram compreender de que maneira aspectos específicos dos sujeitos e a sua competência para enfrentar as diversas necessidades e de sua conexão com diferentes formas de suporte serão importantes para o desempenho e a adaptação na sociedade.

A propósito, a compreensão do sofrimento foi expressa por diversos pesquisadores da clássica sociologia como: Marx, Weber, Engels, Durkheim. Contudo, geralmente mantido somente como instigação, como influência em suas pesquisas e não como um parâmetro por si só. Entretanto, o sofrimento social, do ponto de vista de pesquisadores modernos, procura expandir tais formulações, encarando-o na qualidade de enfermidade das sociedades modernas.

Assim sendo, embora a temática do sofrimento seja compreendida frequentemente abrangendo constituintes de dor física, a maior parte dos pesquisadores que abordam esse assunto concordam que o sofrimento consiste em algo muito mais além do que isso (WILKINSON, 2005).

Wilkinson (2005) comenta que os indivíduos padecem no momento em que ocorrem situações de desprovido material, com a permanência da discrepância social e com a ausência da liberdade em quaisquer dos seus modos e manifestações. Para ele, o sofrimento estaria evidente nos sentimentos ligados a depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse, e ainda a perda de sentimentos e a isolamento social (WILKINSON, 2005).

Não obstante, o sofrimento, que é um tipo de sensação subjetiva e psicológica, vem sendo definido em contraposição à dor, que é uma resposta fisiológica. O sofrimento tem sido retratado no decorrer dos tempos em várias estruturas sociais, mas foi na modernidade que conseguiu influenciar os sujeitos quando principiaram alguns eventos que denunciaram a condição de operários nos espaços de trabalho.

Segundo Bourdieu (1997), a maior parte dos dispositivos sociais e econômicos que estão na gênese dos mais horríveis sofrimentos dificilmente podem ser remodelados ou suspensos. Para ele, o contexto social é fechado e tormentoso, intrincado e ocasionador de quadros de insucesso, pobreza e miséria; o contexto social seria, então, visto como perverso com todas as pessoas que não conhecem as normas de conduta. Desse modo, seria cruel com todas as pessoas que se movimentaram tardiamente, que não se dedicaram a compreender o espaço que ocupam, porquanto o lugar dos vencedores é afunilado, cerrado, encontrando-se sob sentinela e demandando sacrifícios das pessoas que desejam estar naquela posição. A meio desses sacrifícios, defronta-se, além de tudo, com o risco de autoextermínio (Bourdieu, 1997).

Bourdieu (1997) enfatiza que, eventualmente, o contexto social transforma-se e com ele, os discursos das diferenças e violências, os quais assumem delineamentos intrincados e complexos para serem contornados, perfilando lugares de exclusão e impactando o destino dos indivíduos em qualquer uma das suas dimensões. Cita ainda que o sofrimento vai obtendo o formato dos arcaísmos sociais violentos, propulsores da vulnerabilidade em qualquer uma das suas dimensões; aos propulsores da vulnerabilidade, no que diz respeito aos sujeitos por ela impactados, incluem-se as repercussões com relação a todas as pessoas que aparentaram ter sido preservadas, pois a vulnerabilidade em nenhum momento se deixa obliterar, ela está vigente em cada um dos instantes, em todas as mentes (Bourdieu, 1997).

Além disso, Mendes e Werlang (2013) aduzem:

“Como visto, a sociedade hodierna possui em seu cerne cariz destrutivo, notadamente no que condiz aos processos, de aniquilamento das condições em que a vida é capaz de se reproduzir. E neste contexto que se pode refletir sobre sofrimento social. O conceito de sofrimento social designa uma imbricação complexa do psíquico e do social, do biográfico e do contextual, do estrutural e do circunstancial. E somente à luz dessa imbricação que a ideia de fatores sociais do sofrimento ganha sentido. Haveria, assim, um *continuum* entre um sofrimento patógeno e um sofrimento de caráter patológico, vinculados a questão da precariedade exacerbada presente no social

contemporâneo. Importante destacar que o sofrimento é, de fato, parte constituinte da existência humana, todavia, hoje em dia, seus contornos têm impedido de viver e, ademais, de agir contra tudo aquilo que desmantela a vida. O sofrimento tem vindo acompanhado de um retraimento das relações sociais e de uma falta de perspectivas acerca do futuro” (MENDES e WERLANG, 2013, P.131).

Todavia, Soulet (2009) afirma que tal conjuntura ocasiona consequências, pois a contemporaneidade foi ao âmago do sujeito dizendo: você é responsável, livre e autônomo; porém, simultaneamente, remove os suportes sociais e os mecanismos de estruturação do próprio sujeito. Constitui-se, então, um cenário de uma vulnerabilidade específica, atinente à respectiva conjuntura social. Conforme o autor, o sofrimento social provém dessa condição contraditória, decorrente de uma autonomia imposta ao sujeito, sem sustentações socialmente à disposição; as manifestações de sofrimento social se constituem na resultante do nosso contexto social, não interessando se os modos extremos de sofrimento social, tal como o suicídio, são expressados e se intensificam num conduzir-se em relação ao mundo, no íntimo da família ou no ambiente de trabalho (Soulet, 2009).

Assim sendo, a gênese do sofrimento social estaria estruturada num contexto social específico, o qual originaria enfermidades sociais peculiares, desenvolvidas nos sujeitos. Apesar de opinião sua singular, Soulet (2009) seguiu outros pesquisadores no que concerne ao sistema de desagregação social, que está em andamento e que se configura por estar concentrada no sujeito e, concomitantemente, não valida os mecanismos de constituição e suporte desses sujeitos na conjuntura social (Soulet, 2009).

Já Stéphane (2007) salienta que a origem do sofrimento social seria o resultado de uma circunstância construída pela imposição insensata de uma autonomia obrigatória sem a sustentação social à disposição, sem proteções sociais, instituições reguladoras coletivas de trabalho, que amenizariam os resultados negativos dessa autonomia responsável. Apesar das diversas perspectivas a respeito do sofrimento social, o autor afirma que o núcleo do debate se concentra no ponto de vista de que está em andamento uma decomposição dos vínculos sociais, um sistema de vulnerabilidade das vinculações sociais que gera o sofrimento (Stéphane, 2007).

Logo, consoante Stéphane (2007), o sofrimento procederá exatamente do sistema de vulnerabilidade, especialmente no que concerne ao assunto da empregabilidade. Para ele, o desemprego ocasionaria um sentimento de degradação

porque o sofrimento colocaria um espaço significativo entre as normas sociais que o sustenta e a autopercepção, aflorando sentimentos de inutilidade, relegação, negação, ausência de reconhecimento e dor (Stéphane, 2007).

3.2. Desamparo Aprendido, Depressão e Suicídio

O Desamparo Aprendido consiste na intervenção de uma experiência ocorrida anteriormente em situações aversivas incontroláveis, nas aprendizagens futuras, momento em que as situações poderiam ser controláveis. Essas influências das intervenções ocorrem quando o sujeito, ao passar pelas experiências com situações incontroláveis, compreendem que não existe relação do que fazem com as repercussões ambientais de algo que ocorreu anteriormente (CAPELARI e HUNZIKER, 2005).

Conforme estudos conduzidos por Aaron Temkin Beck, a matriz cognitiva foi construída originalmente para compreender a depressão e os processamentos psicológicos que estão envolvidos, com o objetivo de comprovar a hipótese freudiana da depressão como sendo uma hostilidade reprimida e retro refletida (Beck, 1997).

Porém, Beck acabou propondo que alguns sintomas da depressão seriam elucidados somente pelos padrões cognitivos, como as interpretações tendenciosas dos eventos conferidas aos estímulos das conceituações negativas sobre o futuro, sobre si mesmo e sobre o mundo pessoal, a tríade cognitiva, fundamentado em pesquisas clínicas e estudos sistemáticos (Beck, 1997).

Beck continuou seu questionamento quanto ao método terapêutico e ao modelo inconsciente de motivações da psicanálise, particularmente quanto ao fato de que a psicanálise desconsidera os fatores cognitivos, conceitualizações motivacionais e afetivas como causadores dos transtornos emocionais, como foi constatado em seus achados acerca da depressão. A premissa de vulnerabilidade à depressão de Beck foi burilada propondo que as crenças propiciam, primeiramente, disfunções autonômicas ou sociotrópicas²⁴ (Beck, 1997).

Embora não pretendesse delinear um modelo-padrão para a depressão, Martin Seligman (1975) observou em sua pesquisa uma série de comportamentos semelhantes aos de um sujeito deprimido. Do mesmo modo, no padrão de desamparo aprendido, o sujeito deprimido passa por um aprendizado que faz com que ele acredite que os seus comportamentos não produzirão nenhuma consequência e por esse motivo não os realiza. Nesse caso, as alterações no ambiente conduzem o sujeito a demonstrar uma reduzida sequência de comportamentos reativos, particularmente sobre aqueles que causariam reforçadores (Seligman, 1975).

Quando em desamparo, o sujeito pode não encontrar o reforçamento com respostas que anteriormente geravam tais reforços comportamentais e, portanto, realiza poucos comportamentos, sucedendo na diminuição de reforçadores.

O entendimento da depressão na direção desse paradigma traz a compreensão de que não seria somente na inexistência de reforçadores que consistiria a origem da depressão, mas sim na incapacidade de antever esses reforçadores e a falta de controlabilidade. Portanto, a pesquisa do desamparo aprendido iniciou com a teoria e a metodologia referencial da análise funcional comportamental, a qual investiga as vinculações entre contextos do ambiente (S) e do organismo (R). Os pressupostos operantes são definidos pela exequibilidade da ocorrência dos estímulos (S), posteriormente à emissão de um grupo de respostas específica (R), isto é, (S/R).

A depressão, segundo Beck (1976), é um distúrbio do humor que se distingue pela tristeza e pela ausência de entusiasmo nas tarefas que antes eram prazerosas, seguidas normalmente de um imenso derrotismo e perspectivas negativas sobre si mesmo. Para o autor, o sujeito deprimido pode expressar pouca energia, participa de menos incumbências e não se acha muito produtor, podendo cursar com modificações do sono e do apetite e redução da libido. Outras peculiaridades distintas da depressão, conforme esse autor, são o pensamento negativo, abrangendo expectativas no que se refere ao insucesso pessoal, ausência de esperança e sensações de perda (Beck (1976).

Além disso, a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013) define que, das doenças psicológicas, a depressão é classificada entre os transtornos do humor, que podem variar de grau leve a moderado ou grave. Traz como aspectos clínicos da depressão a demora e a redução de processamento do pensamento, morosidade e decréscimo da espontaneidade da conduta, declínio das relações sociais. E mais: os transtornos depressivos estão inseridos nos transtornos de humor, desmembrados em cinco categorias ou tipos de manifestação: episódio maníaco, transtorno afetivo bipolar, episódios depressivos, transtornos do humor persistentes e outros transtornos do humor, conforme o Código Internacional de Doenças (CID-10, 1993).

Não obstante esses aspectos gerais trazidos pela APA, é necessário ponderar que o vocábulo depressão abarca diversos distúrbios, que se diferenciam pela severidade, pela quantidade de sintomas depressivos, duração, e presença ou ausência de variações com ciclos de euforia.

Contudo, determinados tipos de depressão configuram meramente sintomas ou sinais depressivos, enquanto em distintas ocorrências caracterizam o distúrbio depressivo clínico, costumeiramente demarcado pelo atendimento aos critérios para definir Episódio

Depressivo Maior (APA, 2013), pois a depressão sucede da correlação de um amplo conjunto de aspectos sociais, psicossociais e biológicos. Para Paykel (1994), as tribulações infantis, por abuso sexual, emocional ou físico, assim como fatos danosos ao longo da existência, podem ser aspectos significativos de vulnerabilidade para doença mental. Já as informações, conforme o autor, indicam que a depressão se desenrola no panorama não unicamente de estressores, como de tensões mais agudas e de condições reduzidas para enfrentá-las e ausência de amparo social (Paykel, 1994).

No entanto, os homens são menos propensos a reconhecer doenças do que as mulheres; além disso, a depressão masculina está associada ao uso de álcool, drogas e cardiopatias (APA, 2013).

Sintomas da depressão, conforme Rabinowitz e Cochran, (2008), podem ocorrer em homens e mulheres, embora cada um possa vivenciá-la de maneira distinta e encontrar estratégias diversas de coping; entretanto, tendo em vista que a depressão é um transtorno do humor que acomete os sentimentos e comportamentos do indivíduo, muitas vezes os homens têm dificuldade em procurar ajuda e admitir sintomas depressivos. Os autores ainda dizem que cerca de sete por cento da população masculina dos Estados Unidos é afetada pela depressão, o que equivale a mais de seis milhões de homens (Rabinowitz e Cochran, 2008).

Acerca desse assunto, Cochran e Rabinowitz (2000) comentam:

“Os médicos que atendem homens em ambientes de assistência à saúde muitas vezes se deparam com a difícil tarefa de tentar avaliar e tratar a depressão em seus pacientes. Proibições culturais contra a exibição de tristeza, medo e ansiedade têm sido freqüentemente descritos como motivos pelos quais os homens podem ser menos propensos a mostrar sua angústia no ambiente social e mais propensos a comunicar seus sintomas depressivos de maneira não óbvia ou mascarada” (Cochran & Rabinowitz, 2000, p.10).

Esses autores ressaltam ainda que, em quadros de depressão, ao invés de sentimentos de tristeza, desânimo, baixa autoestima e culpa, alguns homens podem apresentar fadiga, irritabilidade, perda de interesse pelo trabalho e distúrbios do sono; além do mais, muitos passam a ter atitudes e comportamentos que os colocam em situação de risco, como o uso de álcool ou de drogas, condutas agressivas, promiscuidade, conflito no trabalho e na família, dentre outros.

Ademais, em determinados graus a depressão pode tornar-se incapacitante, o que consiste numa das mais importantes causas de busca de atendimento psicológico; apesar disso, acredita-se que alguns deles padeçam silenciosamente, sem buscar alguma espécie de socorro (CAMPOS; GONÇALVES, 2009).

Mais ainda: os quadros depressivos podem ser extremamente incapacitantes, convertendo-se eventualmente em condutas suicidas. A depressão compreende o quarto motivo de incapacidade, inferindo-se que em 2020 atingisse a segunda posição (MURRAY; LOPEZ, 1997). Os sintomas e sinais depressivos danificam sobremaneira a existência dos sujeitos, particularmente as vinculações sociais; eles aparecem comumente relacionados a condutas de risco de atos suicidas (NEMEROFF et al., 2001).

Não raramente, algumas pesquisas apresentam conexões relevantes entre depressão e as condutas suicidas. A proporção de sujeitos que denotam ideação suicida e sintomas de depressão é demasiadamente considerável, em virtude de que, conforme intensifica-se a gravidade de sintomas depressivos, também se intensificam as ideações suicidas (ARRIA et al., 2009; GARLOW et al., 2008).

Verifica-se, igualmente, que os indivíduos com grau elevado de depressão alcançam péssimos indicadores, em quaisquer das esferas, de contentamento com a sua vida (ARSLAN et al., 2009). Além do mais, os sujeitos que demonstram graus maiores de desesperança correm o risco de passar por alguma situação de ansiedade e risco maior de conduta suicida (BEAUTRAIS, 2003).

Portanto, a relação entre a depressão e o suicídio não é casual, pois dentre os riscos mais relacionados aos estados depressivos estão as frequentes tentativas de suicídio, acentuando-se quando se apresenta de modo mais intenso a perspectiva negativa em relação ao futuro e que pode levar à consumação do suicídio (BORGES; WERLANG, 2006).

Ao longo do tempo observou-se que jovens com depressão apresentam a possibilidade nove vezes maior de ter pensamentos suicidas do que outros sem depressão, e que jovens com desesperança demonstram uma possibilidade sete vezes maior de ter ideações de suicídio do que outros que não demonstram aquele sentimento (BORGES e WERLANG, 2006).

Considerando a ligação entre desesperança e depressão, em que o sujeito em dado instante apresente ambas as circunstâncias, ele tem maior possibilidade de ter graves ideias de suicídio, e também de suicidar-se, independentemente da gravidade dos sintomas (ARRIA et al., 2009).

Borges e Werlang (2006) relatam:

“Uma vez que indivíduos que chegam a consumir o suicídio não podem ser tratados, considerável empenho tem sido realizado no sentido de identificar fatores de risco para tal comportamento. Assim, as investigações têm possibilitado estabelecer que, entre os fatores que contribuem para o comportamento suicida, têm um peso primordial os comprometimentos psicológicos. Dentre eles, a depressão é a que com mais frequência se associa ao suicídio, seja como diagnóstico e/ou como sintoma” (BORGES e WERLANG, 2006, p50).

Porém, a depressão não gera por si só a ideação de suicídio, porque em algumas situações ocorrem variáveis que cooperam de modo relevante para que o sujeito tenha pensamentos ou ideias suicidas. Arria et al. (2009) mencionam que somente 40% dos sujeitos com ideias suicidas se aproximavam dos critérios básicos para terem diagnóstico de depressão; nos sujeitos com grau inferior de depressão, os preditivos básicos da ideação de suicídio eram a ausência de apoio social e a instabilidade emocional (Arria et al. (2009).

Nesse sentido, pesquisas sobre depressão apontam sua estreita ligação com o suicídio. Dados preocupantes, segundo Almeida et al. (2010), comprovam a importância de ser observada a depressão em homens, apesar dos poucos diagnósticos, porque alguns homens, quando procuram ajuda, mencionam principalmente aspectos físicos, uma vez que a depressão é percebida no universo masculino com muito preconceito, prejudicando o diagnóstico (Almeida, et al., 2010).

Além disso, Ribeiro et al. (2006) lembram que os dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) mostram que o uso abusivo de álcool e drogas ocorre mais em homens do que em mulheres, exigindo mais estudos que analisem o uso dessas substâncias como sintoma “mascarado” da depressão em homens e porque é comum a coexistência dessa condição (Ribeiro et al., 2006).

No Rio Grande do Sul ocorrem altos índices de depressão e suicídio, como já visto, decorrentes de vários fatores psicobiológicos e influências da cultura, da história da região e da manutenção de hábitos e posturas diante da vida. A masculinidade hegemônica ainda se destaca na cultura gaúcha: apesar de alguns indícios de uma

masculinidade positiva despontando, ainda existem alguns tabus acerca da depressão como sendo fraqueza e do ato suicida como sendo um ato de coragem.

3.3. Cognitivism Social, Agência, Autoeficácia e Motivação.

Para a maior parte das pessoas, o meio ambiente é somente uma possibilidade, com exequibilidade e obstáculos, muito além de parâmetros punitivos e reforçadores. O meio ambiente inexistente até ser escolhido e acionado por atos pertinentes. Quando isso se estabelece, o meio ambiente é selecionado.

Assim sendo, a parcela do meio ambiente que poderá passar a ser o meio que a pessoa experiencia efetivamente dependerá do que os indivíduos produzem e dele escolhem. Sendo oferecido um meio ambiente potencialmente igual, pessoas com um grande significado de eficácia se centram nas possibilidades que este pode proporcionar, enquanto a autoeficácia é reduzida, com riscos e problemas (KRUEGER e DICKSON, 1993).

Partindo desse pressuposto, Bandura (2008) comenta:

“O funcionamento humano está enraizado em sistemas sociais. Portanto, a agência pessoal opera dentro de uma ampla rede de influências socioestruturais. Nessas transações agênticas, as pessoas criam sistemas sociais para organizar, guiar e regular as atividades humanas. As práticas dos sistemas sociais, por sua vez, impõem limitações e proporcionam recursos e estruturas de oportunidade para o desenvolvimento e o funcionamento pessoais. Como decorrência dessa bidirecionalidade dinâmica de influências, a teoria social cognitiva rejeita o dualismo entre a agência pessoal e uma estrutura social desconectada da atividade humana” (BANDURA, 2008, P.18).

A crença do sujeito sobre sua eficácia, sejam elas pessoais ou coletivas, realiza uma função que influencia o modo como se originam, desenvolvem e como são estruturados os contextos da existência, forjando as veredas que direcionam e aquilo em que se convertem.

Bandura (2008) comenta sobre as crenças:

“Já revisamos pesquisas que demonstram como as mesmas conseqüências ambientais têm efeitos notavelmente diferentes sobre o comportamento,

dependendo das crenças das pessoas sobre a natureza das relações entre ações e resultados e do significado dos resultados. Quando a crença difere da realidade, o que é comum, o comportamento é pouco influenciado por suas consequências reais, até que se desenvolvam expectativas mais realistas por meio das experiências repetidas. Porém, nem sempre são as expectativas que mudam na direção da realidade social. A ação com base em expectativas errôneas pode alterar a maneira como os outros agem, moldando assim a realidade social na direção das expectativas” (BANDURA, 2008, P.63).

Em sua análise acerca da origem do autocontrole e em suas pesquisas laboratoriais, Bandura (1997) estudou os processos da autorregulação. Suas práticas sociais se transpuseram da teoria para a prática (Bandura,1997).

Para realizarem ingerência sobre si, as pessoas monitoram o seu próprio comportamento, julgando-se no que se refere a determinado modelo pessoal de capacidade e reagindo a ele, se autoavaliando. Algumas das pesquisas evidenciaram como os modelos pessoais são originados com base numa diversidade de intervenções sociais. Alguns comprovaram a força reguladora das intervenções autor reativas.

Os padrões racionais dos comportamentos humanos indicam a essencialidade do agenciamento, porém até eles propiciaram uma perspectiva imperfeita da autorregulação, assentada na alegoria do mercado. Os defensores do comportamento operante apontam a autorregulação externamente à vida, a renomeando de controle de estímulos e posicionando-a no meio externo (CATANIA, 1975).

Em suas argumentações, Bandura (1971) reintroduziu o autocontrole como agenciador suscetível e reexaminou a progressiva estrutura das pesquisas acerca dos recursos nos quais o autodirecionamento é exercido pelas pessoas. No entanto, com base numa alegoria com a computação foi formada a revolução cognitiva. E esse conceito privava a humanidade das habilidades de agenciamento, de identidade e de consciência. A psique foi considerada como forjadora de alegorias, analogamente à linearidade como a da computação, convertendo-se no padrão conceitual da época (BANDURA, 1971).

Contudo, Bandura (2008) afirma acerca do *feedback* instrutivo:

“A ação controlada com *feedback* instrutivo, serve como um veículo para converter concepções em desempenhos proficientes. O *feedback* que acompanha as ações proporciona as informações

necessárias para detectar e corrigir diferenças entre concepções e ações. Dessa forma, o comportamento Bandura (1965) confirmou é modificado com base nas informações comparativas, de maneira que as competências desejadas sejam dominadas. Os resultados desses experimentos contribuíram para o nosso entendimento de como as representações cognitivas, realizações monitoradas e o feedback instrutivo atuam em conjunto no desenvolvimento de competências” (BANDURA, 2008, p 18).

A teoria social cognitiva preconiza uma metodologia de gerenciamento em dobro da autorregulação: de um lado, um proativo processo que produz discrepâncias, e de outro, um reativo processo que reduz as discrepâncias (BANDURA, 1991).

Numa diversidade de pesquisas, Bandura (1965) confirmou que os indivíduos foram considerados mecanismos orgânicos proativos e vorazes, não somente reativos. Além disso, suas aptidões de antever circunstâncias propiciam a realização prévia do controle, ao contrário de meramente reagir aos resultados de suas ações. Eles são guiados e movidos pela pressuposição de objetivos e não simplesmente pelo exame das limitações (BANDURA, 1965).

Como parcela dessa categoria de estudos, quanto à evolução e ao desempenho do agenciamento pessoal, Bandura (1965) criou maneiras novas de terapêutica, utilizando as pesquisas de domínio como instrumento primordial de mudanças (BANDURA, 1965).

O começo de Bandura (2004) na esfera de estudos da autoeficácia ocorreu casualmente. Na progressão e no valoramento da terapêutica de controle direcionado, concentrando-se em três processamentos basilares: a força da terapêutica para oportunizar transformações psicossociológicas, a universalidade ou consecução das transformações realizadas e sua manutenção ou constância (BANDURA, 2004).

3.4 Motivação Intrínseca, Bem-estar e a Teoria da Autodeterminação

3.4.1. Motivo e Ação

Os sujeitos se diferenciam não somente em relação à capacidade, mas também pela vontade de realizar algo, ou seja, pela motivação. As motivações dos sujeitos decorrem da tonicidade dos próprios motivos, os quais são estabelecidos como impulsos, necessidades ou desejos provenientes do sujeito e direcionados a propósitos, que podem ser objetivos ou subjetivos. Os motivos do sujeito são o “porquê” da ação

comportamental. Eles possibilitam e preservam as ações e definem a direção global do comportamento dos sujeitos. Em síntese, as necessidades ou os motivos são os propulsores da atividade. (HERSEY; BLANCHARD, 1977).

Maximiano (2014) descreve assim a etimologia do vocábulo motivação:

“A palavra motivação deriva do latim *motivus*, movere, que significa mover. Em seu sentido original, a palavra indica o processo pelo qual o comportamento humano é incentivado, estimulado ou energizado por algum tipo de motivo ou razão. Motivo, motor e emoção são outras palavras que têm a mesma raiz. O comportamento humano sempre é motivado. Sempre há um motor funcionando, que movimenta o comportamento humano”. (MAXIMIANO, 2014, p. 238).

Por conseguinte, a motivação relaciona-se a energias que revigoram, sustentam e orientam as atividades de um sujeito, porque cada comportamento carrega consigo alguma motivação. O sujeito fortemente motivado manifesta capacidades que são adequadas ao espaço em que está inserido, empenhando-se com tenacidade para alcançar objetivos (BATEMAN; SNELL, 1998).

Segundo Chiavenato (2009):

“A motivação constitui um importante campo do conhecimento da natureza humana e da explicação do comportamento humano. Para compreender-se o comportamento das pessoas torna-se necessário conhecer sua motivação”. (CHIAVENATO, 2009, p.121).

O vocábulo motivação, do latim “*motivus*”, refere-se a movimento, algo móvel. O verbo motivar tem o significado de: expor motivo, dar motivo, causar. Pode-se considerar como sinônimo de “motivação”: causa, razão, portanto o vocábulo “motivação” origina-se de “motivo” com a adição do sufixo “ação”, que quer dizer manifestação, movimento, atuação, um agente, uma energia (Nakamura, 2005).

A potência de um motivo tende a reduzir se esta for satisfeita ou ainda se sua satisfação estiver bloqueada. Um motivo obstruído é uma ação comportamental alternativa que não atinge êxito. Quando a satisfação de um motivo é impedida ou é transferida para outro propósito (compensada), o bloqueio ao alcance do propósito é denominado frustração.

Conforme Hersey e Blanchard (2004):

“Os motivos ou necessidades são as razões subjacentes ao comportamento. Todas as pessoas têm centenas de

necessidades e todas estas competem pelo seu comportamento. As necessidades satisfeitas perdem a intensidade e normalmente deixam de motivar as pessoas a procurar objetivos para satisfazê-las” (Hersey e Blanchard, 2004, p. 12).

Quando a necessidade depara com o seu fator de satisfação correlato, ocorre o ato motivacional, que, em consequência, determina o surgimento de um momento determinado de satisfação, gerado porque a necessidade em questão foi satisfeita.

No entanto, quando ocorre a satisfação de determinada necessidade, esta não imobiliza a ação do sujeito, mas ao contrário: da mesma circunstância onde é saciada determinada necessidade, manifesta-se outra, da qual fluirá uma conduta nova em perspectiva na direção a uma nova estrutura produtora, com uma meta motivacional nova a ser alcançada.

Constantemente a pressão causada pela eclosão de uma nova necessidade, quando ocorre um ciclo motivacional, depara-se com um obstáculo ou barreira para seu desencadeamento. Isso porque, não detectada uma via normal à tensão retida, o indivíduo busca um artifício indireto de escapatória, seja através de repercussões digestivas, cardíacas ou tensão nervosa (fisiológicas), ou ainda manifestando descontentamento, indiferença, apatia, tensão emocional, agressividade (psicológicas) (CHIAVENATO, 2004).

Considera-se que a motivação do sujeito está subordinada à intensidade de seus elementos e aspectos, os quais são estabelecidos como impulsos, desejos ou necessidades, provenientes do sujeito e orientado para metas. Os motivos (motivações) são o porquê das ações comportamentais. Esses motivos proporcionam e conservam as ações, definindo direção genérica do comportamento dos sujeitos (HERSEY, BLANCHARD, 2004).

Sob outra perspectiva, quando a necessidade não é frustrada, nem satisfeita, mas compensada ou transferida, porque ocorre a satisfação de uma outra necessidade que diminui ou abranda a potência de determinada necessidade que não foi satisfeita.

As noções de necessidade permeiam a maioria das concepções na esfera da motivação. Apontada como etapa inicial da motivação do comportamento, a necessidade, utilizada com o significado de condição de carência, faz parte de um grande contingente de teorias (Bergamini, 1997).

3.4.2. A teoria da Pirâmide das Necessidades Básicas

O psicólogo norte-americano Abraham Maslow (1970) apontou que o aspecto da motivação humana está estruturada em gradações hierárquicas que podem ser representadas no formato de uma pirâmide. Inclusive, conforme o pesquisador, as necessidades requerem ser satisfeitas do alicerce (base) para o cume (topo) da pirâmide, pois sem o intervalo que antecede uma não é possível galgar a próxima (Maslow, 1970).

A teoria da Pirâmide das Necessidades Básicas é uma das hipóteses que mais se destacam atualmente, talvez por explicar de maneira lógica e simples que quando determinado nível de necessidade é atendido, ela deixa de existir como fator motivacional. No entanto, cogita-se que os sujeitos estão vinculados a mais de uma forma de motivação concomitantemente, coordenando a escalada hierárquica para satisfazê-las a contento.

Cada sujeito tem necessidades, todas elas com intensidades e especificidades diferentes. Tendo em vista esse fato, eles estão sempre buscando a satisfação dessas necessidades. O motivo (ou motivação) é a força propulsora que instiga os sujeitos a procurarem a satisfação e enquanto permanece o contexto de necessidade a motivação perdura. Ao suprir determinada necessidade, termina a sua motivação. Contudo, imediatamente surge uma necessidade nova, dela decorrendo uma força propulsora nova que impulsiona o sujeito a procurar de novo mais uma satisfação. E assim, um movimento constante se estabelece num ciclo interminável, gerando a dinâmica motivacional-dialética (Marras, 2011).

Para esse autor, cada uma das necessidades representa falta de alguma coisa ou carências que o sujeito vai buscar no meio externo maneira de supri-las, exceto a última camada da pirâmide, da autorrealização. Tal camada de necessidades é somente intrínseca e, geralmente, se expressa em sujeitos que são autônomos, autogovernam-se ou que dispõem de domínio próprio (Marras, 2011).

Para Maslow (2000), as necessidades não supridas motivam ou influenciam o comportamento do indivíduo. Assim, constitui-se uma ordem hierárquica das necessidades, pois conforme as necessidades básicas são supridas, necessidades novas advêm. Para esse autor, serão desenvolvidas necessidades mais elaboradas à medida que o sujeito muda de nível na escalada piramidal. Nessa hierarquia, sendo um elemento de comunidade ancestral primeva, ou de categorias sociais renomadas, em

nenhum momento os sujeitos estarão plenamente satisfeitos com os elementos primordiais dos quais já dispõem (Maslow, 2000).

Maslow formulou uma escala hierárquica porque o ser humano se estabelece como um sujeito que reconhece as suas necessidades no decorrer da vida. Conforme o sujeito supre as suas necessidades básicas, outras superiores assumem o protagonismo da ação comportamental (Chiavenato, 2010).

Uma pirâmide representa a teoria da hierarquia das necessidades, subdividindo-se em: primárias, as quais estão localizadas na base e relacionadas diretamente à sobrevivência, enquanto as secundárias compõem o cume da pirâmide.

O desmembramento da pirâmide em duas áreas é estabelecido devido a distinção da origem dos aspectos que as suprem. As necessidades de grau inferior são supridas com base em aspectos extrínsecos. Um ambiente laborativo seguro e apropriado, remuneração satisfatória para suprir as mais básicas necessidades, podem ser considerados como exemplos de aspectos extrínsecos (Robbins, 2002).

No entanto, necessidades de grau mais elevado serão supridas por intrínsecos aspectos, relacionados à autorrealização, que consiste na individualização, a maior realização buscada pelo homem, desfrutando da totalidade do seu potencial, sendo o que ele mesmo é individualmente. (Bergamini, 2008). Algumas necessidades de grau elevado em nenhum momento serão integralmente supridas, Maslow também admitiu que elas se manterão de modo permanente como forças motivacionais. (Bergamini, 2008).

Robbins (2005) dá o seguinte significado para as cinco classes de necessidades humanas:

- 1 - Fisiológicas: necessidades de sobrevivência básica do sujeito;
- 2 - Segurança: necessidades de defesa de ameaças e proteção de riscos em oposição a prejuízos emocionais e físicos;
- 3 - Sociais: sentimento de pertencimento e aceitação a algum grupo social;
- 4 - Estima: relacionado a status, amor próprio e autorrespeito;
- 5 - Autorrealização: atos e atividades que oferecem crescimento, sensação de prazer e realização pessoal (Robbins, 2005).

De acordo com (Robbins, 2005):

“À medida que cada uma dessas necessidades vai sendo atendida, a próxima torna-se a dominante. Do ponto de vista da motivação, essa teoria sugere que, embora praticamente nenhuma necessidade seja jamais satisfeita completamente, uma necessidade substancialmente satisfeita extingue a motivação. (ROBBINS, 2005, p. 152).

De acordo com Chiavenato (2003), a ação comportamental humana é sempre motivada. É uma tensão pertinaz da motivação que transporta o sujeito a determinada configuração de comportamento aspirando a satisfazer diversas ou mesmo uma única necessidade (Chiavenato, 2003).

Suprir uma necessidade está diretamente proporcional à condição de estabilidade. Todavia, nem todos os sujeitos logram atingir o pico da pirâmide ou de algum dos demais níveis, porque surgem obstáculos que os impossibilitam de satisfazer as necessidades básicas, e assim ficam estacionados nos níveis mais inferiores da pirâmide; à vista disso, encontram-se insatisfeitos e sem motivação (RAMOS, 2007).

Contudo, no momento em que um ciclo motivacional fica incompleto, essa controvérsia pode ser resolvida levando em conta três formas (Moraes, 2004):

- Satisfação: Ocorre quando o ciclo (da necessidade) se fecha plenamente.
- Frustração: A partir do estado de tensão no organismo, o ciclo é bloqueado impedindo a satisfação (da necessidade) e provocando a frustração.
- Compensação: Quando o ciclo (da necessidade) é bloqueado, impedindo a satisfação que é compensada por um desvio para aliviar a tensão (Moraes, 2004).

3.4.3. Uma Nova Divisão das Categorias Motivacionais

Como otimização da tese de Maslow, propõe-se a Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG (existence, relatedness e grow). Tal hipótese converte as cinco categorias motivacionais de Maslow em somente três: existência (existence), relacionamento (relatedness) e crescimento (grow) conforme figura 2 (Alderfer e Scheneider, 1973).

A Tese da ERG foi apoiada e fundamentada na hipótese da Hierarquia das Necessidades, com o propósito de melhorar o traçado dos estudos empíricos (Robbins, 2002).

As três categorias da ERG são definidas de modo subsequente: a necessidade de existência compreende cada uma das necessidades materiais e psicológicas: sede, fome, do mesmo modo que as demais necessidades pessoais como recebimento de remuneração relativo ao labor e a proteção material, por exemplo (Alderfer e Schneider, 1973).

A necessidade de Relacionamento se refere à vontade que o sujeito tem de relacionar-se com os demais e essas interações se traduzem por uma coparticipação de ideias mútuas e sentimentos.

Os imperativos do Crescimento abrangem a vontade de ter uma atuação estimulante e fecunda em relação a si próprio e a respeito do meio onde se encontra. O suprimento da necessidade de crescimento pode dar-se quando o sujeito se empenha na solução de reveses, para o que precisa aplicar integralmente as suas capacidades e dispor de aptidões novas (Alderfer e Scheneider, 1973).

3.4.4. A Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG e a Inversão da Pirâmide de Maslow

Frederic Laloux (2017) aponta que a hierarquia de escalação de classes não segue critérios estáticos. A Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG demonstra correspondências com a hipótese de Maslow. No entanto, apesar de Alderfer igualmente ter sugerido a conexão de uma série de necessidades a serem supridas, alega, de acordo com Robbins (2002), que tais necessidades, quando se apresentam em nível inferior, induzem a uma vontade de suprir necessidades de nível superior (Robbins, 2002).

Destoando da tese de Maslow, a hipótese da Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG afirma que mais de uma das necessidades podem ser ativadas simultaneamente; no caso de uma necessidade de nível superior ter sido refreada, a vontade de satisfazer outra necessidade de nível inferior se intensificará.

Denominada frustração-regressão por Robbins (2002), a segunda distinção vai na direção contrária ao pensamento defendido por Maslow, ao enunciar que um sujeito permaneceria em dado nível de necessidade até o momento em que este é suprido em sua totalidade (Robbins, 2002).

Não obstante, a Teoria da existência, relacionamento e crescimento – ERG é mais congruente com a nossa noção das divergências entre os sujeitos. Fatores como

ambiente cultural, educação e antecedentes familiares podem deslocar a relevância que os grupos de necessidades têm para cada sujeito (Robbins, 2002).

Os indicadores comprovam que em diferentes culturas os sujeitos identificam as necessidades de distintos modos. Além disso, Maslow em dado momento argumentou que, em alguns eventos, determinada necessidade somente emerge depois de uma necessidade da camada piramidal abaixo estar, pelo menos, em parte satisfeita.

Conforme Sampaio (2009) em inúmeras palestras, Maslow em pessoa salientava que os sujeitos apresentam necessidades distintas de motivação. Para esse autor, certos sujeitos não procuram a autorrealização no espaço do trabalho, optando por alcançá-la em outro ambiente social. Condicionar o delineamento de realização através do trabalho, colocando-a em paralelo com os propósitos de determinada corporação especificamente, corre o risco de causar indignação e resistência (Sampaio, 2009). Inclusive podem ocorrer vários eventos em que é possível observar a inversão dessa escalada hierárquica. Por exemplo: por vezes os sujeitos sentem a necessidade da autoestima antes da necessidade do amor, porque entendem que é mais plausível um sujeito poderoso ser amado. Entretanto, para outros sujeitos, a área da aspiração poderá ser desconsiderada, como em acontecimentos de pessoas que vivem longo período de desemprego, mas já se contentam com a garantia de ter comida que o satisfaça inteiramente e a sua família com auxílio governamental ou filantrópico.

Certamente um dos eventos mais correntes é aquele cujos parâmetros sociais representam um propósito na existência humana e o sujeito faz qualquer coisa para atingir seus objetivos. Na identificação das necessidades básicas, a cultura da sociedade em questão igualmente deverá ser levada em consideração. No entanto, em pesquisas antropológicas foi constatado que, embora participem de distintas sociedades, os sujeitos são muito parecidos, no mínimo no primeiro ato de estabelecer comunicação.

As noções de necessidade permeiam a maioria das concepções na esfera da motivação. Apontada como etapa inicial da motivação do comportamento, a necessidade, utilizada com o significado de condição de carência, faz parte de um grande contingente de teorias (Bergamini, 1997).

Quando se encontra motivado intrinsecamente, o sujeito é movido para o prazer, que está relacionado com a execução de determinada ação ou atividade de lazer, porém sem necessidade de recompensas ou pressões externas para executar tal atividade,

representando, portanto, uma motivação configurada com maior grau de autonomia (Edmunds et al., 2006; Deci & Ryan, 2000).

O desenvolvimento da motivação intrínseca ocorre através da satisfação das três necessidades psicológicas básicas de relação, de competência e de autonomia. Contudo, existem determinados estratagemas que determinam o curso da percepção dessas necessidades, que são determinados por uma sequência de instruções baseadas na Teoria da Autodeterminação (Self-Determination Theory – *SDT*) para consubstancializar-se a motivação intrínseca (Murcia & Coll, 2006; Kilpatrick, Hebert, & Jacobsen, 2002).

3.4.5. A Teoria da Autodeterminação (SDT) e o bem-estar Subjetivo

Ryan e Deci (1987) desenvolveram a Teoria da Autodeterminação (SDT) com o intuito de atender aos questionamentos éticos e epistemológicos do princípio eudaimônico, que considera o bem-estar e a saúde psicológicos como uma consequência do engajamento com os propósitos e desafios da existência (RYAN e DECI, 1987).

Segundo Wehmeyer (1992), a Autodeterminação reproduz um grupo de habilidades e comportamentos que munem o sujeito da aptidão para tornar-se o agente causal no tocante ao seu futuro, isto é, de ter comportamentos propositados (Wehmeyer, 1992). Assim sendo, esta hipótese estabelece o propósito de pesquisa das circunstâncias do cenário social, as quais podem facilitar a saúde e o bem-estar psicológicos, além de desenvolver como tese central a concepção de que o sujeito pode alcançar o bem-estar psicológico com base na Autodeterminação (Ryan & Deci, 1987).

Acima de satisfazer aos ideais eudamônicos, a Teoria da Autodeterminação buscou ultrapassar um ponto de vista individualista ao pesquisar o sujeito em determinada cultura, estabelecendo como hipótese uma ecologia focada no sujeito em mutualidade dinâmica com o meio social em que vive; designou-se como sendo dialética em razão de privilegiar a vinculação sujeito/contexto social enquanto condição de fomento à saúde ou ainda de sua vulnerabilidade (Deci & Ryan, 1995).

O entendimento sobre a felicidade concebida como sendo Eudaimonia tem sido desenvolvido em ampla pesquisa e numa multiplicidade de protótipos, em que as conclusões empíricas encontradas indicam que geralmente o seu aperfeiçoamento (seja no sentido da existência, seja nas virtudes) e a longo prazo promova a felicidade. De maneira oposta, no hedonismo, a curto prazo, tem-se nos propósitos de existência uma

vinculação positiva e ativa com o contexto social em que está inserido. Em concordância com o que Aristóteles defendia, esse conhecimento filosófico leva o sujeito não somente a sentir-se bem, mas também a produzir o bem e a contribuir positivamente com a sociedade (RYAN et al., 2008).

As ciências psicológicas têm evidenciado expressivo entusiasmo acerca do tema “bem-estar”, particularmente na perspectiva da psicologia positiva, a partir das obras de Martin Seligman (Seligman e Csikszentmihalyi, 2014) propondo-se a pesquisar com dois sentidos: o bem-estar subjetivo (a hedônica) e o bem-estar psicológico (a eudaimônica) (Deci & Ryan, 2008; Ryan & Deci, 2000).

Tal proposta refere-se a uma esfera de pesquisa bastante extensa, que, como consequência de muitas pesquisas realizadas no decurso do tempo, evidenciou distintas concepções operacionais e teóricas (Novo, 2003). Porém, entre essas diferenças, o autor apresenta um espaço de concordância no que se refere à proveniência da concepção, que traz na sua essência um debate filosófico (Novo, 2003).

No estudo dessa temática encontram-se diversas concepções, entre as quais a de que “bem-estar subjetivo” é uma expressão utilizada na esfera da psicologia, que é sinônimo do termo “felicidade”. Essa mudança da terminologia aconteceu devido aos anseios impelidos pela utilização do vocábulo felicidade, por seu conceito ser considerado muito complexo e de difícil explicação como modelo psicológico (Seligman et al., 2011).

Novo (2005) comenta a esse respeito:

“O conceito de Bem-Estar, outrora só temerariamente aceito como tema de investigação, veio a impor-se na Psicologia com a força de um movimento de fundo orientado para redefinir objetivos científicos e diversificar alvos de estudo. Diferentemente de outros alvos, que sendo potencialmente importantes não encontraram ainda uma via científica para os abordar, o Bem-Estar constitui um dos temas para os quais a psicologia tem fundamento epistemológico e caminhos metodológicos já percorridos. Ele tem também a seu favor o fato de estar enraizado em modelos teóricos diversos, de integrar contributos de áreas de investigação distintas e de estar em vias de

caracterizar, integradamente, múltiplas valências do bem-estar” (NOVO, 2005, P.199/200).

Aristóteles foi um dos precursores desses estudos, entre diversos filósofos que se dispuseram a estudar a temática com o propósito de compreender e elucidar a correlação entre a hedonia e a eudaimonia (Huta, 2016).

Outro estudo que traria unanimidade seria que o “bem-estar hedônico” e o “bem-estar eudaimônico” não devem ser vistos como opostos. Para Ryan et al. (2000), as duas concepções se dividem por apresentarem objetivos distintos: a eudaimonia estaria voltada para a forma como se vive, direcionada ao processo em si mesmo, enquanto a hedonia segue uma orientação para as consequências imediatas (Ryan et al., 2000).

Segundo Huta et al. (2014) a hedonia diz respeito aos resultados imediatos, não sendo necessário promover averiguações, enquanto na eudaimonia há um interesse em alcançar as respostas a longo prazo, procurando logrã-las de modo substancial (Huta et al., 2014).

O vocábulo hedonismo é originário de hedonê, uma palavra grega cuja significação alude ao prazer. Segundo esse ponto de vista, o sujeito tende a procurar elevar ao máximo o prazer e reduzir as experimentações de dor e sofrimento, ao passo que a felicidade é a consequência dos instantes hedônicos vivido pelos sujeitos (Peterson et al., 2005 e Ryan & Deci, 2001).

Huta (2016) comprova a veracidade dessa interpretação determinando de modo preciso tal concepção como sendo relacionada ao prazer, seja ele orientado para a diversão, a alegria, a satisfação física, mental ou emocional. Além disso, conforme a autora, deve-se ter prudência para não situar o hedonismo como sendo negativo, tornando-se indispensável, da mesma forma, compreender as perspectivas saudáveis e positivas dessa conceituação (Huta, 2016).

Já eudaimonia tem uma função significativa que se revela nas emoções que se constituem como resposta das ações e experiências do sujeito; elas se inclinam a ter um entendimento pessoal, amplo e relacionado aos recursos de significância para cada indivíduo (Huta & Ryan, 2010). Para que isso aconteça, é importante que o sujeito seja capaz de conduzir a vida de modo congruente, em consonância com seu verdadeiro eu (Ryan & Deci, 2001; Waterman, 1993).

Huta e Ryan (2010) dizem que as atividades eudaimônicas, quando frequentes, podem influir e possibilitar um elevado grau de bem-estar. Os autores apontam que as

práticas fundamentadas nesse paradigma manifestam resultados a longo prazo, porque esses resultados se comprovam em resoluções atinentes à compreensão do processo em si.

É importante salientar que no direcionamento eudaimônico não é a totalidade daquilo que o sujeito deseja que poderá gerar bem-estar quando for conquistado (Mauss e Tamir, 2011), pois o bem-estar significa muito mais do que apenas “felicidade” (Ryan & Deci, 2001).

Embora com predomínio preliminar da perspectiva hedônica nos estudos acerca do bem-estar, vários filósofos discutiram o bem-estar sob a óptica da eudaimonia. Aristóteles advogava que cada atitude tem um propósito, em que o sujeito deve procurar na sua vida seu autêntico daimon ou autêntico self e refletir acerca da sua existência como tendo um sentido (Freire, et al., 2013).

Assim, a eudaimonia inclina-se aos sentimentos que assomam no momento em que o sujeito se direciona para a autorrealização (DELLE FAVE et al., 2011).

Segundo Huta et al. (2014), a eudaimonia pode produzir mais do que frutos individuais, produzindo também frutos à coletividade a que o indivíduo pertence, porque a grande gama de conflitos de um sujeito eudaimônico poderá promover frutos para outros sujeitos da mesma esfera de convívio, da mesma maneira que para a coletividade de modo geral e, em derradeiro, para o ecossistema (Huta et al., 2014).

Outra razão que justificaria a mudança de terminologia seria uma melhor receptividade, na esfera acadêmica e científica, de um vocabulário mais científico para elucidar o que o sujeito entende por “felicidade” (Camaliente e Boccalandro, 2017).

A despeito das diferenças no que se refere à concepção, é indispensável salientar que há um lugar determinado de centralização: a maior parte dos pesquisadores concorda que o “bem-estar subjetivo” é uma ponderação particular do sujeito (Camaliente e Boccalandro, 2017; Huta, et al., 2014; Galinha & Ribeiro, 2005; Ribeiro & Cummins 2008).

Essa conceitualização conecta dois pontos de vista da psicologia: primeiramente a que trata da perspectiva emocional, isto é, as consequências emocionais que têm relação com os sentimentos, consistindo tais afetividades em positivas ou negativas; e o segundo ponto de vista tem as suas proposições sobre a visão da cognição, que estabelece a proposição do contentamento com a existência.

Acerca do contentamento (ou da satisfação com a vida), este representa a averiguação da sua própria vida, de modo geral, que o indivíduo efetua, estando ele satisfeito ou não (Siqueira & Padovan, 2008).

De acordo com Diener e Lucas (2000), é relevante considerar que cada sujeito tende a efetuar a sua averiguação baseado nos seus saberes e experiências subjetivos, além do meio em que está vinculado.

No que se refere à ética eudaimônica, é necessário examinar de modo preciso o vocábulo eudaimonia para nos certificarmos da natureza teleológica²⁶ dessa abordagem. Sua matriz de origem foi a expressão: “ter um bom daimon”, utilizada primitivamente para intitular indivíduos que desfrutariam de favores dos deuses em sua existência (JAEGER, 2001). A eudaimonia seria uma existência que valeria a pena, uma vida que foi desejada e conseguida, ou um florescimento, uma boa vida.

A ética antiga encontrava-se enfocada notadamente nas concepções segundo as quais somos capazes de alcançar a nossa própria felicidade (eudaimonia). Sendo mais exato, quaisquer das perspectivas da filosofia antiga seguiram as referências preliminarmente desenvolvidas por Platão e Aristóteles, que apresentam no mínimo um dos componentes a seguir:

- a) Qualquer atividade pode ser direcionada para um bem particularmente ou para uma finalidade intrínseca.
- b) Qualquer finalidade pode ser direcionada a um bem patente ou, na pior das hipóteses, a um bem imaginário.
- c) Objetivos e Fins podem ser categorizados em bens intrínsecos e instrumentais; geralmente e coerentemente se escolhem os segundos em razão dos primeiros. O que é produzido quando um agente busca bens instrumentais em razão de bens intrínsecos é denominado cadeia teleológica.
- d) No agenciamento se tem cadeias teleológicas, umas mais curtas, outras mais longas. A maior parte das ações do indivíduo consiste numa parcela de uma teia teleológica, e as teias, por sua própria natureza, são interconectadas.
- e) Em última análise, qualquer atividade se vincula a um contínuo de objetivos e de fins que englobam toda a existência de um sujeito.
- f) Tal contínuo de objetivos e de fins é direcionado, por si mesmo, a um fim definitivo, compreensivo e último.
- g) O fim definitivo, compreensivo e último de um sujeito, será a sua eudaimonia (felicidade) ou o seu bom-sucedimento (HILL, 2003).

Na visão de Pereira (2018), seria relativamente comum que cada sujeito fosse compelido a considerar ou a preservar e promover esses valores.

O elenco de tais valores comumente abrangem educação básica, participação política, reconhecimento social, certa quantidade de propriedade, uma renda suficiente, a saúde psicofísica, a autonomia psicofísica, a vida ou a integridade da física, entre outras coisas afins.

Alguns autores mais modernos tendem a compreender a tradução do vocábulo eudaimonia como “felicidade”, porque, segundo eles, a temática primordial da ética grega era: “como eu devo viver”, e a resolução geralmente era: “uma vida virtuosa”, apesar de vários temas paralelos, como: “que são as virtudes” ou ainda: “como elas são granjeadas” (PLATÃO, 2006).

Assim, a eudaimonia é apresentada como sendo “o sumo bem”, aquilo de acordo com o que é cada uma das nossas atividades ou como deveria ser realizada. A essencialidade da definição de “Bem” era, assim, nitidamente determinada, caracterizando o aspecto teleológico dessas perspectivas. No conceito dos antigos, a eudaimonia era compreendida como certa forma de atividade, enquanto na perspectiva moderna, e especialmente nos pontos de vista consequencialistas, a felicidade é compreendida como um “estado de coisas” (VLASTOS, 1991).

Para Aristóteles, a felicidade da coletividade decorre da felicidade de seus componentes. É possível afirmar que se apresenta uma renovada metafísica do bem, pois quando se levam em conta os anseios particulares da vida de cada um, alcança-se o bem. Portanto, diversamente de Platão, que entendia a felicidade como harmonia da alma, Aristóteles entendia a felicidade como sendo prosperidade ou bem-estar, que seriam contemplados como sendo o maior propósito do ser ético, isto é, da existência prática, em que os fundamentos do bem prático se sobrepõem ao bem transcendente.

Direcionando-se pelo conhecimento grego, Cícero não separa a felicidade do sujeito da felicidade da “polis”, dizendo que, em síntese, não existe felicidade sem uma bem-intencionada estrutura política; não existe paz, nem existe uma felicidade viável, se não houver uma bem organizada e sábia República (CÍCERO, 2001).

A vinculação do indivíduo com a cidade se acha assentada num conjunto de valores, os quais, segundo ele, possibilitam uma existência feliz, pois numa coletividade em que se tem todos os recursos almejados, a alegria, a tranquilidade e a honestidade da alma, todos os recursos transformam a vida em felicidade, sem o que ela não existiria (CÍCERO, 2001).

Entre vários romanos que ofereceram componentes para desenvolver a concepção de felicidade de Santo Agostinho, temos o posicionamento de Sêneca (4 a.C. a 65), corroborando a maioria das definições essenciais, partindo do preceito estoíco primordial de que devemos buscar viver em concordância com a natureza. E para o estoicismo, o ser humano faz parte dessa natureza, sinonímia de uma intrínseca ordenação cósmica da realidade de equilíbrio norteado pelo logos universal, e dela depende para compreender e exercer sua finalidade, seu propósito (BERALDI, 2010).

Conquanto exista uma obstinação de que deveríamos viver em concordância com a natureza, para um estoíco o bem-estar não equivale a uma existência cheia de prazeres, mas a uma condição de harmonia da alma que se fundamenta numa conexão equilibrada com a natureza, porque ela em si mesma era compreendida como sendo uma natureza lógica.

3.5. A Teoria da Autodeterminação Aplicada à Depressão e ao Suicídio

3.5.1. A Teoria da Autodeterminação

A Teoria da Autodeterminação (Self-Determination Theory – *SDT*) foi concebida por Richard Marshall Ryan e Edward Lewis Deci, professores da Universidade de Rochester, Estados Unidos, do Departamento de Psicologia – Departamento de Clínica e Ciência Social, com o objetivo de atender aos questionamentos éticos e epistemológicos da ideologia eudaimônica, a qual supõe o bem-estar e a saúde psicológica como resultantes do comprometimento com os propósitos e desafios da existência (Deci e Ryan, 1995).

Essa teoria é baseada na hipótese de que o indivíduo pode ser bem desenvolvido em sua biologia, ser predisposto à integração e à progressão dos componentes psíquicos, de maneira que surge uma percepção de seu Self (Eu); e à conexão com um sistema social mais amplo (Ryan & Deci, 2000b).

Segundo a Teoria da Autodeterminação, o sujeito está motivado intrinsecamente para efetuar certa ação espontaneamente pelo prazer de executá-lo. Assim sendo, Deci e Ryan (1995) contradizem as pesquisas realizadas por Burrhus F. Skinner (1938), quando afirmam que comportamentos intrinsecamente motivados seriam livres e independentes de suas consequências, pois a execução da ação já é a recompensa.

No entanto, a motivação extrínseca é relacionada a um provável desfecho que o sujeito venha obter como consequência da execução ou não da ação, e por isso está motivado para realizá-la (KELLY; SHOGREN, 2014; WELTERS; MITCHELL;

MUYSKEN, 2014; GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004; FERGUSON et al., 2015).

Naquela época, entre as conceituações referentes a motivação, sobressaiam-se as teorias referidas como “de processo”, especialmente a teoria da expectativa de Vroom, que constituiu parâmetros para a progressão da teoria da autodeterminação, suscitada por Deci e Ryan (1995), procurando pesquisar, mediante a definição de um continuum os traços dos graus motivacionais com menor autonomia até os graus com mais autonomia de motivação dos sujeitos (GAGNÉ; DECI, 2005; MORAN, 2014; LEAL; MIRANDA; CARMO, 2013).

A aplicabilidade da teoria da autodeterminação ocorre através de miniteorias produzidas por meio de estudos de campo e em laboratório: teoria da integração organísmica, teoria das orientações de causalidade, teoria da avaliação cognitiva e teoria das necessidades básicas (Deci & Ryan, 2002).

Contudo, ficou evidente para vários autores, como: Araújo, Silva & Franco, 2014; Leal, Miranda e Carmo (2013); Boruchovitch, 2008; Lens et al. (2008); Wronski, Rohenkohl e Kroenke (2017); Sobral (2008); Santos, Mognon, Alcará e Lemos (2011); Clement, Custódio, Rufini e Filho, 2014 e Oliveira et al. (2010), que a Autodeterminação é uma teoria motivacional concernente à abordagem sociocognitiva e cognitivista.

Ainda de acordo com Deci e Ryan (1995), a Autodeterminação é uma característica do ser humano que abrange uma capacidade de escolha consentânea com a compreensão interna do sujeito associada a comportamentos motivados intrínseca ou extrinsecamente (Deci e Ryan, 1995). Portanto, a teoria da Autodeterminação conduziu-se pelas perspectivas humanas da heterodeterminação e Autodeterminação, isto é, motivada pelas circunstâncias socioculturais e disposições biológicas, mas capacitado para realizar modificações do contexto no qual está inserido (Deci e Ryan, 1991; Ryan e Deci, 2000a; Deci e Ryan, 2002).

A Autodeterminação é uma teoria com grande potencial na busca de soluções para diversos problemas, uma vez que, com base num conjunto de conceitos básicos, ajuda a organizar e a compreender os processos motivacionais, os seus determinantes e resultados, em múltiplos contextos de vida (VALLERAND et al., 1993).

O estudo no campo da teoria da autodeterminação firmou-se e se desenvolveu mais aceleradamente no meio científico na última década. Foi nos anos 80, com os estudos de Deci e Ryan (1995), que a Teoria da Autodeterminação se consolidou no

mundo. Porém, foi nos anos 70 que surgiram os primeiros trabalhos com base nessa teoria (RYAN e CONNELL, 1989).

A motivação é um dos conteúdos principais da Teoria da Autodeterminação. Algumas teorias da motivação concentram-se na intensidade da motivação, como por exemplo: pouca, muita; contudo, a Teoria da Autodeterminação agrega mais profundidade à classificação das propriedades da motivação. Isso porque os sujeitos não se diferenciam somente no grau de motivação, mas também no sentido da motivação, ou na qualidade da motivação, que podemos resumir em o “porquê” de ação (RYAN e DECI, 2001).

Assim, a teoria da autodeterminação vai além da diferenciação reducionista entre motivação intrínseca e extrínseca e considera, sobretudo, as variadas categorias de motivação que compõem o tipo de motivação extrínseca, sendo que algumas consistem em modelos mais frágeis de motivação, e outras constituem contextos mais ativos (RYAN e DECI, 2001).

A autodeterminação é uma teoria dialética na qual a conceituação de ser humano é de um ser proativo, é de um sistema vivo e dinâmico, direcionado para o desenvolvimento, expansão do self e conexão com as configurações sociais; e os estuda para compreender como eles produzem efeito para satisfazer as necessidades psicológicas básicas internamente numa configuração social, que poderá dar apoio ou contrariar a demanda de realização (Deci e Ryan 2014; Deci e Ryan, 1995; 2000; Ryan e Deci, 2000a; 2000b).

A Teoria da Autodeterminação foi criada com o propósito de entender os princípios da motivação intrínseca e da motivação extrínseca e as causas referentes ao seu desenvolvimento. Tal ponto de vista alude à personalidade e à motivação humana, levando em conta o ser humano como ativo, observando as necessidades psicológicas naturais, as predisposições de desenvolvimento, as circunstâncias contextuais propícias à motivação, performance social, o bem-estar pessoal e o Self (SILVA et al., 2005).

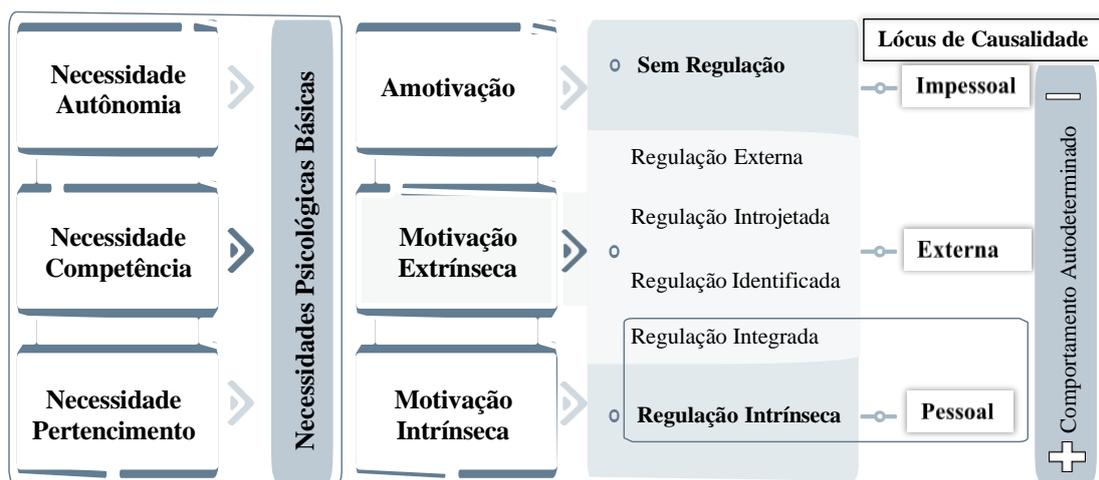


Figura 1: Continuum da Autodeterminação

Fazendo parte do processo de Autodeterminação, as necessidades psicológicas básicas são compreendidas como condições energéticas que, quando são satisfeitas, conduzem ao bem-estar, à saúde, à integridade e ao crescimento psicológico.

A Teoria da Autodeterminação esboça um padrão teórico para modelos reguladores (como exemplificado na Figura 1), com categorias que são fundamentadas na associação das necessidades básicas com a internalização das determinações sociais, com a finalidade de delimitar campos entre as categorias da motivação e da causalidade, que formam os modelos reguladores ou que direcionam a intensidade do comportamento autodeterminado do sujeito.

A Teoria da Autodeterminação busca suprir as necessidades psicológicas básicas; conforme Ryan e Deci (2001), uma necessidade básica, tanto fisiológica como psicológica, é um estado energético o qual, quando satisfeito, direciona para o bem-estar e a saúde; porém, colabora com o mal-estar e o desenvolvimento de doenças, se não satisfeito.

Como já se viu aqui, são três as necessidades psicológicas básicas necessárias (competência, autonomia e pertencimento) relevantes para o desenvolvimento de habilidades naturais dos sujeitos para executarem certas ações, de modo a direcionar a Autodeterminação como o principal fator da motivação.

3.5.1.1. Pertencimento, Resiliência e Redes de Apoio

No âmago do pertencimento são examinadas perspectivas relacionadas aos vínculos sociais, às redes institucionais/comunitárias e à rede familiar. A rede dos familiares, que são cuidadores primários, poderá achar-se em vulnerabilidade. Todavia,

há vestígios de um revigoramento dessa rede, a começar pelo robustecimento das relações, da introdução dos sujeitos na rede da comunidade e de novas relações com a família extensa.

Cairrão (2012) relata da necessidade de harmonia entre estas três necessidades:

“Existe uma correlação positiva significativa entre as três necessidades psicológicas básicas. Em termos teóricos, estes resultados podem ser justificados através dos próprios fundamentos subjacentes à SDT, pois segundo (Ryan e Deci, 2007) só se pode alcançar uma função motivacional ideal com a satisfação simultânea da autonomia, competência e relacionamento, que funcionam como uma necessidade psicológica básica global, o que pressupõe que existe uma relação positiva entre as três. Esta tese tem sido comprovada empiricamente em vários contextos da atividade física” (Cairrão, 2012, P.10)

No entender de Bronfenbrenner (1996), a noção de rede de apoio deve ocupar-se das transformações que ocorrem no decurso da existência, não somente no sujeito, mas também em seu meio ambiente, em seus vínculos e na sua progressiva competência de encontrar, segurar ou modificar as características do ambiente e de suas vinculações.

A designação de apoio social alude a convívios pelos quais um sujeito ou comunidade proporciona de modo direto aos outros: assistência instrumental, conselhos, informação (conexão e recursos) e consciência de que o sujeito é compreendido e cuidado e que tem suas percepções, sentimentos, comportamentos e pensamentos valorizados (validação e afirmação) (Bates e Toro, 1999; Brito e Koller, 1999).

A rede de apoio necessita de uma visão como sendo um sistema contínuo, tendo em vista que o sujeito se inclui em distintas e inovadas ecologias. O sujeito pode sofrer influência da rede de apoio, assim como pode influenciá-la, inclusive contribuindo para sua constituição (Bronfenbrenner, 2005).

Como exemplo, aspectos individuais e menor disponibilidade de apoio em grupos ou na família podem colaborar para que na criança ou no adolescente não desenvolvam habilidades sociais (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell'Aglio, 2009).

Dois perspectivas teóricas evidenciam os dispositivos em que o apoio social atua como proteção de um episódio estresse: a primeira hipótese é denominada “buffering model” (modelo amortecedor) e a segunda, “direct/main-effect model” (modelo do efeito direto ou principal).

Na hipótese do “buffering model”, o apoio social oportuniza resultados salutares de ajustamento/adaptação somente em condições em que os sujeitos são submetidos a enormes indicadores de estresse ou acontecimentos de elevado e frequente impacto (Cohen & Wills, 1985; Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996; Bates & Toro, 1999).

Já na hipótese do “direct/main-effect model”, o apoio social atua sem considerar o nível de estresse a que os sujeitos são submetidos. Por conseguinte, para esta hipótese o apoio social é salutar para cada um dos participantes do grupo, estando relacionada ao bem-estar e à saúde dos sujeitos, tornando-se um aspecto essencial para a proteção a enfermidades emocionais e físicas, bem como para a resiliência ao estresse (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996; Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987).

Pesquisa sobre a relação através da rede de apoio e dificuldades de conduta em crianças e adolescentes em condição de rua constatou que o abuso físico e sexual, delinquência, depressão e uso de substâncias são pertinentes com aspectos da rede de apoio social (Johnson, Whitbeck e Hoyt, 2005).

Essas crianças e adolescentes revelam ter redes transitórias e pequenas, que investem mais em condutas de alto-risco, embora essas crianças e adolescentes estejam mais expostos a esses riscos. Portanto, quando adequada, a rede de apoio social para essas crianças pode “amortecer” o estresse e as ameaças da rua. Mas quando inadequada, expõe as crianças a vitimização e condutas de risco. Entretanto, torna-se difícil determinar como seria uma rede mais apropriada, porquanto os adolescentes comumente escapam de suas casas quando pertencem a famílias disfuncionais e abusivas. Os estudos descrevem suas redes de apoio social com insuficiente interação familiar, estruturadas aos pares, ainda que transitórias, direcionadas à rua, apesar de serem homogêneas por sua natureza.

São aspectos de uma rede de apoio social: estar disponível e oferecer proteção aos sujeitos desfavorecidos financeiramente, de conduta inadequada e comportamentos violentos, condutas sexuais nocivas e uso abusivo de drogas (Fergus e Zimmerman, 2005).

Assim, a aferição de determinada rede de apoio social/afetiva deve ser realizada por meio de extensas pesquisas que levem em conta o aspecto dinâmico da evolução e o desempenho do sujeito em eventos singulares no transcorrer da sua existência. Considera-se que a demanda de apoio é maior em certos contextos e etapas da existência, como: no decorrer de significativas transformações ambientais; em eventos de traumas, perdas e enfermidades crônicas; ou ainda na terceira idade (BRONFENBRENNER, 1996).

Esses contextos podem indicar um risco, dependendo do cenário associado a crenças e percepções pessoais produzidas nos distintos espaços culturais a que os sujeitos e comunidades pertencem. Produzir e alicerçar redes são modos de agir profundamente relacionados ao convívio. A convivência com os demais humanos tem o significado de relacionar-se de modo recíproco, com base em trocas, em especial afetivas, as quais oportunizam, dentre outros componentes, na dependência das circunstâncias: a expansão na multiplicidade de funções, mudança e equiparação de poderes, sincronia de pontos de vista, aproximação física e deferência mútua.

3.5.1.1.1. Redes de Apoio Familiar

Pode-se dizer que a família não se estabelece como sendo um núcleo, porém tornando-se uma rede, com um rizoma que circunda a teia parental integralmente, constituindo um arranjo de necessidades que enredam seus componentes, com significado em dobro, ao obstaculizar a individualização e, simultaneamente, possibilitar a sua existência como suporte e auxílio essenciais. A rede familiar refere-se, em último caso, a uma rede muito consistente de necessidades as quais são inevitáveis, descomedida a sua relevância como forma de esquivar-se dos obstáculos à sua existência (SARTI, 1996).

Seja qual for o seu estágio, o ciclo familiar instiga seus componentes a elaborarem mudanças para encarar exigências novas. O reconhecimento e a procura das vinculações de suporte igualmente mostram-se distintos no decorrer do tempo, com a finalidade de auxiliar as adequações familiares (Wrzus et al., 2013; Minuchin, 1982).

A família é um constructo vulnerável que está em contínuo curso de adequação e readequação conforme eventos normativos ou não normativos apropriados com a sua progressão como um grupo. Tais eventos produzem impactos distintos na rede de apoio social, tanto em seu arcabouço como na percepção do suporte obtido. Ao mesmo tempo que os eventos normativos têm potencial para ampliar a rede de relações, os eventos não normativos, ao que tudo indica, provocam sua redução. Assim, os eventos não normativos não se predispõem a um padrão de faixa etária, oposto aos normativos (Wrzus et al., 2013).

A família é um laço determinante das redes sociais primárias em determinada cultura, é um mecanismo significativo para o sujeito, tanto em sua realização no cotidiano como na esfera afetiva e das metodologias educativas, porque é justamente no seio familiar que ele experimenta o mundo dos relacionamentos. Esse campo relacional vivenciado primeiramente na família norteará ou definirá suas relações posteriores. (Sanicola, 2008).

Por exemplo: a busca por referências é um objetivo na adolescência, exercendo influência na procura por recursos e relações novas. Nessa fase, assim como na juventude, a rede tende a expandir-se. Porém, no decorrer da fase adulta, ocorre uma diminuição na rede, e mais ainda da fase adulta até a idade madura, quando os idosos passam a ser mais seletivos nos relacionamentos e tendem à solidão. (Carstensen, Isaacowitz, & Charles, 1999; Lang & Carstensen, 1994).

Os sujeitos começam a focalizar mais os padrões emocionais das relações e os relacionamentos mais estáveis e mais próximos. Na fase adulta, alguns eventos normativos geralmente ocorrem ao mesmo tempo, como por exemplo, entre outros: entrada/troca de trabalho ou casamento, o que implica igualmente um aspecto distinto de rede de apoio social (Wrzus et al., 2013).

As particularidades da rede de vínculos familiares conduzem as movimentações de ajustamento de fases novas no ciclo vital. Por conseguinte, estar alerta às distintas fases vivenciadas pela família revela-se expressivo para o entendimento das mudanças no reconhecimento e na descoberta de vinculações de apoio. Ademais, é importante conhecer a rede de apoio social de maneira ampla, devido ao caráter dinâmico dessas relações. (Wrzus et al., 2013).

Nesses estudos, os relatos de componentes a respeito da temática da rede familiar referem-se a uma interrupção ou atenuação prematura das relações com cuidadores precípuos, acelerados devido a negligência ou maus tratos. Compreende-se que a rede de apoio é reestruturada entre vínculos novos com uma extensão familiar.

O percebimento do declínio da rede familiar é igualmente corroborada por profissionais de assistência à saúde e que, por esse motivo, apontam a relevância do fortalecimento das relações com a família. Esses profissionais, no entanto, não especificam a dimensão de vínculos novos para recontextualizar a rede de apoio, especialmente com a família extensa, como foi identificado naqueles relatos.

No núcleo familiar, é notório que cada família provavelmente seja abalada de algum modo por eventos estressores ou crises. Muitos eventos são designados como previsíveis e normativos, provenientes, dentre outros, da velhice, da aposentadoria, da saída dos filhos, filhos adolescentes, filhos pequenos, do nascimento do primeiro filho (ciclos de vida familiar) e outros, como desemprego, doenças, divórcio, falecimento de algum membro, etc. (inesperados e imprevisíveis ou não-normativos) (Kreppner, 2000).

O que diferencia uma família da outra não é falta de adversidades ou de estressores não-normativos ou normativos, porém o modo como cada uma encara esses problemas e a sua habilidade para solucioná-los. As crises têm potencial de incentivar o arranjo familiar a elaborar recursos e capacidades (Walsh, 2005).

Quando a família busca vencer obstáculos, a sua performance está associada à competência para enfrentar episódios estressantes e vencê-los de maneira salutar. Desse modo, a temática da resiliência também pode ser utilizada em núcleos familiares, de acordo com a forma como busca características sadias da família para compensar as apreensões peculiares a respeito de seus próprios desarranjos (Yunes, 2003; Antonovsky e Sourani, 1988; McCubbin e McCubbin, 1996).

Portanto, a resiliência familiar diz respeito às metodologias de confrontação e adequação da família como tendo uma funcionalidade singular: o que permite distinguir uma família das demais não é a falta de dilemas, mas o modo como cada uma encara tais adversidades e sua habilidade para solucioná-las. Os problemas podem inclusive causar estímulo ao grupo familiar para obter recursos e executar capacidades. A resiliência na família sinalizou uma expectativa nova para compreender as famílias, a começar pela

visão dos recursos e das capacidades de que elas dispõem para suplantar obstáculos (Juliano & Yunes, 2014; Walsh, 2005; Walsh, 1998).

Até o presente momento, essa concepção é atravessada por distintos conhecimentos. Investigadores empregam visões diferentes, mas paulatinamente se tem percebido a resiliência familiar, tal e qual a individual, como um mecanismo e não como uma característica. Entender a resiliência familiar como um mecanismo sugere que as famílias não serão obrigatoriamente resilientes a cada momento do ciclo vital familiar bem em todas as contingências (Seibel & Koller, 2015; DeHaan, Hawley e Deal, 2012).

De acordo com Walsh (1996):

“O foco da resiliência em família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam famílias não só a lidar mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saírem fortalecidas das mesmas” (Walsh, 1996, p. 263).

Quanto ao modo como a família percebe e supera certas dificuldades, devem ser considerados três campos que lhe são inerentes: os modos de comunicação familiar, o sistema de crenças e os padrões de organização (Walsh, 2005).

Além disso, várias pesquisas têm corroborado a conexão entre resiliência e apego. Sobre essa temática, a teoria do apego, segundo Bowlby (1988), assevera que os sujeitos têm tendência de desenvolver relações afetivas permanentes e que conflitos e intermitências podem resultar em transtornos psicossomáticos, psicossociais ou psicológicos.

Esse autor destaca a relevância da vinculação primária da criança com seus cuidadores iniciais, como o pai e a mãe, atestando que a criança com apego seguro vê no comportamento da sua mãe ou cuidadora, ou ainda de outra figura que a representa (substituta), um reflexo de si mesma.

No período da adultez os sujeitos igualmente desenvolvem condutas de apego aos grupos de trabalho, grupos políticos, grupos religiosos ou a alguma instituição, o que nos orienta a discutir o constructo da resiliência no seu aspecto relacional, porquanto seus atributos excelentes e atividades adequadas de determinada rede de vinculações podem

beneficiar o desenvolvimento salutar de sujeitos e comunidades (BOWLBY, 1988; FONAGY, 2003; GANDRA; FARIAS, 2003; VERGARA, 2008).

Todavia, não existe um padrão fixo de resiliência familiar. Esses mecanismos podem estar estruturados e se manifestar de várias maneiras e graus, por se enquadrarem entre os desafios, recursos e valores de alguma família (Walsh, 1998). Por esse motivo, saber do histórico familiar é essencial para apreender o que significa alguma dificuldade efetiva para a família, considerando-se que algumas circunstâncias “impossibilitam” ou “induzem” sujeitos ou coletividades a procurarem resoluções (Yunes & Szymanski, 2005).

Determinar por suposição o que seria uma ameaça significativa para determinada família pode tornar-se a negação em avaliar apropriadamente a família acerca de uma crise, o que deveria ser compreendido como individual e conjuntural (Seibel & Koller, 2015). Os mecanismos familiares podem manter-se como causas da vulnerabilidade ou da resiliência de seus componentes em tempos de crise (Walsh, 2005).

Não obstante, cogitar somente o microsistema familiar e o modo como a família reage às dificuldades seria por demais reducionista, porque são os meios das distintas configurações relacionadas à família que poderão constituir uma ambiência ecológica de adequação dos sujeitos. Em tal cenário, tais vinculações poderão diminuir ou aumentar a repercussão de condicionantes de risco (Juliano & Yunes, 2014), enquanto a rede de apoio social pode ser vista como uma das indispensáveis propriedades determinantes da resiliência (Brito e Koller, 1999; Yunes, 2003). Dispor de uma rede acessível para apoio na resolução de crises que fatalmente acontecerão no decorrer da existência é um aspecto protetor ao desenvolvimento dos componentes da família. Ademais, pesquisas vêm demonstrando importante acréscimo da influência de vinculações próximas e de suporte social em períodos de estresse (Guiaux et al., 2007; Morgan, Neal e Carder, 1997).

3.5.1.1.2. Rede de Apoio Social como Fator de Proteção

O suporte oferecido através das redes sociais tem-se tornado motivo de pesquisa na psicologia, por sua atuação no bem-estar subjetivo e no desenvolvimento dos sujeitos ao longo da vida (BRONFENBRENNER, 1996).

Seguidamente são consideradas como origens mantedoras de uma vida sadia dos sujeitos: amigos, líderes, bons professores e a família, pois são significantes para o

amadurecimento da criança, seja afetivo ou social (YUNES, 2010; BRITO; KOLLER, 1999).

Rede de apoio social é um agrupamento de estruturas e de sujeitos significativos que constituem as conexões e interatividades estabelecidas e percebidas pelas pessoas. O item afetivo foi adicionado a esta concepção, de acordo com o reconhecido e indiscutível valor da relação de afetividade para estabelecer e preservar a proteção e o apoio (BRITO; KOLLER, 1999; Taylor e Taylor, 2002).

O apoio social refere-se às vinculações que um sujeito estabelece na sua existência e que podem influir de modo significativo na delimitação do seu desenvolvimento e de sua personalidade. As particularidades das relações em distintas configurações sociais têm-se tornado propósito de pesquisas de diversos estudiosos que corroboram as consequências positivas ou negativas sobre a saúde emocional e física dos sujeitos. Os elos sociais perenes são significativos porque ofertam auxílio em momentos de necessidade, possibilitando confronto e superação em episódios de crise (BARUDY, DARTAGNAN, 2010; BRITO; KOLLER, 1999; Taylor e Taylor, 2002; BRITO; KOLLER, 1999; CYRULNIK, 2004; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007).

Estudos apontam a importância das redes de apoio afetivas na construção de estratégias eficientes em estados de crise. A eficiência da rede manifesta-se através das resoluções com importante diminuição de sintomas psicológicos, especialmente sentimento de desamparo e depressão. Na falta de tal rede, é possível perceber o desenvolvimento da vulnerabilidade dos sujeitos perante um contexto de risco. Estudiosos modernos ressaltam a função essencial de cuidados, de bons tratos, de vínculos significativos, como apoio afetivo e social para o crescimento salutar da criança e sua propagação nos outros ciclos da existência (BAUMAN, 2004; RODRIGO, PALACIOS, 1998; RODRIGO; MAIQUEZ, MARTIN; MARRERO, 2008; CYRULNIK, 2004; BRONFENBRENNER, 1990; BARUDY; DANTAGNAN, 2010; BYRNE E FLOOD, 2008)).

Uma rede de apoio social/afetiva eficaz está relacionada ao robustecimento de capacidades e a ações preventivas acerca da violência, como também de mais excelência nos vínculos e no senso de pertença (Bowlby, 1988). O arcabouço do apoio social geralmente é subdividido entre: apoio emocional, apoio de informações e apoio material, tangível e instrumental, de acordo com o aspecto funcional.

Os seres humanos são biologicamente esboçados para serem sociais e preservarem vinculações as quais, por seu turno, igualmente são instigadas por seus fatores biológicos. Esses fatores estruturantes relacionados com os ambientais têm potencial, contudo, de serem protetores e incentivadores de resiliência. (Yunes, 2003; Taylor (2002).

A presença de relacionamentos e interações, a performance de distintas funções possibilita que o sujeito faça progressos social e emocionalmente e consiga mais meios para sua saúde mental e seu bem-estar (Brito e Koller, 1999).

3.5.1.1.3. Religião como Apoio

Há de ser reconhecido o mérito da religião, porque se refere a uma linguagem a qual, tendo existência própria, desempenha determinada função, ou seja: tem a capacidade de simbolizar o contexto e ainda de proporcionar paradigmas diretores da conduta coletiva, atuando de forma contínua, seja para oportunizar uma compreensão do mundo como ele se apresenta, ou como ele poderia talvez ser, também para purgar a dor ou para apontar os aspectos ontológicos da existência humana (SILVA, 1995).

Distante de ser simplesmente um oportunismo para explorar a credulidade do povo, que muitos acreditam ser a religião, como dispositivo para mitigar o sofrimento e tratar moléstias, as religiões consistem numa rede de apoio importante onde outras instituições falharam como rede: os obstáculos burocráticos que se interpõem entre os doentes e a cura, o elevado custo das medicações e dos serviços clínicos, a falta de acesso aos agentes de saúde (ALVES, 1984).

Quando o governo não exerce o seu papel de defensor da cidadania e dos seus direitos, mostra-se um lugar para a atividade das religiões e de suas práticas. É nesse espaço que as religiões entram em cena. Dessa forma, a religião é considerada como um meio quando não se encontra mais nenhuma alternativa, quando se tem salvaguarda ínfima de sobrevivência moral e econômica (SCHWEICKARDT, 2002).

Conforme Pierucci e Prandhi, (1996), igualmente a religião pode ser a maneira descoberta para se apresentar em público, um lugar de lazer aos destituídos de algum tipo de recursos para tal:

“em outros tempos a Igreja Católica foi – e ainda é, em muitos lugares, sobretudo nas cidades menores – um lugar público por excelência, aonde se vai para ser visto e para

ver os demais, onde cada um se apresenta, se faz público, aonde se vai com a ‘roupa de domingo’” (PIERUCCI & PRANDHI, 1996, p. 267).

Sob outra perspectiva, de acordo com (SARTI, 1996:

“no mundo dos pobres, a ‘lei justa’ vem antes de Deus que dos homens. É a justiça divina que os iguala enquanto filhos de Deus (...) entre ricos e pobres existe, no entanto, uma igualdade mais fundamental, no outro mundo, no reino de Deus, já que somos todos filhos de Deus, fazendo com que a ordem sobrenatural seja, para os pobres, parte constituinte de sua ordenação no mundo” (SARTI, 1996, p. 71 e 83).

As organizações religiosas estão profundamente conectadas à rede comunitária, da mesma maneira que os serviços públicos. Entre estes, encontram-se o CRAS, os serviços de educação, habitação e saúde. As entidades religiosas estão ligadas ao apoio material. A esfera pública pode ser considerada um ponto importante para o exercício de apoio social no arranjo comunitário.

E mais: quando se refere a comunidade que se depara com a opressão, o resultado é que em cenário de funções como de associações esportivas, família extensa e igreja, entre outras instituições, tais coletividades produzem senso de comunidade, senso de pertencimento, participação e consciência, indicando estarem aptos para se salvaguardarem como grupo e difundir o que é fundamental para sua sobrevivência e reconhecido pelo grupo. O que os pesquisadores presumem com isso é que essas organizações e os sujeitos associados a elas dedicando-se a uma comunicação de maneira colaborativa e proativamente, com a finalidade comum de proteger e acolher aos que precisam ser resguardados (Yunes, 2001).

Tendo a religião como apoio, uma conduta patente entre sujeitos que buscam certa religião é a procura por soluções imediatas para adversidades igualmente repentinas. Por exemplo: enfermidades usualmente sem cura, que apenas algo sobrenatural poderia recuperar, ou ainda a dor pelo falecimento de um ente amado. (NOVAES, 1985).

3.5.1.1.4. Networking

Baseado nas indicações profissionais e técnicas em função das competências de que se tem conhecimento uns dos outros, o Networking consiste numa rede de vinculações, em que os sujeitos que a constituem permutam conhecimentos e informações, buscando desenvolvimento profissional, não significando somente permutar vantagens; é um instrumento de reciprocidade onde os sujeitos recomendam e são recomendados, oferecem e obtêm contribuições positivas na carreira profissional. Tal rede é aproveitada quase sempre na perspectiva de negócio ou emprego novo. Essas redes de vinculações ampliam as capacidades e as oportunidades dos sujeitos.

O networking afigura-se relevante atualmente, tornando-se um expediente determinante no sistema socioeconômico nos tempos modernos, em virtude da redução de interações sociais, tornando-se complexa a criação de uma rede satisfatória de contatos para chegar aos clientes e expandir as atividades. (Quaresma e Gonçalves, 2013).

O networking retrata a formação de uma produção de contatos que fornecerão informações, recursos, perspectivas, feedback e apoio (Ibarra e Hunter, 2007).

Destarte, Kramer (2012) salienta que o networking se estabelece como uma forma habitual de desenvolver vínculos com os sujeitos que permutam não só ideias, conexões e informações, mas também sentimentos. (Kramer, 2012).

Da mesma forma Misner et al., (2010) estabelecem que o networking é acessível, mas se pode apresentar algumas dificuldades, porquanto, assim como nas demais práticas, tais ações inscrevem-se como capacidades e envolvem esforço, compromisso e conhecimento (Misner et al., 2010).

A premissa fundamental de uma rede de networking é: quanto maior for a rede de contatos, maiores serão as oportunidades. (Peters, 2000). Na mesma direção, Carrera (2011) assegura que debater sobre networking é abordar uma impulsão social, que será responsável pelo futuro sucesso pessoal e profissional do sujeito (Carrera, 2011).

Pode ocorrer uma das cinco espécies de comportamentos de networking: primeiramente com a finalidade de monitorar os contatos já existentes, em segundo para sociabilizar, ou para desempenhar tarefas laborativas, ainda para atuar em ações coletivas, ou, por fim, para ser mais visto pelos outros. Cada uma das situações relacionadas tem subentendido um modo de ser diante do networking, na esfera de mentalidades, atitudes ou estratégias (Forret e Dougherty, 2001).

As redes possuem existência própria, e ao compartilhar os saberes com o outro de nossa rede, em certa hora o sujeito retornará com maiores saberes ou mais possibilidades de trabalho (Carrera, 2011).

Assim, mediante a formação de vínculos de ampla confiabilidade com os sujeitos com os quais troca saberes, o sujeito se torna um indivíduo que os demais reconhecem como sendo considerado pela comunidade (Turner, 2010).

Relativamente à constituição de alguma rede de *networking*, caso seja composta somente por uma espécie de agenciadores, a conexão a meios significativos, como conhecimentos e pessoas, se apresentará muito restringida, por isso é fundamental que a rede seja diversificada. Portanto, o êxito de uma rede também emolda com grande destaque a quantidade e a categoria dos indivíduos participantes da rede, porque somente por intermédio do Networking seria viável o acesso a maiores recursos intelectuais ou financeiros (Kramer, 2012).

Pode-se dizer que o networking consiste em concentrar recursos produzidos na esfera social, incluindo: conhecimentos, contatos, referências, oportunidades, ideias ou informações (Misner et al., 2010).

Além disso, em conformidade com esse ponto de vista, o networking é o campo em maior progressão nos estudos sobre as redes, tratando-se esta concepção afirmativamente associada com a performance laborativa ou de atingir vantagens que facilitem a concorrência com os demais (Borgatti e Foster, 2013).

Por isso, essa espécie de networking pode produzir vantagens para os sujeitos ou para a coletividade porque se fundamenta no pressuposto de que as melhores respostas são obtidas pelos sujeitos ou pela coletividade à qual se acham mais vinculados, mais conectados (Ribeiro, 2012).

É possível estipular o networking pelas vinculações sociais que ocorrem voluntariamente entre os sujeitos que facilitam ou contribuem com seus atributos e capacidades reconhecidos pela comunidade em que estão inseridos (Loury, 1992). Convém acrescentar que o networking se retrata numa rede de relacionamentos sociais os quais motivam comportamentos dos sujeitos em prol do desenvolvimento socioeconômico (Carneiro et al., 2014).

Nessa conjuntura, é oportuno e relevante definir os propósitos que orientam a realização de networking, como a busca por contatos de amizade, o acesso a conhecimentos novos, a procura de emprego ou novas perspectivas de trabalho (Carrera, 2011).

Considerando o exposto sobre o networking, convém salientar que este proporciona ao sujeito obter muitos benefícios, pois permite o acesso a informações privadas e a novos métodos de trabalho, enquanto se comprova uma “expansão de poder” por ampliar a identificação do campo de atividades. Algumas vantagens mais evidentes alcançadas através de ações de networking são: a conquista de êxito profissional, ampliação da capacidade de trabalho, o crescimento pessoal e o aumento da rede de contatos, assim como o acesso a um grande número de oportunidades e de conhecimento (Carrera, 2011).

3.5.1.1.5. Rede de Apoio Comunitária e Resiliência

As elaborações teóricas acerca da resiliência comunitária são o resultado de observações em calamidades ocorridas em comunidades na América do Sul por Elbio Néstor Suárez Ojeda (2005). Esse autor desenvolveu um constructo ao verificar que, concomitantemente à dor, à perda de recursos e vidas, frequentemente essas próprias causas estabeleciam uma força mobilizadora de habilidades altruísticas que colaboravam para recompor danos, auxiliando a recuperação.

Na maioria dos estudos acerca da resiliência, ela tem-se destacado em comunidades atingidas pela discriminação e pela pobreza, no cenário da América Latina, prevalecendo as intervenções direcionadas para uma significação social. Assim sendo, as pesquisas acerca da resiliência comunitária são tratadas com maior destaque e demonstram um aporte basicamente na América-latina para compreender essa temática, na medida em que esse território é tipicamente foco de injustiças sociais e de constantes desastres naturais com efeitos sociais.

Além do mais, na realidade as redes de apoio e políticas públicas de assistência às comunidades de risco são pouco eficientes e frágeis, o que propicia a pesquisa da aptidão dessa população, dos membros de uma nação ou de uma cidade para superação coletiva de eventos adversos (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007, ROCCA, 2007).

As explicações irrefutáveis acerca da resiliência não se acham nas particularidades pessoais, mas nos vínculos grupais, nos valores de cada comunidade, em características culturais e nas circunstâncias sociais. Essa característica se constitui num robusto indício do campo de interação de uma estrutura de resiliência comunitária com o âmbito relacional ou não de redes de suporte afetivo e social (Ojeda, et al., 2007).

Nesse sentido, (Vergara, 2008) comenta:

“Se existem condições internas a cada pessoa que tornam possível a construção da resiliência, esta pode também se dar na coletividade, pela influência recíproca indivíduo-coletividade” (VERGARA, 2008, p. 707).

Esse autor faz menção a sociedades e grupos que na história da humanidade reuniram-se coletivamente para suplantar obstáculos, suscitando a resiliência comunitária, como os povos da América do Sul e Central; nos campos de concentração nazista, o povo judeu; e após a segunda Guerra Mundial, o Japão. Cada um deles demonstrou resiliência para permanecer vivo e se expandindo com o apoio dos demais sujeitos e organizações, componentes que asseguram a necessidade de vínculos significativos e, sempre que possível, organizados em rede (Landau e Saul, 2004).

A vinculação com os assistentes sociais integra os serviços da rede de apoio aos usuários, tornando-se importante fonte de apoio emocional. No entanto, eventualmente o usuário pode estar olhando o assistente com descrédito ou como um intruso, embaraçando a vinculação. Esses profissionais se referem ao relacionamento com o usuário como sendo elemento essencial do seu desempenho e tem função significativa para a eficiência em suas práticas na assistência social. A vinculação igualmente é referida no papel de propiciar apoio emocional. Assim sendo, os assistentes sociais acabam por se inserir na rede de apoio dos usuários.

Os profissionais referem-se ao apoio emocional como uma necessidade que frequentemente os usuários manifestam quando recorrem ao apoio de informações ou ao apoio material. Eles entendem que a circunstância em que o usuário procura ajuda é de enorme vulnerabilidade e que o apoio emocional exerce um papel de amortecimento e de natureza protetiva diante de eventos estressores. Em referência à rede comunitária, o apoio emocional vincula-se com a ajuda oferecida por meio da troca de experiências e dos auxílios prestados.

Quanto ao apoio de informações, o usuário percebe essa espécie de auxílio como uma oportunidade para entender e se favorecer dos recursos que antes eram estranhos para ele. Não obstante, essa difusão de informações igualmente gera desapontamento perante expectativas fracassadas em relação a certos assistentes sociais, os quais se encontram frustrados e limitados à frente desse papel.

Alguns usuários apresentam a emergência e a necessidade de alguma espécie de apoio material oferecido pela assistência social, que frequentemente é a única ajuda em contextos de vulnerabilidade social. Destarte, inconstâncias no benefício podem provocar ou impelir tais contextos de vulnerabilidade, devendo os usuários ser bem preparados para evitar que isso ocorra.

Quando se trata de vínculos e redes, usuários e trabalhadores referiram-se a situações de maus tratos, negligência, violência e abandono na fase da infância ou da adolescência e associadas aos cuidadores primordiais. Com o advento da Constituição de 1988, essas condições constituem dispositivos de intervenção do poder público, com a produção de uma rede de proteção da infância e da adolescência e com a elaboração de políticas sociais. Ainda assim, ocorreu um aumento da rede de apoio informal como estratégia para superar as condições mais difíceis, com suporte da família consanguínea extensa e também de amigos e conhecidos da família ou vizinhos e comunidade.

3.5.1.1.6. O Senso de Pertencimento

Por meio das suas relações, os sujeitos obtêm apoio, vencendo obstáculos para executar uma atividade, oferecendo suporte emocional em seu cotidiano e solidariedade em ações partilhadas.

De acordo com Reeve (2006), o pertencimento é um constructo causal significativo no íntimo da teoria da autodeterminação, pois quando os relacionamentos entre sujeitos são adequados, eles mostram desempenhos superiores, denotam resistência maior ao estresse e revelam dificuldades psicológicas menores, promovendo positivas respostas emocionais (REEVE, 2006).



A necessidade de pertencimento trata do sentimento de fazer parte integrante de uma ação coletiva, onde todos os sujeitos são conduzidos a buscar e preservar relações mútuas significativas. No entanto, caso essa necessidade não seja atendida, as consequências impactam negativamente o bem-estar e o equilíbrio emocional do sujeito (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004).

Como necessidade, o pertencimento retrata um desejo de ser percebido, valorizado e vinculado a um grupo definido. Na indicação de hipótese fundamental, a necessidade de pertencer do sujeito é igualmente descrita como necessidade de pertença, necessidade de relacionar-se ou mesmo de estabelecer vínculo (Deci; Ryan, 2000).

O pertencimento abrange aspectos fundamentais da interação com os outros e a percepção de vínculo social. Conforme Reeve (2006), a interação com os outros é a condição inicial que compreende a necessidade de pertencimento, porque é por meio dela que o sujeito desenvolve afetividades, mútuos anseios e relações sociais.

Ao agirem dessa forma, o sujeito tem a perspectiva de identificar a sua necessidade psicológica básica de pertença. Embora a interação seja satisfatória para que o sujeito se sinta ligado aos demais, a satisfação da necessidade de pertença exige o senso de uma vinculação social através dos demais e também do self (Reeve, 2006).

A identificação da percepção de vínculo social sucede quando determinado sujeito se percebe vinculado aos demais sujeitos, ou ainda quando compreende que os sujeitos se importam com o bem-estar do próximo ou existe afetividade de uns com os demais.

Conforme Reeve (2006), esse entendimento se verifica quando os relacionamentos podem satisfazer um autêntico self, ou seja, os sujeitos percebem internalizada a vinculação social e a reconhecem como verdadeira (Reeve, 2006).

3.5.1.2. Necessidade Básica da Competência

3.5.1.2.1. Inteligência Emocional

Anteriormente à tentativa de entendermos em que consiste a competência, precisamos entender o que é inteligência, mais precisamente o que seria a denominada “inteligência emocional”.

Pode-se afirmar que uma das esferas essenciais dos executores mentais são as emoções, em conjunto com a motivação e a cognição. Observa-se que a solução dos eventos que vivenciamos ou de problemas não é somente norteada pela razão, mas também conta com a participação da emoção (Hilgard, 1980; Damásio, 2005).

Conforme Damásio, 2005:

“Não há decisões puramente lógicas e nem puramente emocionais e sim há um elo entre as duas vertentes a fim de tomar decisões adequadas” (Damásio, 2005, p.154).

Logo, nós somos “razão” e “emoção”, de tal maneira que empregamos a razão para nivelar as emoções e recorremos às emoções harmonizadas para tomar decisões adequadas. Não obstante, a noção acerca da emoção é mais profunda e permanece aberta, tendo em vista a insuficiência de consenso entre os pesquisadores, como reiteram vários autores (Gusmão, 2011; Davidson, Scherer e Goldsmith, 2003; Lazarus, 1991; Levenson, 2001. Roazzi et al., 2001; Ekman e Davidson, 1994).

Alguns autores constataram que esses impasses nas concepções se apresentam devido às alterações das condições emocionais, que se sucedem nas vivências do sujeito ao longo de sua existência. Eles descrevem a emoção como sendo uma disposição contingente de origem profunda que surge de experiências emocionais que acarretam mudanças nas atividades fisiológicas e psicológicas, capacitando o sujeito para atuar diante das circunstâncias com as quais se depara (Frijda, 2008; Gazzaniga, Heatherton, 2005; Levenson, 1999; Atkinson et al., 2002; Davis e Lang, 2003).

Somos classificados como seres humanos racionais, e essa afirmação fez com que o foco do homem fosse direcionado para desenvolver suas habilidades cognitivas. É notável como a humanidade progrediu em termos materiais, intelectuais e em várias outras áreas. Porém, no campo emocional e moral, não ocorreu evolução relevante. Isto é, o ser humano dissociou a razão da emoção e assim nos assumimos como criaturas racionais. Melhor dizendo, ao nos anunciarmos indivíduos racionais, nutrimos e experienciamos determinada cultura que desconsidera as emoções. Dessa forma, desde então, não foi reconhecida a conexão prosaica entre razão e emoção, que compõe a existência humana, não levando em consideração que o processo racional tem um alicerce emocional (MUTURANA, 2002).

Quando o sujeito mergulha na cólera ou na raiva, revela-se uma vulnerabilidade interna e externa: seja na dimensão cognitiva, pois o raciocínio é inflexível e pouco elaborado, seja na dimensão subjetivo-experiencial, pois ocorrem diversas modificações neurovegetativas enormemente intensificadoras de agressividade; ou ainda na dimensão comportamental, visto que esta é um efeito tangível das dimensões anteriores, e por isso primária, estando próxima da inconsciência.

A vulnerabilidade também é resultado da atividade neuroquímica que ocorre de forma progressiva que transforma o sujeito em vítima padecente da amígdala, após o descarregamento de hormônios (catecolaminas), os quais se deslocam para as glândulas suprarrenais corticais do Sistema Nervoso. O organismo também “sente-se preparado” para uma atividade irrefletida, com muita força, vigor e intensidade, ficando a mente emocional num estado de alerta incomum. Esse disparo energético é de difícil controle. Os sujeitos se acham invulneráveis e convertem-se em sujeitos implacáveis nos seus comportamentos, e portanto, na percepção dos seus estímulos.

Em suas investigações, Izard (2009) assevera que o exame do elo entre a cognição e a emoção possibilita um entendimento mais claro dos eventos e das distintas espécies de emoções no transcorrer do desenvolvimento humano, na evolução das várias gradações de comportamento e de consciência (Izard, 2009).

Nas pesquisas mencionadas, nota-se que a cognição e a emoção têm atuação significativa na direção que tomamos e nas escolhas que fazemos na vida.

Embora anteriormente houvesse uma enorme inquietação com a produção de métodos eficazes para aprimorar a cognição, estudos vêm indicando que é tão relevante ter entendimento em certa área como também é importante aperfeiçoar habilidades emocionais.

Em vista disso, deve-se considerar que a falta de habilidades para tratar com as emoções tem-se tornado a razão de enormes sofrimentos. Desse jeito, compreender para que servem, conhecê-las, identificar quando e em que contexto elas ocorrem é fundamental para conseguirmos nos expressar de maneira harmônica física e moralmente, sem perturbarmos nossos vínculos.

Isso pode ser atribuído a diversos motivos, uma vez que ocorre há dezenas de anos o debate sobre a necessidade de compreender a inteligência emocional. Ademais, na bibliografia científica estudada acerca da competência emocional, vimos debates de constructos com a hipótese da teoria da inteligência emocional, porque, para que se encontre o entendimento da competência (emocional), será necessário compreender o que seja a inteligência emocional.

Com o desenvolvimento do conhecimento científico, em particular no campo das neurociências, e as reflexões práticas sobre a aplicabilidade desse conhecimento em distintos contextos, essa concepção experimentou certas alterações com o intuito de contemplar os demais fatores, de modo que caracteriza a inteligência como sendo a habilidade da aprendizagem com base na capacidade de resolver problemas, de usar o conhecimento para se adequar a novas situações e novas experiências (Meyers, 2014).

De acordo com GROUPE (2016):

“A inteligência emocional é formada por um conjunto de competências relacionadas à capacidade de administrar de forma adequada as próprias emoções” (Groupe, 2016, p. 59).

Partindo dessa compreensão, é possível reafirmar o pensamento de que a inteligência como constructo é uma variante de tal maneira que a sociedade julga inteligente qualquer propriedade que contribua para o resultado favorável e vitorioso nessas sociedades (STERNBERG; KAUFMAN, 1998).

Embora as concepções arcaicas de inteligência superestimem os fatores cognitivos, diversos investigadores renomados na esfera da inteligência reconheceram a relevância de fatores não-cognitivos. Por exemplo: Robert L. Thorndike (1920) usou o termo “inteligência social” para retratar a habilidade de conhecer e dar motivação aos outros (Thorndike, 1920).

Ao descrever a interferência dos aspectos não-intelectuais sobre o comportamento inteligente, David Wechsler (1950) argumentou que os moldes de inteligência não seriam plenos enquanto esses aspectos não fossem devidamente representados (Wechsler, 1950).

As emoções intensamente negativas criam bloqueios concretos, deslocando a atenção para as estimulações e os eventos que as desencadeiam, interferindo na concentração em outro objeto ou fato. Ou seja, sentimentos negativos, pelas suas peculiaridades neurobiológicas, são intrusos quando sabotam e prejudicam as tentativas de focar a atenção em outros eventos ou objetos.

As emoções controlam a concentração e escravizam as faculdades mentais (autores da perspectiva neurofisiológica a denominam memória de trabalho), as quais desempenham, no âmbito do funcionamento mental, o papel de execução por excelência, tornando plausíveis todos e quaisquer esforços intelectuais (Damásio, 2.000).

Quando os circuitos límbicos confluem no córtex pré-frontal, estão sob o controle da energia emocional e afetam a memória de trabalho, ficando difícil pensar correta e claramente, suscitando uma motivação negativa.

De maneira oposta, a força da motivação positiva, impulsionada com base na confiança e no zelo, traduz-se em sentimentos de entusiasmo, em mais motivação, mais tenacidade e mais eficácia na realização de objetivos definidos, o que vem de certa forma ratificar as Leis do Exercício e do Efeito de Thorndike^c (1874-1949).

Outro mecanismo do autocontrole emocional é ser capaz de dominar o impulso e optar pelo adiamento de recompensas, através da determinação e do autocontrole pessoal referente a essa escolha (Goleman, 1995).

Uma das qualidades essenciais da autorregulação emocional é a protelação de gratificação autoimposta, orientada para um propósito. Contudo, mais do que adiar

recompensas, o otimismo, a ansiedade e a esperança também cooperam com esta competência de motivar a si próprio.

A primeira vez que foi usada a expressão inteligência emocional é atribuída ao autor Wayne Payne (1985), que a mencionou em sua tese de doutorado em 1985. Já na década de 1990, as pesquisas acerca da inteligência emocional começaram a ganhar mais destaque e validação na área acadêmica e na mídia (Payne, 1985).

Naquele período, alguns pesquisadores como Peter Salovey, John D. Mayer (1990) e Daniel Goleman (1990) instauraram a introdução e o desenrolar da conceituação da Inteligência Emocional, desenvolvendo-a em distintos contextos.

A inteligência emocional, conforme Salovey e Mayer (1990), seria alusiva à habilidade em identificar e expressar as emoções, incorporá-las ao pensamento, raciocinar e compreender com ela, e ser capaz de aplicá-la em si mesmo e nos outros (Salovey e Mayer, 1990).

Tais autores desmembraram a inteligência emocional em quatro níveis, os quais podem ser compreendidos primeiramente como a Percepção das emoções, que abrange a habilidade em identificar as emoções e o seu conteúdo emocional, examinando-as de várias maneiras, como na expressão fisionômica, no tom da voz, etc. Sujeitos com essas habilidades podem diferenciar entre expressões de sentimentos desonestas ou honestas. Por exemplo: percebem quando um sorriso pode ser amarelo ou ainda quando as lágrimas de alguém são falsas (Fonseca, 2015).

Temos na sequência o raciocínio intermediado pelas emoções, sendo que isto é fundamental na habilidade de utilizar os dados emocionais para auxiliar o raciocínio e o pensamento. Consolidar essa dimensão da inteligência pode caracterizar maior rendimento e redução considerável do estresse, tendo em vista que se capacita para manejar as emoções, focando no que é mais importante.

Em seguida, com a compreensão e exame das emoções, temos a capacidade de analisar as alternâncias emocionais, que são menos evidentes, como por exemplo, distinguir medo de nojo, raiva de irritação, e entender suas conexões com os acontecimentos da vida. Inclui-se nessa perspectiva que é possível perceber uma relação entre medo e ameaça, raiva e injustiça, perda e tristeza, entre outros.

E por quarto e último, o gerenciamento das emoções, que consiste em ocupar-se das emoções pessoais, fator que é facilmente comprovado na inteligência emocional. Consiste na habilidade de distinguir a emoção do comportamento. Por exemplo: quando o sujeito sente medo, porém não paralisa; sente raiva, mas não parte para a agressividade. No entanto, passa a refletir acerca do que ele mesmo sente, ocorrendo um amadurecimento com as suas vivências.

Desse modo, compreendida a ligação entre o comportamento relacional, a neurofisiologia e a emoção, torna-se necessário entender as maneiras como essa emocionalidade pode ser regulada com o intuito de ser alinhada na esfera relacional, para efetivar comportamentos competentes.

A esse respeito, Mayer e Salovey (2007), com fundamento nas quatro habilidades, conceituam inteligência emocional como a aptidão de valorar e perceber com precisão a emoção; a capacidade para despertar ou conectar sentimentos quando esses motivam e influenciam o pensamento; a habilidade para compreender a emoção e o devido conhecimento emocional, e a competência para regular as emoções que promovam o desenvolvimento intelectual e emocional. (MAYER, SALOVEY, 2007, p. 32).

A conceituação acima mencionada direciona para a capacidade mental, demonstrando um funcionamento mental de interação entre cognição e emoção, em que um aspecto se vincula ao outro. Isto é, uma ação conjunta direcionada para o aprimoramento da inteligência emocional, como sendo uma aptidão cognitiva.

Alguns autores como Bar-On (1997) e Goleman (1995) elaboraram um formato denominado “modelos mistos”, em que são combinados fatores da personalidade com habilidades cognitivas. Dessa forma, eles levam em conta outros fatores, como a motivação, as atividades sociais, e certos aspectos pessoais, como determinação, empatia, autoestima e outros (Bar-On, 1997; Goleman, 1995)

Para ser reconhecida como tal, a inteligência deve seguir rigorosamente determinados parâmetros baseados na experiência, e acredita-se que um modelo de capacidades mentais seja o formato de medidas ou parâmetros de referência da inteligência emocional, por ser um dos mais rigorosos em relação aos critérios desenvolvimentais, conceituais e correlacionais (Mayer, Caruso e Salovey, 1990).

Com o padrão desenvolvimental, segue-se o parâmetro de que a inteligência pode ser aperfeiçoada no decorrer do tempo. Quanto ao padrão conceitual, relaciona a inteligência a uma progressão mental, e não a uma configuração de conduta. Já o correlacional se reporta a um agrupamento de habilidades similares, mas que não integram as demais inteligências (Mayer, Caruso e Salovey, 1990).

De maneira sucinta, a inteligência emocional é uma área de pesquisa incipiente, a qual busca aprimorar a concepção tradicional sobre a inteligência, inserindo em seus constructos os sentimentos e as emoções. A inteligência emocional define as capacidades possíveis de que cada sujeito dispõe para obter determinadas habilidades vivenciais designadas de competências emocionais (Pavão, 2003).

A competência emocional busca identificar o ponto máximo em que um sujeito pode valer-se dessas habilidades no cotidiano da sua vida. Contudo, se o sujeito manifestar algum nível de inteligência emocional, não se deve concluir que ele já tenha internalizado competências emocionais para agir em determinados espaços singulares, como, por exemplo, numa escola ou numa empresa (Pavão, 2003).

A autora acima salienta que a inteligência emocional se relaciona mais especificamente à compreensão das emoções e seus fatores, ou seja, o autoconhecimento. No entanto, isso não atribui ao sujeito a capacidade de manejar integralmente o conhecimento emocional com sucesso. Já a competência emocional é a prática de tal conhecimento de maneira eficiente (Pavão, 2003).

No que se refere a questões emocionais, o sujeito deve ter abertura para transformações e ingressar num sistema de renovação constante que atravessa o autoconhecimento e produz mudanças profundas no contexto da educação emocional.

Todavia, a metodologia de obtenção e solidificação das habilidades que tornam determinado sujeito competente emocionalmente é incumbência individual de cada um. Inegavelmente é uma trajetória lenta e árdua, que, em primeiro lugar, transita pelo autoconhecimento e demanda mudanças.

Acredita-se em certos ganhos que a educação emocional pode trazer à vida dos sujeitos, pois, de acordo com os estudos, sujeitos emocionalmente competentes conseguem atender de maneira mais adequada aos eventos mais adversos, são mais empáticos, resilientes, solidários e compreensivos. Esses são aspectos que o corpo social

tem demandado, e, nesse cenário, as perspectivas da educação tendem para o desenvolvimento desse sujeito de modo holístico.

3.5.1.2.2. Competência Emocional

Desta forma, a Competência Emocional é uma aptidão formada com base na inteligência emocional, definida como a capacidade do sujeito de motivar a si mesmo em circunstâncias desfavoráveis com que se defronta na vida; de conduzir o pensamento de maneira a controlar o desânimo ocasionado pelas frustrações; de revelar a faculdade de gerir o seu estado de ânimo de modo a proceder de forma adequada com ele mesmo e com os demais (Goleman,1998).

A capacidade de gestão de relacionamentos em grupos retrata a habilidade emocional que ocasiona a sequência entre a capacidade de distinguir os sentimentos de outro sujeito e comportar-se de forma a influenciá-los.

Conseguir administrar as emoções dos demais sujeitos em grupos (turma, subalternos, entre outros) exige empatia e autocontrole. Exteriorizamos mensagens emocionais e sinais, os quais presumivelmente influenciam aqueles que interagem conosco, o que comprova a força contagiosa das emoções. Contagiamo-nos com os sentimentos uns dos outros, como se eles fossem algum tipo de “vírus social” (Goleman, 1995).

Podemos destacar a importância da perspectiva sociocultural na forma utilizada pelos sujeitos para exprimirem os seus sentimentos, deduzindo que existem regras de expressão vinculadas a fenômenos circunstanciais ou de natureza sociocultural, os quais podem ser utilizados de maneira estratégica (Ekman e Friesen, 1975; Goleman, 1995).

Tais regras fundamentais, que são aprendidas no decurso da existência sociocultural do sujeito, através da educação, explícita ou implicitamente, apenas imitando os comportamentos dos antepassados, configuram maneiras de gestão das emoções e de autocontrole.

Na educação de sentimentos, as emoções são ao mesmo tempo uma mensagem e um recurso, e as interações que ocorrem na convivência em sociedade comprovam que as emoções, mais do que expressivas, são contagiantes (Hess, Philippot, Blairy, 1998; Goleman, 1995).

Sujeitos emocionalmente competentes no âmbito da gestão de emoções sociais tendem a ser líderes espontâneos, naturalmente; logram articular e expressar os sentimentos coletivos, de maneira a direcionar o grupo rumo aos seus objetivos; estimam estar com os demais, difundem bem-estar, são capazes de governar as suas expressões individualizadoras das emoções, sejam não verbais ou verbais; correspondem-se com as ações e respostas dos demais membros de um grupo; alinham a todo momento a sua performance social em relação a um propósito; são leais a si mesmos, isto é, funcionam conforme as suas ideias e não para agradar os outros ou obter admiração.

3.5.1.2.3. A teoria das inteligências múltiplas

Da mesma forma, para melhor compreendermos as Competências, necessitamos saber sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas. Com a teoria das inteligências múltiplas, Howard Gardner (1983) sinalizou a intenção de agregar as concepções sobre a capacidade de conhecer a si próprio e de levar em consideração as suas motivações, seus medos e sentimentos (inteligência intrapessoal), assim como também da habilidade de perceber as motivações, intenções e o desejo dos outros (inteligência interpessoal) (Gardner, 1983).

Para esse autor, parâmetros de inteligência como o QI não demonstram integralmente as capacidades cognitivas. Desse modo, embora as designações dadas a essa concepção tenham se diversificado, existe uma crença habitual cujas noções clássicas de inteligência não oferecem uma elucidação completa acerca dos seus atributos (Gardner, 1983).

A teoria das inteligências múltiplas sustenta um entendimento biológico para cada capacidade mental, considerando somente as capacidades globais pertencentes ao ser humano. Ademais, na vinculação entre aspectos biológicos e determinado procedimento cognitivo, é incorporada a cultura. No reconhecimento de uma inteligência, geralmente devem ser considerados dois aspectos fundamentais: as exigências e as premissas de inteligência (Almeida, Guisande, e Ferreira, 2009).

Quanto aos pré-requisitos ou exigências, deve-se levar em conta que uma habilidade intelectual engloba um conjunto de competências aptas para resolver problemas e auxiliar os sujeitos a superá-los, gerando, circunstâncias que podem ser o elemento fundamental na conquista de novos saberes, numa certa cultura.

Das inteligências examinadas, não foram todas que satisfizeram os requisitos e sendo assim, eram desconsideradas; porém, das inteligências reconhecidas, que preenchessem os requisitos elencados, foram definidas sete espécies de inteligências (Gardner, 1999): musical; linguística; espacial; corporal-quinestésica; lógico-matemática; intrapessoal e interpessoal.

A inteligência musical possibilita aos sujeitos que compreendam, estruturem, reconheçam e comuniquem as significações por meio de sons. Quanto à inteligência linguística, foi a mais examinada e apresenta a capacidade de formar e coordenar as funções e os significados de vocábulos e da linguagem. Já a inteligência espacial é compreendida como uma aptidão para entender determinados dados informacionais e, dessa maneira, recompor cenas para receber um estímulo físico. A inteligência corporal-quinestésica é considerada como a capacidade para valer-se do seu corpo ou fragmentos dele para solucionar problemas ou construir algo, enquanto a inteligência lógico-matemática abrange a aplicação e o exame de composições abstratas. A inteligência intrapessoal agrega um encadeamento de processos que dão aos sujeitos a manifestação das emoções pessoais, como fraquezas, desejos e forças.

Finalmente, a inteligência interpessoal consiste na capacidade para perceber os demais, em especial, as interações, os seus sentimentos, motivações e temperamentos. Esta inteligência envolve da mesma forma a capacidade de participar em grupos, possibilitando a distinção entre cargos e papéis. De início, essas inteligências não foram reconhecidas. Porém, recorrendo a novas pesquisas, Gardner (1999) considerou que existiam mais três distintas inteligências: inteligência naturalista; inteligência espiritual e inteligência existencial (Gardner, 1999, p.47).

A hipótese das múltiplas inteligências contribuiu em dois aspectos centrais, que foram averiguados por testes e podem ser sintetizados primeiramente considerando-se que a base de problemas relacionada com o cenário no qual se desenrolam e as suas devidas soluções se manifestam conforme a cultura do meio em que os sujeitos vivem. Outro aspecto relevante a ser considerado é que cada cultura possui funções que irão requisitar diversificadas inteligências, o que consiste no entendimento de que os sujeitos são condutores de um grupo de competências e não somente de uma única, as quais solucionam determinados problemas (Almeida, et al., 2009).

3.5.1.2.4. A Competência Percebida

A necessidade básica da competência revela que os sujeitos têm desejo de ver reconhecidas suas competências nos espaços sociais e na convivência com outros sujeitos, abrangendo a sobrevivência e a realização de suas ações práticas. (APPEL et al., 2010).

Conforme a Teoria da Autodeterminação, a competência é conceituada como sendo uma necessidade psicológica básica de todo e qualquer sujeito. A competência tange a premissa de obter determinada repercussão na extensão de um meio social para atingir os objetivos almejados. Essa necessidade é configurada pelo desejo do sujeito de poder exercer as suas capacidades, procurando administrar os desafios em nível ótimo e lograr um feedback positivo (REEVE, 2006).

Figura 3: Competência Percebida



São desafios em nível ótimo aqueles em que o sujeito é capacitado para desenvolver determinada ação para a qual o nível de obstáculos e profundidades situam-se exatamente no grau de suas capacidades peculiares. A pesquisa empírica demonstra que para determinado sujeito perceber-se competente, a atividade deve estar num grau intermediário de dificuldade. Atividades demasiadamente difíceis ou fáceis não oferecem uma perspectiva para a expressão da competência, porque o êxito identificado em atividades mais fáceis ou a impressão de fracassar devido a não realização de determinada

atividade difícil, não são aspectos para perceber a capacidade, necessárias para o sujeito perceber-se competente (Reeve, 2006; Lens e Decruyenaere, 1991).

Contudo, o feedback é definido pelos conhecimentos oferecidos por um agente social acerca das perspectivas de um entendimento ou desempenho. O feedback é apontado como a avaliação do resultado de um desempenho definido, que pode ser de dois tipos: negativo e positivo. O primeiro ocorre com a redução da compreensão da competência, e o segundo relaciona-se ao conhecimento afirmativo acerca da competência, ampliando, a compreensão da competência do sujeito (Hattie e Timperley, 2007).

No entanto, para Ryan e Weinstein (2009), as avaliações e feedbacks têm potencial de dispor significados funcionais diferentes e, por conseguinte, efeitos diferentes com relação à motivação. Geralmente, um feedback negativo tende a desalentar em vez de inspirar o sujeito a envidar um esforço maior (Ryan e Weinstein, 2009).

Desse modo, conforme os autores da Teoria da Autodeterminação, oferecer um feedback é relevante por transmitir de modo direto as consequências de um conhecimento que, quando positivado, irá satisfazer a necessidade da competência (Deci; Ryan, 2008b).

Sob outro ponto de vista, a competência não é apenas um agrupamento de compreensões técnicas, porém consiste no discernimento produzido no decorrer da vida, com a bagagem das vivências repetidas e variadas, às quais o sujeito adere de modo positivo, empenhando-se para perceber os acontecimentos e igualmente perceber-se. Ou, por outra maneira, é nesse contínuo desempenho, no decurso do tempo que os saberes se solidificam e, por conseguinte, compõem suas competências (Perrenoud, 2000).

E ainda se pode também conceitualizar competência como a capacidade do sujeito de mover total ou parcialmente os próprios recursos afetivos e cognitivos para encarar um conjunto de eventos intrincados, os quais requerem a noção exata dos recursos, dos vínculos que deverão ser estabelecidos entre eles e da essência das habilidades em mobilizar-se (Perrenoud, 2000).

Refletir levando em conta a competência significaria, portanto, considerar a participação, a estrutura de vários recursos afetivos e cognitivos para lidar com uma série de situações que apresentam semelhança de estrutura. Sem dúvida, a concepção sobre competência, segundo o referido autor, está associada à emoção: existe uma vinculação

entre fatores cognitivos e emoções nas decisões e nas escolhas para conseguir regular as emoções e utilizar conhecimentos de maneira apropriada à situação.

Em face do exposto, é relevante que a aprendizagem intelectual ocorra concomitantemente com a educação das emoções. Contudo, é oportuno evidenciar que a competência se apresenta e se desenvolve com base em diversas vivências, utilizando análogas emoções e conhecimentos no decurso da existência.

Por exemplo: em entrevista concedida à revista Neuro educação, o estudioso Filip de Fruyt (2022), em relação ao desempenho escolar, declarou:

“A capacidade de cada aluno de gerenciar suas emoções desde cedo vai ajudá-lo a lidar com adversidades do seu cotidiano, e também isso terá impacto direto em seu aprendizado” (FRUYT, 2022, p. 13).

Conceitua-se também competência como uma capacidade de manifestação sobre certas temáticas que consentem a rememoração de uma pluralidade de saberes e conhecimentos, de natureza polissêmica, da mesma forma que suas variadas procedências, da academia ou outras fontes de aprendizado (Marinho-Araújo e Rabelo, 2015).

Na percepção desses pesquisadores, a competência presume um conjunto de saberes assimilados, assim como atitudes e habilidades que devem ser incorporadas para serem utilizadas com eficácia na solução de alguns eventos. Assim sendo, a competência está geralmente associada à capacidade e à inteligência de pôr tais saberes em efetiva ação. É por isso que essa série de habilidades abrangem uma pluralidade de escolhas e decisões, as quais poderão ocorrer a partir do exame de circunstâncias para verificar o ambiente até funcionar com agilidade e de modo eficiente.

Segundo Almeida, Guisande e Ferreira (2009), a inteligência é caracterizada como:

“Uma habilidade ou um conjunto de habilidades que permite a um indivíduo a resolução de problemas ou realizar produções características de uma dada cultura” (Almeida, Guisande e Ferreira, 2009, p.131).

3.5.1.2.5. As habilidades ou competências sociais

Outro fator importante com relação às capacidades ou competências que o ser humano dispõe, são as habilidades de convivência em sociedade. As habilidades ou competências sociais podem apresentar diferentes sentidos, de acordo com o ponto de vista conceitual sob o qual são abordadas.

Presentemente, na área da Psicologia, tem-se estendido um campo de prospecção que procura pesquisar a performance social com base num exame psicológico das vinculações sociais e das habilidades atribuídas para instaurar relacionamentos e vínculos de qualidade e efetivos. Tal área vem sendo designada “campo prático-teórico das habilidades sociais” (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017).

Em concordância com esse ponto de vista teórico, o funcionamento social pode abranger duas dimensões típicas: a) condutas habilidosas socialmente. b) condutas não habilidosas socialmente

As condutas habilidosas socialmente – denominadas habilidades sociais – são aquelas requisitadas para a competência social, que são reconhecidas por determinada cultura ou subcultura^a e que apresentam maior perspectiva de provocar repercussões favoráveis, tanto para o sujeito que as manifesta quanto para a comunidade social a que pertence (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2010).

Já as condutas não habilidosas são aquelas que apresentam maior perspectiva de diminuir a potencialidade dos vínculos interpessoais e poderão abranger laços não-habilidosos operantes, sobretudo: coerção, autoritarismo, ironia, agressividade verbal ou física, gerando respostas não-habilidosas e passivas, como: ansiedade, mágoa, ressentimento e fuga ou esquiva das necessidades sociais, em vez de enfrentá-las (Del Prette e Del Prette, 2010; Turini, Bolsoni-Silva e Carrara, 2010).

Portanto, as habilidades sociais são atitudes e ações granjeadas na vida, que o sujeito aprende a se comportar de maneiras distintas durante o seu amadurecimento pessoal e seu aprendizado resulta das diversas circunstâncias a que é exposto durante a sua existência, proporcionando (ou não) condições para que tais habilidades sejam alcançadas e fortificadas (Del Prette, Ferreira, Dias e Del Prette, 2015; Del Prette e Del Prette, 2009).

Pesquisas têm indicado que, em cada etapa do amadurecimento pessoal, determinadas categorias das habilidades sociais se afiguram fundamentais para a boa disposição física e mental do sujeito. Elas são reconhecidas como condição de bem-estar físico, social e psicológico. Porém, quando sucedem lacunas no sistema de aprendizado do sujeito, ou mesmo problemas para satisfazer necessidades novas – típicas de determinada fase da vida – poderão ocorrer ou se associar a déficits nas habilidades sociais e a falta de adaptação, que pode tornar-se muito complexa e prejudicar o sujeito, ocasionando impactos negativos na sua qualidade de vida e na sua saúde (Del Prette, Ferreira, Dias e Del Prette, 2015).

Dessa maneira, os pesquisadores têm mencionado que foram constatadas repercussões de um cabedal dessas habilidades sociais suficientemente estruturadas, o que tem sido indicado como sendo um aspecto de qualidade de vida e da promoção de saúde (Silva, Bolsoni-Silva, Rodrigues e Capellini, 2015).

Em pesquisa com turmas de estudantes com deficiência ou de espaços de recursos polivalentes, em que integraram docentes de um curso de desenvolvimento (EAD) do ensino regular, os autores acima investigaram tendências e correspondências entre os fatores, como por exemplo: as práxis educativas, o conjunto de habilidades sociais e os desvios de conduta dos estudantes; ambientes de trabalho e indícios de Síndrome de Burnout. As respostas acrescentaram que padrões negativos de atitudes, classificados como condutas que não definiam habilidade social, causam influência no nível de Burnout, que parece exercer interferência nas metodologias de trabalho.

3.5.1.3. A Necessidade Psicológica Básica da Autonomia

Quanto à autonomia, no decorrer do tempo, com o controle de competências de aprendizagem social e emocional, vai sobressaindo-se um avanço no processo que direciona a transformações, em que o sujeito não é mais controlado por aspectos exteriores, gradualmente passando a agir conforme os valores e as crenças internalizadas, a e zelar e importar-se com os outros, para tomar decisões boas e assumir a responsabilidade pelas consequências de seus comportamentos e escolhas (Durlak, Weissberg, Dymnicki, Taylor e Schellinger, 2011).

A autonomia tem o significado etimológico de: por si mesmo (autós) e lei (nomos), ou seja, a capacidade de conceder a si lei própria. Não se considera tal capacidade como alguma coisa ilimitada e absoluta, assim como não se considera sendo

expressão com sentido aproximado de autossuficiência, pois aponta um campo peculiar do qual a existência é assegurada intrinsecamente na fronteira que diferencia a sua capacidade com a capacidade dos demais. Porém, mesmo sendo diferentes, não são inconciliáveis com as demais leis.

3.5.1.3.1. A autonomia como uma capacidade

Uma capacidade de tomar decisões responsáveis, abrangendo o exame de eventos, entendendo com exatidão o momento em que uma decisão deverá ser adotada, analisando aspectos que sejam capazes de influir nas respostas; apropriando-se de responsabilidades pessoais, compreendendo e chamando para si a obrigação de comprometer-se com condutas éticas e seguras; respeitando os demais, considerando que os outros devem ser vistos com compaixão e bondade, achando-se instigados para cooperar com o bem comum e com a solução de problemas, criando, processando e averiguando resoluções de modo positivo e orientado (Feinstein, 2015; Hutzel et al., 2010).

Pode-se entender a autonomia como uma capacidade que é orientada por normas próprias. Sugere-se ainda, para a expressão “autonomia”, o significado ontológico que alude a determinadas instâncias de contextos os quais são autônomos em referência às demais (Mora, 2001).

Assim como todas as coisas importantes na vida, a liberdade pode exteriorizar-se de fato, comprovando por si mesmo, através do ato em si. Isto é, por meio da escolha de determinada ação, das tomadas de decisão. Portanto, ser livre é efetuar escolhas verdadeiras, e inclusive a desistência e a inação também são espécies de escolha. Não se conheceria a liberdade sem poder fazer escolhas (Perdigão, 1995).

Sartre era um pensador que procurou entender como podemos desenvolver consciência da própria concepção e os tornarmos responsáveis por causa disso, baseados nas oportunidades que o sujeito tem para ser o próprio agente na estratégia de se fazer quem deseja ser diante das oportunidades de escolhas que se lhe apresentam, acarretando um recomeço com uma realidade nova (Sartre, 2015).

A liberdade, por esse ângulo, desempenha a função somente da autonomia de escolha, o que presume a aptidão de tomar o comando em relação ao que ocorre com o próprio caminho, em relação às escolhas que fazemos. Perante o real que o ser humano

vivência, as coisas tornam-se, para ele mesmo, da maneira como ele escolhe que se tornarão, reformulando a sua visão de sociedade e o seu jeito de ser (Sartre, 2014).

Toda escolha que um sujeito faz leva dentro de si mesmo a gravidade de incumbências, por ser ele mesmo o agente responsável por desenvolver as tomadas de decisão e com isso tornar-se responsável pela sua existência (PERDIGÃO, 1995; Sartre, 2015).

A cada instante temos diante de nós decisões a tomar, umas mais simples, outras que poderiam inclusive determinar se permaneceremos vivos ou não. Associando as emoções ao sistema de aprendizagem e à maneira como essa conexão influencia na tomada de decisão, as emoções positivadas desempenham uma função relevante para o sujeito, pois influenciam de modo direto os processos motivacionais de prazer e de recompensa (DORNELES, 2014).

3.5.1.3.2. A Autonomia Percebida

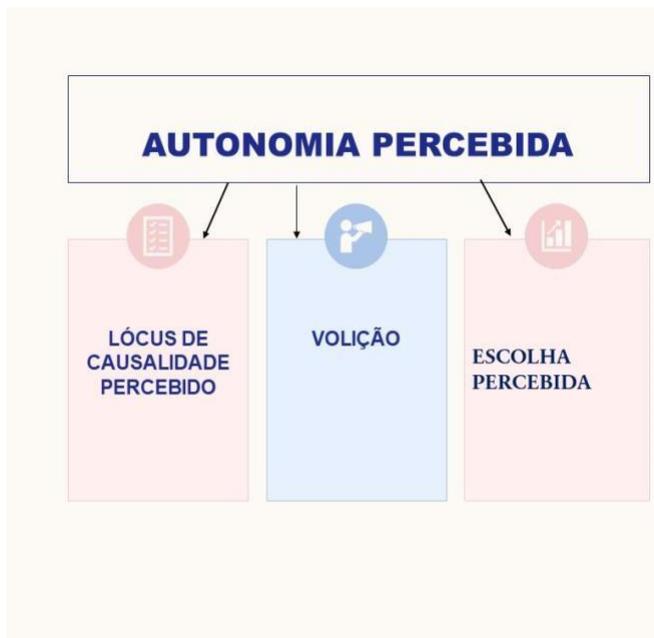
Quanto à necessidade de autonomia proposta pela teoria das necessidades psicológicas básicas, ela é essencial para compreender as propriedades de um comportamento. A autonomia relaciona-se ao desejo de conseguir administrar seu próprio comportamento, possibilitando uma percepção de ser independente nas suas escolhas.

A necessidade de autonomia demonstra que os sujeitos podem escolher as ações que poderão realizar, isto é, reproduz o desejo de conduzir-se conforme a sua própria escolha; o sujeito vivencia seu comportamento que foi concebido por ele mesmo, e não por circunstâncias externas (CAVENAGHI, 2009).

O comportamento é apontado como sendo autônomo quando as vontades, os interesses e as preferências conduzem a uma sistemática de tomada de escolhas acerca da participação ou não de determinada tarefa. Sendo uma perspectiva baseada na experiência para a personalidade e motivação, a teoria da autodeterminação empenha-se não apenas em entender a origem e as repercussões da autonomia, mas também a descrição da maneira como se produz, da mesma forma como suas interferências são concebidas por circunstâncias sociais e biológicas.

As características empíricas utilizadas conjuntamente para determinar o conhecimento subjetivo da autonomia são três: o *locus* de causalidade percebido, a *volição* e a *escolha percebida* (Ryan; Deci, 2006; Reeve, 2006).

Figura 4: Autonomia Percebida



O lócus de causalidade percebido é uma característica fundamental para a necessidade psicológica da autonomia, porque é ele que torna possível a um sujeito concluir se dispõe de domínio em relação à sua própria existência ou se os demais sujeitos a manipulam (Reeve, 2004).

A volição está relacionada à vontade que determinado sujeito tem de aderir a determinada ação sem ser compelido a fazê-lo (Reeve, 2004). Assim sendo, a volição está associada ao senso de liberdade de escolha, ao contrário de ser coagido.

Quando o sujeito se dedica a uma tarefa e, concomitantemente, vivencia a percepção de liberdade, de vontade e de realizá-la, a volição é aumentada. Se o sujeito se envolve numa tarefa achando-se coagido ou pressionado a contribuir, não existe volição, ou ela é mínima.

A escolha percebida concerne ao senso de decisão que o sujeito sente quando se acha em espaços que oferecem uma versatilidade para adotar escolhas.

Quando o sujeito argumenta que age pela sua vontade própria, experiencia a liberdade em seu ato; mas se o sujeito expressa ou faz algo porque tem que fazer, é porque experiencia certo grau uma coação para realizar aquela tarefa (Reeve, 2006; Ryan; Koestner; Deci, 1999).

O contrário de escolha percebida é a sensação e o sentimento de obrigatoriedade, onde, de modo inflexível e rígido, o sujeito é compelido a realizar certa atividade. Todavia, não são todos sentimentos de escolha experimentados que promovem a necessidade psicológica da autonomia.

O senso de escolha apenas será distinguido quando o sujeito for capaz de decidir sobre suas próprias atitudes. À vista disso, escolher entre duas alternativas é insuficiente para satisfazer a necessidade de autonomia (Reeve, 2006; Deci e Ryan, 2000).

3.5.1.4. A SDT e seus Três Aspectos

Deci e Ryan (2002) alegam que a estrutura das necessidades básicas de competência e pertencimento desenvolvem necessidade de autonomia, favorecendo a regulação do comportamento.

Como exemplificado na figura 1, a Teoria da Autodeterminação compreende três aspectos distintos: a motivação intrínseca, que utiliza a motivação interna, uma motivação originária do seu próprio desejo, de sua personalidade.

Dessa forma, a própria pessoa competentemente se satisfaz com suas próprias ações comportamentais, extraíndo disso prazerosas sensações que essa dinâmica interna proporciona (BALBINOTTI, et al., 2011).

Contudo, essa disponibilidade para agir não fica restrita somente à dinâmica interna da própria pessoa, devendo-se fazer a distinção entre as motivações intrínsecas e as motivações extrínsecas.

Na motivação intrínseca, o sujeito pretende executar uma atividade ou atingir um objetivo porque é importante ou satisfatório para ele, correspondendo a um autêntico desejo, a uma inata predisposição do ser humano, ou seja, sua personalidade (MINER, 2015).

A motivação intrínseca é uma espécie de motivação considerada quase que inata, e se expressa na propensão em realizar a ação em si, buscando a realização e satisfação pessoal ou ainda pelo prazer obtido com a atividade.

Portanto, quando a realização da atividade origina-se no interesse particular do sujeito, não havendo pressões externas nem prêmios para sua execução, ele vivencia mais autonomia na sua execução, internalizando com maior facilidade um comportamento novo em algum ponto no decorrer do continuum motivacional, conforme os atuais fatores situacionais e as vivências anteriores (RYAN; DECI, 2000b).

Na motivação extrínseca o sujeito está externamente pressionado para a ação. Uma pessoa motivada extrinsecamente é aquela que inicia uma ação com perspectiva de repercussões vantajosas a diferentes acontecimentos, não obrigatoriamente vinculados à mesma ação (RYAN; DECI, 2000a).

Atitudes motivadas extrinsecamente podem apresentar quatro variações: regulação integrada; regulação identificada; regulação introjetada; regulação externa. Na regulação integrada, por mais que a motivação a princípio tenha se originado externamente,

No momento em que as regulações são integradas, o sujeito as terá reconhecido completamente, de maneira equilibrada com os valores³⁴ e as demais dimensões de sua identidade, significando que eles foram analisados e adotados, pois apresentam equivalência com alguns valores seus (SEVERO, 2014).

A regulação integrada se assemelha à motivação intrínseca, porém não se lhe equipara, pois o que a sustenta no cumprimento da ação é o seu engajamento para o cumprimento de metas e a obtenção de valores internalizados. Ainda que esse estágio da motivação extrínseca tenha sido bem determinado na esfera teórica, na esfera empírica a motivação intrínseca e a regulação integrada são indissociáveis na prática, pois o seu locus de causalidade acaba sendo motivado por elementos pessoais (STANDAGE et al, 2005).

Com a Regulação identificada, a motivação origina-se de um elemento externo onde o sujeito a reconhece como significativa, de modo inconsciente a converte em regulação interna e a aceita em particular. Para Deci e Ryan (2000), a identificação é a valorização consciente de um comportamento externo. Com essa postura, o sujeito efetua a ação por compreender que é significativo, ou seja, a pessoa realiza a ação por acreditar ser importante para ela, reconhecendo a relevância da atividade a ser realizada, embora esta não lhe pareça relevante, prazerosa nem agradável (DECI e RYAN, 2000).

A regulação introjetada refere-se à ação para uma regulação internalizada, porém não decidida pessoalmente, pois o sujeito desenvolve a atividade somente para não se culpar por não realizá-la ou para comprovar aos demais que é capaz de executá-la, mesmo que não esteja em conformidade com os seus valores, porém somente para contentar outra pessoa ou ainda para evitar contrariedades.

A regulação externa retrata a condição menos autônoma de motivação extrínseca, pois o sujeito motiva-se por fatores como punições e recompensas, completamente externos. Ela acontece quando o comportamento se torna regulado por mecanismos que

podem variar desde as prováveis recompensas até o receio de algumas consequências inconvenientes (RYAN; DECI, 2000).

Na teoria da autodeterminação, além das motivações extrínseca e intrínseca, considera-se que a amotivação igualmente afeta o comportamento das pessoas. Trata-se de uma circunstância motivacional que pode ser encontrada em pessoas que não estão aptas o suficiente para identificar motivos positivos para realizar determinada ação (RYAN; DECI, 2000).

Conforme Ryan e Deci (2008), a amotivação é condizente com a inexistência de desejo, pois a pessoa não considera e nem valoriza o comportamento ou até mesmo o resultado decorrente dele, ou ainda, não se acha competente para realizar tal ação, demonstrando um vazio motivacional e revelando uma ociosidade com relação à mesma. Com isso, essa ação somente será realizada casualmente para agir em resposta a exigências externas (BALBINOTTI et. al., 2011).

A amotivação sofre uma orientação impessoal, ou seja, desenvolve tendências comportamentais sem direcionalidade intencional. As pessoas com elevada orientação impessoal tendem a experimentar sensações de ineficácia e ansiedade, acreditando que não possam modificar o contexto em que vivem (KASSER; RYAN, 1996).

A Teoria da Orientação Causal é uma subteoria da teoria da autodeterminação segundo a qual a ação comportamental é explicada pela origem de três necessidades: uma de fonte externa, exigida pelos outros, outra de fonte interna, que a pessoa deve a si mesma, e por último de fonte impessoal, que consiste naquilo que é categoricamente conveniente, como ilustra a figura 1 (PERRON, 1987).

As prerrogativas da causalidade movem motivações, expectativas e emoções das pessoas, mas é o equilíbrio de tal causalidade que define as possibilidades fracasso ou sucesso no futuro. (WEINER, 1985).

Podendo-se definir como sendo a localização de uma causa, a dimensão Lócus de causalidade, pode estar estabelecida no interior (dentro) ou no exterior (fora) da pessoa. Como exemplo podemos citar: uma pessoa que tenha fracasso ou sucesso em matemática em virtude da sua aptidão ou inteligência (lócus de causalidade interno) ou ainda em virtude da ajuda de seu professor (lócus externo).

Conforme Ryan e Deci (2000), quando a pessoa dispõe de um lócus de causalidade interno, com base nas suas escolhas particulares, este é admitido como sendo um agente de transformação social. O lócus de causalidade é interno no momento em que a pessoa

é ela mesma a causa da ação comportamental e está agindo por sua própria vontade, percebendo que a escolha é sua e sem pressão externa.

De outro modo, quando o *locus* é externo, as pessoas que se inter-relacionam com o meio social o fazem por acreditar que estão sendo pressionadas por agenciadores externos. O *locus* de causalidade está associado à sensação da autodeterminação: a pessoa percebe-se como sendo causadora da ação e que a resolução encontra-se no seu íntimo (REEVE; DECI; RYAN, 2004; BORUCHOVITCH et al., 2010).

Pesquisadores como Ganda (2011), Cornachione Junior et al. (2010) e Almeida et al. (2008) destacam que as ações motivadas com *locus* de causalidade interna à própria pessoa são apontadas como elucidativas à capacidade, ao esforço e ao sucesso e ações motivadoras com *locus* de causalidade externa à própria pessoa podem levar ao fracasso, dificuldade nas tarefas e influência negativa nas pessoas.

A Teoria da Autodeterminação pode contribuir para os estudos sobre suicídio e depressão, considerando-se que a (des)motivação e a não regulação das necessidades básicas são os principais atributos que pode desencadear os comportamentos depressivos e conseqüentemente suicidas. Além disso, ela propõe bases teóricas para a análise dos comportamentos humanos em diversos contextos, sendo considerada uma metateoria.

Ao mesmo tempo que ela reconhece por um lado que por natureza o ser humano é curioso, interessado, ativo e automotivado, de outra forma estabelece que o sujeito pode tornar-se passivo, desinteressado e alienado (RYAN et al., 2000a).

3.5.1.5. A SDT aplicada à Depressão e ao Suicídio

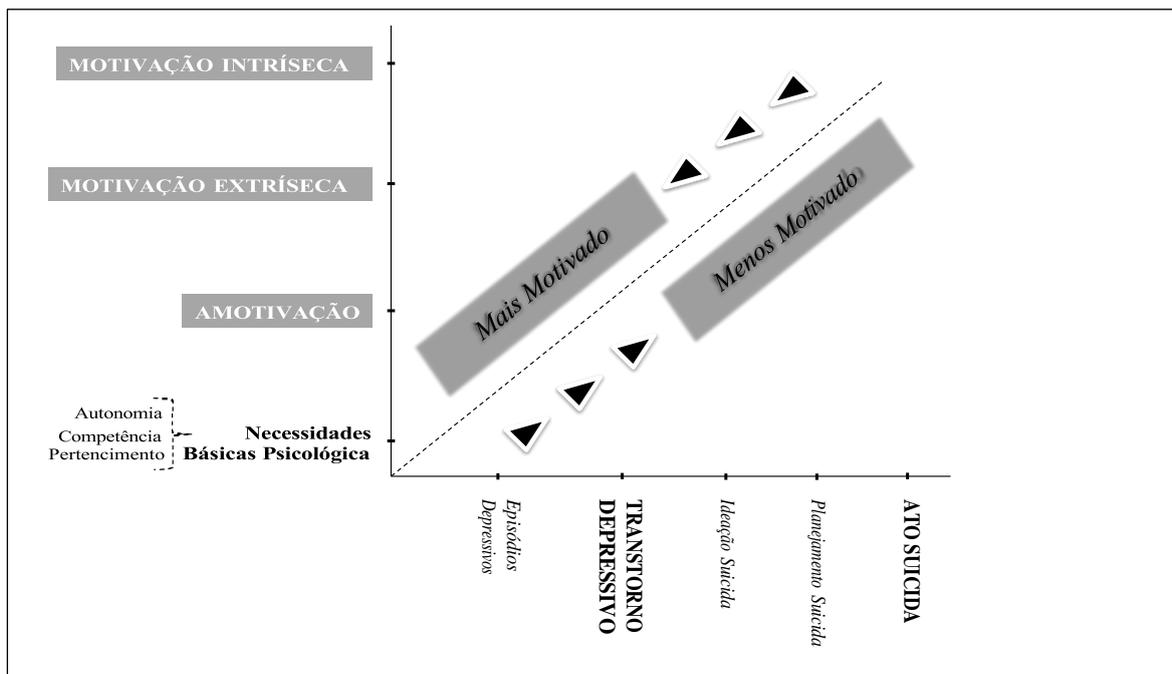
Além dos argumentos de fatores hereditários ou hormonais, da insuficiência de substâncias químico-cerebrais, das imperfeições orgânico-fisiológicas, existem influências das tradições familiares, socioculturais, da educação e de comportamento, as quais também devem ser consideradas como determinantes de quadros de ansiedade, depressão e possíveis ideações de suicídio. Além disso, a eventualidade do comportamento suicida é em demasiado intrincada e de complexa abordagem, considerando que é complexo de abordar o tema da própria morte em si, nos vários círculos sociais, como no local de trabalho, na escola, na família ou nos diversos meios sociais a que estamos vinculados.

A Teoria da Autodeterminação (Self-Determination Theory – *SDT*) é uma teoria orgânico-dialética. Ela supõe que as pessoas são organismos ativos com tendência a evoluir, crescer e dominar os desafios do ambiente, de maneira a integrar e dar sentido às

novas experiências. Ainda assim, essas tendências naturais do desenvolvimento não têm funcionamento automático. Elas carecem de direcionamento e precisam ser socialmente alimentadas e suportadas, de modo que a relação dialética entre o organismo ativo e o contexto social torna-se a base para as teorizações sobre a motivação (DECI; RYAN, 2002).

Para melhor compreender a relação existente entre a Autodeterminação, a depressão e a ideação suicida, como se vê na figura 2, salienta-se que o continuum das necessidades psicológicas básicas e da Autodeterminação são inversamente proporcionais à depressão e ao suicídio, pois quanto menos satisfeitas as necessidades psicológicas básicas e conseqüentemente menos Autodeterminação, mais propensão a pessoa terá a pensamentos negativos, ou depressão, ou ainda de ideação suicida.

Figura 5: Falta de Autodeterminação, o suicídio e a depressão, Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil, 2022.



Fonte: Produzido pelos autores.

As necessidades básicas (autonomia, capacidade e pertencimento) são condições energéticas psicológicas que, quando satisfeitas, conduzem a pessoa ao bem-estar, à saúde, à integridade e ao desenvolvimento psicológico e à prevenção tanto da depressão quanto do suicídio (RYAN; CONNELL, 1989). Em contrapartida, a não satisfação ou autorregulação dessas necessidades básicas podem contribuir com o surgimento de pensamentos depressivos ou ideações suicidas.

Santos et al. (2017), afirma:

“Diversos são os fatores que têm sido apontados na literatura associados à ideação suicida, o que demonstra ser esse um evento multifatorial ou multidimensional. Aspectos mais subjetivos como desesperança, impulsividade, agressividade, percepção do corpo, dificuldades de comunicação e falta de pertencimento social têm sido apontados como possíveis fatores que desencadeiam o processo de ideação suicida” (SANTOS et al, 2017, P 02).

A autonomia tem significado de autogovernar-se, abrangendo uma característica de formação da pessoa que define suas normas próprias e seus valores. Pode-se dizer, em contrapartida, que na heteronomia a pessoa não se governa pela sua própria consciência, mas pela consciência dos outros, anulando a sua ação como pessoa. Com o desenvolvimento pessoal, espera-se que o ser humano alcance a autonomia, pois este processo floresce em conjunto com o princípio de desenvolvimento da autoconsciência, visto que eles são facultados pelas vinculações sociais (LEPRE, 2005).

A autonomia implica respeito mútuo, coerência interna, cooperação e reciprocidade. Ao se autogovernar, a pessoa possui consciência das regras por si mesma, e não por imposição de outrem, porque entende o significado e as necessidades da regra (MENIN, 1996).

O sentimento de não ser capaz ou a sensação de estar aquém das exigências sociais e pessoais pode gerar emoções negativas, partindo da interpretação de possibilidade de insucesso nas ações e levando à falta de comprometimento com a atividade, acreditando não ser possível ter sucesso nas suas ações. Além disso, a percepção de um ambiente competitivo pode restringir a sua participação do sujeito nas atividades, porque avalia que a sua competência não condiz com as exigências das atividades e se priva de participar delas, com receio de ser ridicularizada pelos outros (HENRIQUE, 2005).

Fatores que afetam a satisfação da competência, como sentimento de inexistência de desafios nas atividades, sensação de pouco progresso, devido a comparação social, ou receber um feedback negativo, passando a ter uma percepção interna de incapacidade, resultam em poucas interações sociais e podem desenvolver sentimentos depressivos (WHEELER, et al., 1983).

Algumas pessoas solitárias, embora interajam com o meio social e mantenham contato assiduamente com outras pessoas, reconhecem a inexistência de relações de afeto

seguras com pessoas mais próximas ou íntimas. Assim, não estabelecem vínculos emocionais que forneçam os elementos fundamentais que a tornam apta para atender à sua necessidade de pertencimento. Desse modo, a necessidade de relacionar-se fica prejudicada levando as pessoas a maior vulnerabilidade para desenvolver comportamento depressivo e suicida, porque os relacionamentos que não envolvem apreciação, afeto, aceitação e valorização não atendem à necessidade de apoio social, afeto e pertencimento (WHEELER, et al., 1983; REEVE, 2011).

Arria et al. (2009) relacionam a falta de satisfação da necessidade de pertencimento e apoio social como importantes fatores de ideação e ato suicida:

“(…) Em segundo lugar, no presente estudo, a falta de apoio social foi um fator de risco proeminente para o suicídio ideação nesta fase de desenvolvimento da idade adulta jovem, independentemente da presença de sintomas depressivos. A noção de que pertencer poderia proteger contra o suicídio é apoiada por evidências de que os estudantes universitários que eram membros de uma irmandade ou fraternidade eram menos propensos a relatar ideação suicida (Brenner et al., 1999). Também é possível, como sugerido por Van Orden e colegas (2008), que as mudanças observadas na ideação suicida ao longo dos semestres (ou seja, maior no período de verão) pode ser atribuído a mudanças concomitantes no ambiente social composição dos campi universitários e pertencimento” (ARRIA et al., 2009, P.08).

O isolamento social e a retenção social são algumas das causas principais de depressão, ideações, pensamentos, tentativas ou atos suicidas (SANTOS et al., 2017; SILVA et al., 2015).

De acordo com Fagundes (2015) e Hernandez et al. (2019), as dificuldades para se inter-relacionar de modo mais afetivo e significativo emocionalmente, fornecem relações incapazes de propiciar emoções positivas, gerando sentimento de solidão e inexistência de suporte emocional, dificuldade em manter relações de apego mais

estáveis, o que acaba resultando na falta de reciprocidade, afeto, preocupação mútua e escassa interação social, de modo a afetar a satisfação da necessidade de pertencimento (PIERETTI, 2010).

Já Reifman e Windle (1995) alertam sobre a importância do apoio e do pertencimento social:

“O suporte social pode ter um efeito protetivo direto, mas pode, principalmente, amenizar os efeitos da desesperança ou da depressão no comportamento suicida. Relacionamentos de confiança e suporte familiar afetivo e social (principalmente dos pais) ajudam no crescimento socioemocional e no desenvolvimento da autoestima e da sensação de bem-estar geral. Pertencer e compartilhar recursos de uma rede social ou comunidade evita atitudes egoístas e excessivamente autocentradas, prevenindo comportamentos de risco, principalmente entre os jovens” (Reifman e Windle, 1995, P32).

Com a falta de motivação intrínseca, a pessoa se sente incapaz de satisfazer-se com suas próprias ações comportamentais, não conseguindo obter as prazerosas sensações que esse funcionamento interno pode proporcionar, não desenvolvendo diversas estratégias internas e externas de enfrentamento para buscar o equilíbrio de suas emoções (DECI; RYAN, 2002).

A própria depressão pode ser um fator de motivação intrínseca em relação ao suicídio, pois quando grave e não tratada, pode provocar sentimentos como culpa, perda de valor e tristeza profunda (ORMEL et al., 2019).

Estas sensações podem desencadear um sentimento de que os problemas vivenciados não têm solução, o que pode levar a pessoa a nutrir pensamentos suicidas, como a única forma para acabar com o sofrimento (ORMEL et al., 2019).

Outros potenciais fatores de motivação intrínsecos a considerar são: o diagnóstico de doenças graves, estigmatizadas e com forte potencial de desencadear a morte (SANTOS et al, 2017); a esquizofrenia (pois causa sintomas como alucinações, delírios e confusão mental) (BRESSAN, 2000) e de maneira geral os traumas emocionais, devido

a situações de estresse intenso que podem causar, pois a pessoa pode sentir-se culpada, estressada e ansiosa ao lembrar dos eventos que causaram o trauma (WIN et al., 2021).

Diante desses fatores, algumas pessoas podem apresentar dificuldade para lidar com a realidade e o sofrimento, o qual pode ser intenso e levar ao desenvolvimento de sentimentos depressivos e suicidas.

Com relação à motivação extrínseca, podemos dizer que o preconceito (social), o abandono familiar ou pela sociedade, as desigualdades sociais, a crise econômica, o desemprego e até a fome são fatores externos que podem levar à depressão ou à ideação suicida.

Outros potenciais fatores motivadores extrínsecos consideráveis são: o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas (pois podem afetar a capacidade de julgamento e comportamento da pessoa, que os utiliza para esquecer os problemas e sentimentos (KING et al., 2006); o bullying, pois pode causar sofrimento emocional intenso (PIMENTEL et al., 2020); a síndrome de Burnout, que pode provocar sintomas como sensação de fracasso e desgaste emocional (CARRO; NUNES, 2021) e outras situações que também podem provocar angústia intensa e reações impulsivas em algumas pessoas, levando-as a um maior isolamento ou a vontade de não existir.

Sabemos que há vulnerabilidades no cotidiano que podem aumentar o risco de desenvolver depressão e levar ao suicídio; contudo, os fatores que não incentivam essas ações são interpretados como fatores amotivacionais. Conforme a teoria da autodeterminação, trata-se de uma circunstância presente em pessoas que não estão aptas o suficiente para identificar motivos positivos para efetivar determinada ação (DECI; RYAN, 2008).

Assim, idealiza-se que existam o fortalecimento de fatores motivacionais em grupos de mútua-ajuda, centros de tratamento psicológico, clínicas de reabilitação, laços sociais bem estabelecidos com família e amigos, crenças religiosas, locais em que se reproduzam ações de combate e enfrentamento da depressão e do suicídio, valorização da vida e outras que incentivam práticas saudáveis.

As motivações intrínsecas e extrínsecas estão intimamente relacionadas com as emoções, verdadeiro combustível que impulsiona o ser humano a buscar viver com intensidade e preservar sua própria existência através da satisfação das necessidades básicas, físicas e psicológicas.

Segundo Prinz (2004), é difícil separar emoção e motivação, pois tendem a vir juntas. As emoções geralmente causam motivações e as motivações geralmente são

causadas pelas emoções. A raiva pode causar uma motivação para agredir. A fome pode ser causada pela aflição acerca da falta de comida.

3.6. A depressão como sintoma social

Socialmente, muitas emoções que são peculiares à espécie humana, como a tristeza, resultaram inconvenientes em termos culturais ou perda em termos pecuniários, pois o sofrimento causa prejuízos financeiros, porque o sujeito entristecido não consome, por isso deve ser desconsiderado, conforme trazem Queiroz e Pinheiro (2006).

Em contrapartida, as autoras destacam que a nossa cultura maximiza os prazeres, exaltando e aceitando o gozo individual, não apenas como modo de contiguidade com a felicidade, mas como um tipo de direito adquirido.

Modernamente, com a expansão do capitalismo, torna-se indispensável intensificar o consumo para assegurar o desenvolvimento do mercado e da produção. Então, de acordo com Ribeiro (2010), os parâmetros persuasivos tradicionais são modificados pelas prédicas midiáticas hegemônicas, que proclamam como valor o gozo das coisas/objetos, o que se converte em sinônimo de obter felicidade e sucesso; assim sendo, da contenção do gozo de outrora, seguiu-se na atualidade para a superposição de gozo.

Sob o mesmo ponto de vista, Bauman (1998) refere-se à concepção de modernidade líquida ao mencionar as transformações aceleradas e sucessivas em várias dimensões do existir social. Segundo ele, os vínculos humanos seguem o mesmo silogismo do consumismo, no qual predomina a inconstância, o desinteresse em meio à ambiguidade e o propósito contínuo de um infundável recomeço; com essa inovação na composição social, os sujeitos ressurgem como agenciadores de mercadorias, assim como são propriamente as mercadorias.

Atualmente, as relações não têm em vista o comprometimento e a continuidade; ao esquivar-se do compromisso com o outro, mantêm-se em aberto as oportunidades, tornando possível alcançar o desejado prazer momentâneo, isento de consequências.

Então, é desnecessário entender a história da outra pessoa, conhecê-la pessoalmente, assim como seus planos e sua atividade profissional; essas coisas tornaram-se dispensáveis, inclusive devem ser evitadas efetivamente; portanto, em uma forma de relações em que a primazia é experienciar inconsequente e instantaneamente, o conhecer o outro é uma intimidação à liberdade pessoal (BAUMAN, 1998).

Isso porque a procura constante pelo prazer coloca no outro a condição de mercadoria, que em breve se manterá defasada, isto é, apressadamente descartável como objetos de consumo. A outra pessoa é depressa esquecida após a relação conveniente; afinal de contas, frequentemente é mais fácil e oportuno descobrir o novo do que recuperar o antigo.

Por conseguinte, estimula-se a procura por novidades em relacionamentos passageiros, por extravagâncias, em vez de relações duradouras que exigem dedicação. Ademais, em ligações amorosas corre-se o perigo de causar sofrimento, o que é desencorajado na época atual.

Bauman (1998) também pressupõe que o tempo líquido-moderno é caracterizado por interrupções e rupturas; nele há perspectiva ocasional, isto é, refere-se à delimitação da história como sistema aberto e indeterminado, no qual aquilo que interessa é o dia de hoje. Assim sendo, planejamentos mais longos não são esperados e tudo que envolve duração extensa retrata uma decadência se confrontada a processo demasiadamente acelerado da sociedade (BAUMAN, 1998).

Isto ocorre porque a narrativa capitalista se compõe de extremos nos quais o indivíduo se entrega na investida de preencher o seu vazio existencial pessoal; por conseguinte, o consumo se converteu numa obstinação na qual se compra apesar de não necessitar e nem dispor de tempo para desfrutar, como trazem Cougol e Tfouni (2011). Para essas autoras, a dialética capitalista vem a coincidir com a cultura da imposição do gozo porque os indivíduos não têm limitador ao prazer, uma vez que esse paradigma preconiza que não existe obrigação de nos limitarmos.

Porém, antes de o capitalismo tomar forma e influenciar a vida de todos os seres humanos, o colonialismo plantou sua semente com o “racismo estrutural”, dividindo, classificando e privilegiando uns em detrimento de inúmeros outros, estabelecendo também o patriarcado e a masculinidade hegemônica. E nós somos herdeiros dessa cultura, desse tipo de masculinidade tóxica, prejudicial a toda a sociedade.

3.7. Masculinidades Gaúchas, Depressão e Suicídio

Do gaúcho originário, proveniente do campo em tempos iniciais, até o momento presente, diversas perspectivas dessas categorias de território tornam-se diferenciadas no Rio Grande do Sul: o gaúcho do “Norte”, o gaúcho das “Missões”, o gaúcho da “Campanha” e o gaúcho de “Porto Alegre”.

Contudo, para determinar a demarcação preliminar das tradições e valores do povo gaúcho, resta ponderar que os primevos habitantes do território que atualmente constitui o estado sul-rio-grandense: os povos indígenas nativos que percorriam o Pampa livremente, subdivididos em tribos: Kaingang, Guarani, Charrua e Xokleng, cada uma praticando seus costumes típicos.

A concepção e o desenvolvimento da cultura gaúcha foram demarcados pela inclusão de várias etnias, as quais, no decorrer dos tempos, entraram no Rio Grande do Sul e atualmente compõem o povo gaúcho. Por conseguinte, representando “a unidade na diversidade”.

Costuma-se dizer que os habitantes do território sul-rio-grandense se identificam como sendo gaúchos e, de certa maneira, reverenciam os preceitos culturais pelos quais são reconhecidos como gaúchos. Concomitantemente, ainda preservam vinculações com a sua cultura de origem, com aquela cultura que nutriram nos seus países de origem e que os seus sucessores conservaram como patrimônio cultural, como herança.

Na atualidade, pensar no gaúcho como um sujeito sorvendo o chimarrão, usando bombacha e botas, seria, francamente, concebê-lo com base num rótulo, fundamentado na sua proveniência do campo. Mas há que se ponderar que ao longo do tempo tais preceitos culturais que foram conservados remetem ao passado do Rio Grande do Sul, à população inicial.

Dessa forma, compreender a estruturação da cultura campeira consiste em pressupor sua origem sociológica e espacial no decorrer dos tempos, a partir dos povos iniciais nativos, e considerando o período de colonização e repovoamento, com os espanhóis e os portugueses, até aquele momento da inserção da enorme comunidade de imigração italiana e alemã, que foram trazidos para colonizar o estado do Rio Grande do Sul.

Tal cenário foi demarcado pela conexão espaço-tempo-cultura. Considera-se, portanto, que a integração das etnias singulares em certos intervalos de tempo, promovendo o desenvolvimento cultural do estado. Por esta razão, destaca-se a intervenção dos colonizadores na constituição da cultura gaúcha, decompondo-os conforme o nível de relevância, de acordo com a sua participação neste transcurso (LAYTANO, 1984).

Consideram-se as principais etnias que fazem parte da cultura gaúcha: o português, o espanhol, o indígena e o negro, porque povoaram o estado por primeiro

e constituíram a sociedade gaúcha. Como habitante nativo do Rio Grande do Sul, o indígena, por meio de seus costumes e hábitos ancestrais, estreou a origem da cultura do gaúcho, enquanto o africano e o português são apontados como demarcações efetivas do repovoamento da Província de São Pedro, por meio de atividades que realizavam nos campos. Destarte, considera-se a constituição do Estado do Rio Grande do Sul por meio das heterogêneas etnias: luso-açoriano e luso-brasileiro.

Evidencia-se que, no decorrer do encadeamento socioespacial progressivo do Estado Gaúcho, essa diversidade de povos resultou, em maior ou menor grau, na constituição do Rio Grande do Sul, tipificando a inclusão de convenções culturais singulares, que, ao se reunirem, enriqueceram a cultura gaúcha.

Todo espaço cultural concretiza delineamentos e aplicabilidades conforme as suas tradições e seus costumes, conforme seu estilo de vida. Fazer parte de um espaço cultural não significa ser definido pelo laço cultural; de maneira oposta, as tradições e valores de um povo são construídos pelos sujeitos e se modificam no decorrer do tempo, numa metodologia de desenvolvimento natural com o meio social no qual efetiva suas vinculações.

O território gaúcho foi sendo estruturado por entre uma razão estabelecida através das etapas das políticas de incentivos econômicos e de ocupação, as quais aspiravam às movimentações humanas que cativam a sua atenção, como no episódio da ocupação, em que foram oferecidos pelo governo subsídios para a sua retenção no território, tanto agricultores como pecuaristas, no sistema de colonização “dirigida” como enfatiza Roche (1969).

Examinando as etapas da colonização e povoamento do território gaúcho, é possível distinguir o interesse na restauração da cultura e, concomitantemente, essas etapas possibilitam identificar o desenvolvimento cultural no decorrer do tempo, em todo e qualquer espaço, através das mudanças de determinadas normas com o objetivo de facilitar a adaptação dos migrantes a uma realidade nova. É possível afirmar que tais mudanças foram sendo vivenciadas por cada etnia que constituiu o povo gaúcho, a começar pelo nativo e terminando com a parcela final dos imigrantes europeus.

Assim como os indígenas nativos representados pela figura lendária de Sepe Tiaraju, chefe indígena guerreiro dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (região integrada hoje ao estado do Rio Grande do Sul) é visto como herói guarani missioneiro rio-grandense, a chegada dos imigrantes foi essencial para o

desenvolvimento da cultura gaúcha. Eles legaram significativos valores aos gaúchos, como a importância da família, o associativismo e o empreendedorismo. A vinda dos portugueses, entre tantas outras coisas, assegurou a propagação da língua portuguesa; já os africanos que vieram pelo holocausto da escravidão, nos transmitiram os seus costumes, inclusive de alimentação.

Os imigrantes que chegaram no Brasil conservaram essas convicções e as transmitiram a seus descendentes, que na atualidade ainda trazem grande influência daquela ideologia, como trazem Maneghel e Moura (2018) e Tónel (2020): a relevância do trabalho, o empenho sistemático na busca da prosperidade por meio do labor ininterrupto, da economia e poupança, da aquisição de bens e no aumento do patrimônio para contentar a Deus. As autoras ainda salientam que em municípios de colonização germânica, seus descendentes ainda preservam muitas características da cultura alemã de seus antepassados, os conceitos da ética protestante fundamentados na livre iniciativa e na meritocracia guardam em seu cerne o entendimento de que o lucro está profundamente ligado à ideia de predileção espiritual, em que as retribuições divinas seriam predeterminadas.

De acordo com a pesquisa de Maneghel e Moura (2018), estudos indicam a cultura germânica decorrente da colonização alemã no Estado do Rio Grande do Sul como uma das explicações para os recorrentes casos de suicídio no estado. Elas também consideram que entre os municípios gaúchos que apresentam as mais elevadas taxas de suicídios se caracterizam pela predominância da colonização alemã, talvez porque as novas gerações dos colonos alemães que surgiram no Brasil conservam os costumes, as tradições e os modos de pensar do período da imigração, dentre os quais uma perspectiva de mundo arcaica, consentânea com sociedades de honra, onde prevalecia a ética do trabalho dos primitivos luteranos que parece vigorar até agora.

Além disso, Hobsbawm (1996) lembra que alguns imigrantes vieram fugindo das guerras e da pobreza na Europa, como os italianos, que eram arraigados à tradição de um sólido vínculo familiar; como os alemães, que difundiram valores corporativistas, cooperando também com o desenvolvimento do tradicionalismo.

Nesse contexto, o autor traz que a significativa parcela de responsabilidade da estruturação das tradições gaúchas designa a presença da cultura germânica, porquanto o gaúcho primitivo, nativo dos pampas, era itinerante, tinha paradeiro impreciso e não podia ter em mente o associativismo. Cabe salientar que grande parte

dos alemães era de agricultores que encontraram terra fértil no Rio Grande do Sul em 1824 quando chegaram, e se dedicaram à agricultura, promovendo o desenvolvimento da economia da região. O autor destaca, ainda, que a partir de 1848 o perfil de grande parte dos imigrantes alemães mudou, sendo constituído por assalariados urbanos e rurais e artesãos.

Para Michel Foucault (1984), na heterotopia existiriam lugares efetivos (e reais), estabelecidos nos vínculos com a respectiva constituição da sociedade.

Encontram-se também contra-locais, os quais são variedades de locais que estão afastados dos demais locais e, ainda que se encontrem na prática localizáveis, oferecem a perspectiva da concretização factual das utopias. Essa proposta de debate espacial requisita a análise referente ao espaço como estruturado por inter-relações, estabelecido em conformidade com as diversidades sociais e sempre em construção, de acordo com seu vínculo à suposição de pertencer a um modo de tencionar() o espaço de modo performático (MASSEY, 2008; ROSE, 1999).

Nesse sentido, tal performance associa-se ao debate produzido por Butler (2003), em que expõe a concepção do gênero ser um construir constante, um conteúdo constituído por um sujeito que não existia antes da escrita. Segundo ela, o espaço sustentado nessa proposta igualmente se faz conforme um fazer, não havendo um sujeito antecedente a esta atividade, “fazer” está associado à estruturação de desempenhos relacionais segundo as mais diversas espacialidades.

Já Rose (1999) não compreende o espaço como flexível incessantemente, pois determinadas espacialidades são elaboradas como consequência da recorrência de relações de poder, conforme a hipótese de Valentine (1993) no que se refere aos lugares heterossexuais.

O arcabouço dessas culturas e dos comportamentos, das relações de poder, dos conceitos e preconceitos, traz consequências à saúde física e mental dos componentes da sociedade, seja qual for seu gênero, causando a depressão e até ideias suicidas devido a distorções cognitivas, emocionais e estruturais de cunho social. Segundo Tonel e Balin (2022):

“Dentro de cada cultura é possível observar determinado conjunto de valores que fazem com que a vida valha a pena ser vivida, definindo com precisão os significados que tanto a vida como a morte representam” (Tonel e Balin, 2022, p 07).

Segundo Grossi (2004), debater sexualidade leva aos conhecimentos de Geografia, História, Biologia, Anatomia, Filosofia ou Línguas, entre as numerosas perspectivas interdisciplinares de acordo com o ambiente interno ou pelo cenário externo. Por esse ângulo, conforme a autora, sobre masculinidades, notam-se distintos modos de tornar-se homem na sociedade.

Para Freitas et al. (2020), a masculinidade é uma construção social:

“Conclui-se então, que a masculinidade é uma construção social e por isso tem consigo a característica de ser mutável, uma vez que os ideais sociais são definidos a partir de um processo sócio-histórico e a sociedade está em constante readaptação. Percebe-se a infância como melhor, mas não único, momento da vida do ser humano para agregar conceitos e transformá-los em atitudes práticas. Sendo assim o foco nas crianças e no ambiente escolar faz sentido e é eficaz, mas em contrapartida, é preciso dar às pessoas em outras fases do desenvolvimento a oportunidade de entrar em contato com os novos e emergentes ideais sociais, uma vez que ainda fazem parte dessa sociedade e podem contribuir de forma expressiva no bem-estar social” (Freitas et al., 2020, p.15).

Em virtude dos conceitos de masculinidade ainda vigentes, existe a concepção de masculinidade hegemônica, compreendida como a conformação de uma conduta de gênero que implica a argumentação que reconhece a incógnita da validade do patriarcado, que assegura a posição de subordinação das mulheres e de dominante dos homens (CONNELL, 1995).

Desse modo, alicerçado nesse conceito, entende-se que a concepção de masculinidade hegemônica, da mesma maneira que a concepção de gênero, é produzida histórica e socialmente nos vínculos estabelecidos pelos sujeitos em seus diversos lugares de inserção (ORANSKY; FISHER, 2009).

Sobre este aspecto, Almeida (2022) diz:

“A masculinidade manteve seu status hegemônico através de um todo complexo de discursos e práticas reproduzidas por agentes e instituições diversas – a religião, a ciência, a família, o Estado e a escola foram usadas para a manutenção da dominação e hegemonia masculinas” (ALMEIDA, 2022, p.29).

E também porque a concepção de masculinidade foi concebida por meio de referências de homens tradicionais, que se tem expectativa de ser machista, viril, que prove incessantemente sua masculinidade por conduta destrutiva ou de perigo em seu dia a dia, além de sugerir certa indiferença emocional em suas atitudes (SILVA, 2006).

Além disso, Pinto et al. (2007) afirmam que esse modelo de se configurar a masculinidade integra um sistema histórico e se difunde ao máximo com as incipientes associações burguesas nos séculos XIX e XX. Nesse sentido, as autoras trazem que as figuras de linguagem negativas ou positivas são dois tópicos principais que se associam aos traços de um homem na sociedade patriarcal, sendo que os primeiros representam aquelas peculiaridades que um “legítimo” homem não poderia apresentar: um homem não manifesta seus sentimentos, não chora, não pode ser covarde nem fraco; os segundos, de outro modo, indicam as condutas consideradas como tradicionalmente masculinas e que, desse modo, devem estar habitualmente vigentes: o homem deve ser viril, forte, corajoso, agressivo e provedor e, além disso, dispor de dinheiro, força e mulheres.

É pertinente salientar que a noção de masculinidade expressa aos indivíduos de dada sociedade quais são os modelos comportamentais concebíveis para homens. Esses modelos são completivos e valorizados em um processo de crenças e cultura, alicerçado na interação entre os sexos (O'NEIL, 2012).

Tais crenças motivam a conduta de várias maneiras. Homens que ostentam maior integração de modelos masculinos arcaicos, por exemplo, sexual, força física, agressão, dominância e maior experiência, inclinam-se a ostentar condutas sexuais de risco, principalmente maior número de parceiros, baixo índice de uso de preservativos e sexo casual, máximo grau de ingestão de álcool, condutas de homofobia e *bullying*, buscaram instrumentalizar este constructo, sugerindo uma dimensão dos conceitos de masculinidade (OLMSTEAD et al., 2013).

Assim sendo, a masculinidade hegemônica é a consequência de composições de relações de poder, direcionando sujeitos no que se refere às condutas de gênero. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica, demarcada como formato atual da conduta, quer justificar a postura dominante dos homens na sociedade e alega a subordinação das mulheres e diferentes delineamentos marginalizados de ser um homem; da mesma forma, se verifica nas vinculações sociais rotineiras, componente este que deve ser considerado na avaliação da peculiar proposição do autor (HALE, 2012).

Segundo Meneghel et al. (2004), o comportamento masculino abrange condutas que fomentam o suicídio, compreendendo impulsividade, competitividade, facilidade de acesso a armas de fogo e tecnologias letais.

Para eles, o fracasso em exercer os arcaicos papéis de gênero, que para os homens representa ser o provedor financeiro da casa, é motivo de geração de muito estresse; além disso, estando no núcleo da cultura patriarcal, homens e mulheres são frágeis em relação aos problemas econômicos, tais como empobrecimento e desemprego, estando eles mais inclinados ao suicídio por esse motivo.

Luvizotto (2010) enfatiza que, levando em conta a perspectiva antropológica, a cultura gaúcha dispõe de intensas implicações no que se refere ao evento morte; e também o gaúcho raramente reconhece que o suicídio pode ser provocado por transtornos mentais, e em função disso não procura ajuda apropriada.

A autora ainda ressalta que os antigos valores caracterizam a essência do velho gaúcho, o “centauro dos pampas”, como a masculinidade, a honra, individualismo, liberdade, a coragem, o tradicionalismo, mas que ainda permanecem na música, na poesia, na linguagem atuais, mantendo a contemplação e a resistência à vida de perigos e desafios, mesmo que isso possa lhe causar a morte (LUVIZOTTO, 2010).

Em sua pesquisa Leal (2019) comenta:

“Quando eu fazia perguntas diretas sobre suicídio, os gaúchos insistiam que se tratava de uma “coisa comum”. Um deles respondeu-me que era “uma destas coisas que acontecem no dia a dia”, ao que ele imediatamente acrescentou: “Bem, não todos os dias, mas se escuta sobre isto todos os dias”. Eu expandi meu questionamento sobre morte e suicídio a outras estâncias e recebi o mesmo tipo de respostas e ouvi as mesmas histórias tanto no lado do Brasil quanto no Uruguai. O suicídio típico era assim

descrito: um homem vai ficando mais e mais pensativo sobre a vida, quieto, “só em sua solidão”. Um dia, ele faz tudo o que faz todos os dias e o que sempre fez sua vida inteira, monta seu cavalo e sai a camperear, carrega uma corda consigo, cuidadosamente feita em couro – provavelmente o laço que sempre carrega consigo para laçar recolutas –, procura uma árvore (tarefa difícil na pradaria do pampa) e se enforca” (LEAL, 2019, pp.35/36).

Além disso, conforme trazem Maneghel et al. (2004), a temática da morte e do suicídio é habitual na tradição cultural gaúcha, ela faz parte desse universo de sentidos que inclui o convívio com a morte como parte do contexto da vida organizada. A título de exemplo, segundo os autores, muitas vezes era necessária a decisão de matar um velho cavalo que estava doente enfraquecido, o que era considerado como um evento corriqueiro da vida no campo (COLUCCI, 2013).

Então, salientam os autores que as emoções e crenças sobre a morte do gaúcho são substancialmente distintas das de uma comunidade que só excepcionalmente se ocupa disso. Portanto, necessitamos pesquisar o suicídio sob diversos ângulos, e a matriz étnica é uma das particularidades admitidas e analisadas na avaliação do risco de suicídio e na elaboração de possíveis intervenções (TÓNEL, 2019).

Leal (2019) ainda comenta:

“As narrativas apresentavam uma configuração clara e repetitiva de sintomas e circunstâncias, compondo o que ousou chamar de a “síndrome do suicídio campeiro”: os suicidas eram homens, moravam ou advinham da zona rural, eram gaúchos que “estavam ficando velhos e cansados para o trabalho”, homens que estavam perdendo a gana de viver, eram solteiros ou sem família descendente e, sobretudo, eles escolhiam como forma de morrer o enforcamento” (LEAL, 2019, p. 37).

Luvizotto (2010) salienta que os gaúchos contemporâneos repetem os fundamentos da sua história, deparando-se sua essência ideológica afetada por reminiscências significativas para a construção da identidade singular do gaúcho, com a aspiração de evocar tradições e costumes do passado realizando intenso poder de agregação. Desse modo, a formação e a conservação da identidade do gaúcho necessitam da preservação das tradições. A autora relembra a lenda do gaúcho heróico,

caucasiano e elitizado, a qual é em demasiado distinguida no espaço masculino, e a estampa feminina da “prenda”, que fora criada como um contraste do gaúcho: dócil, recatada, frágil; muito pertinaz no espaço regional e que deve ser desconstruído, pois o machismo restringe os vínculos interpessoais e tende, algumas vezes, à violência física ou simbólica (LUVIZOTTO, 2010).

É preciso compreender as masculinidades expressas na cultura gaúcha, as quais são práticas sociais e culturais como: performances, atos, aprendizados, códigos e ritos, bloqueando a expressão do sofrimento.

Nessa região evidencia-se o apego ao solo conquistado e às condutas geradas em decorrência da coexistência entre a sociedade e a natureza como atributos culturais relevantes. Essa coexistência é manifestada por intermédio da música, em letras e versos tradicionalistas e espalhada em cada fração do território sul-rio-grandense, por todos aqueles que se qualificam como sendo gaúcho.

Como exemplo das manifestações culturais sobre a morte e o suicídio, traz-se a letra da canção gaúcha “Florêncio Guerra”, de autoria de Luiz Carlos Borges e Mauro Ferreira:

(Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo
Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo
Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo)

Florêncio Guerra das guerras
Do tempo em que seu cavalo
Pisava estrelas nas serras
Pra chegar antes dos galos
Florêncio Guerra das guerras
Do tempo em que seu cavalo
Pisava estrelas nas serras
Pra chegar antes dos galos

(Florêncio afiou a faca

Pensando no seu cavalo
Florêncio afiou a faca
Pensando no seu cavalo)

Parceiro pelas lonjuras
Na calma das campereadas
Barco em tardes serenas
E um tigre numa porteira
Pechando boi pelas primaveras
Sem mango... sem nazarenas

(Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo
Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo
Florêncio afiou a faca
Para sangrar seu cavalo)

O patrão disse a Florêncio
Que desse um fim no matungo
"Quem já não serve pra nada
Não merece andar no mundo"
A frase afundou no peito
E o velho não disse nada
E foi afiar uma faca
Como quem pega uma estrada

Acharam Florêncio morto
Por cima do seu cavalo
Alguém que andava no campo
Viu um centauro sangrado
Caídos no mesmo barro
Voltando pra mesma terra
Que deve tanto ao cavalo

E tanto a Florêncio Guerra.

(BORGES; FERREIRA, 2018).

Constantemente os homens são subjetivados na cultura gaúcha com o imaginário prevalente de virilidade, de onde devem excluir a manifestação de fragilidade, o que os impelem a só excepcionalmente chorar em público ou na presença de outra pessoa. Pelo fato de não reconhecer esse sintoma, ocorre a ausência do diagnóstico de depressão em muitos homens, devido à tristeza reprimida, imperceptível.

Além disso, tendo em vista a enorme mescla cultural cuja estrutura a população gaúcha apresenta em costumes e particularidades específicas (OLIVEN, 1992), o nosso estado, tal qual os restantes do país, carrega consigo as tradições cultivadas pelo povo, estimuladas pela cultura e pela sua história, portando-se e manifestando seu sentimento de pertença ao local de sua origem ou adotado para morar.

MIRANDA (2000) acrescenta a perspectiva da identidade cultural:

“Levando em consideração, portanto, que será necessário planejar as ações que conduzem à produção e distribuição de conteúdos que sirvam aos interesses das identidades culturais do país, e entendendo por identidade cultural a soma de significados que estruturam a vida de um indivíduo ou de um povo, parte-se do princípio de que será necessário ter em mente, antes de mais nada, que a identidade cultural não é mais uma, porém múltipla (MIRANDA, 2000, p. 83)”.

Ademais, certos objetos podem carregar memórias de várias espécies, referentes a algum evento vivenciado, desejado, ou ainda sonhado pelo sujeito, assim como podem estimular o sentimento de pertença a determinado lugar.

Douglas e Isherwood (2004) entendem que o consumo está vinculado não somente ao evento “comprar”, ou “gastar dinheiro”: pode estar atrelado ao pertencimento a determinado grupo, assim como certa espécie de identificação e simultaneamente diferenciação, em que os sujeitos são somente distinguidos, não são nem piores nem melhores (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004).

No momento em que o sujeito pertence a um grupo e sua respectiva cultura, recorre a artefatos simbólicos para comprovar sua presença e inserção na sociedade. E

por conseguinte, é motivado ao consumo de objetos pertencentes à cultura de que se trata, indiretamente. Isto é, o ambiente no qual está inserido poderá estimulá-lo ou não, determinando a maneira como o consumo ocorrerá, não dependendo somente dos rendimentos dos sujeitos, como ocorre normalmente (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Segundo Hauschild (2017):

“De fato, o sentimento de pertencimento à cultura se torna o principal fator que estimula e instiga as pessoas a procurarem objetos que demonstrem este sentimento, algumas desejam fazer esta demonstração e outras não, são mais discretas (...) Para esta demonstração a moda acaba sendo mais democrática. Ou seja, as roupas mais modernas com referências à cultura gaúcha podem agradar tanto as pessoas mais tradicionalistas como as que não fazem parte deste meio, mas são gaúchas e apreciam a cultura de forma geral. De forma geral, é possível dizer que a moda pode e é utilizada como forma de expressão de identidade cultural e do sentimento de pertencimento dos indivíduos (HAUSCHILD, 2017, p. 96)”

Assim como podemos observar que as necessidades psicológicas básicas se apresentam enormemente intensificadas na cultura gaúcha, tornando-se ainda mais relevante o pertencimento, a competência e a autonomia para estabelecer aptidões dos sujeitos para realizarem diversas ações. A identidade cultural dos sujeitos geralmente é constituída como estes sendo agentes sociais, estando relacionada ao ambiente ao qual estão vinculados, sendo estruturada com alicerce no pertencimento a determinada cultura (HALL, 2006). No caso, a cultura gaúcha.

A cultura gaúcha evidencia demasiadamente uma sensação de pertencimento e uma conduta de “superioridade”, consequência de conferir um novo significado atribuído a uma tenacidade, somatório de histórias épicas do estado do Rio Grande do Sul. Ou seja, existe uma preocupação constante em salvaguardar a identidade regional e em comprovar a sua suposta superioridade (GOLIN, 2004).

Contudo, desenvolve-se um obstáculo emocional, erguido pela sensação de ter uma virtude “superior”, que é exaltada constantemente na música regional gaúcha, e que

acaba cooperando com o desabono ou ainda em estigmatizar as demais possíveis masculinidades, como também a cultura de outras regiões, induzindo uma impressão de adquirir atributos da cultura de um lugar que se sobressai (DIAS e CARDIN, 2022).

Portanto, na cultura gaúcha observa-se que o pertencimento é supervalorizado, ocasionando um excesso, uma espécie de “bairrismo” e “orgulho de ser gaúcho” à beira do separatismo, existindo inclusive movimentos sociais reivindicando a separação do resto do país, dando margem ao racismo estrutural, à xenofobia e ao narcisismo patológico.

O que tem importância nas pesquisas é como os gaúchos experienciam o pampa propriamente dito. Esse “pampa” é retratado pelos gaúchos como “pago”, trazendo uma concepção de lar, moradia, abrigo, no sentido de terra natal. As concepções sobre infinitude, imensidão, de terra sem fronteiras, sem limites, sem fim, são utilizadas pelos gaúchos para delineá-lo. Silêncio, solidão e inexistência de limites são temáticas costumeiras que os gaúchos utilizam para comentar sobre o pampa.

Da mesma forma, no que se refere à concepção sobre tradicionalismo, Celso Konflanz (2013) menciona:

O “Tradicionalismo Gaúcho” pode ser descrito como um Movimento cultural originado no Rio Grande do Sul que expressa o apego de parte da população do estado pelas coisas do campo e por episódios históricos mitificados da região. Além disso, tem como representação simbólica os antigos gauches – um tipo social do pampa (que também serve como representação mítica dos habitantes do estado) – sendo por isso, também essa manifestação chamada de “gauchismo”. (KONFLANZ, 2013, p. 22).

4. METODOLOGIA

4.1. DESENHO DA PESQUISA

O desenho da pesquisa consiste em definir a logicidade subjacente na organização dos diferentes instrumentos da análise e investigação, das fases metodológicas da escrita e do ponto de vista a serem adotados. Melhor dizendo, buscase compreender as distintas formas de desenho de pesquisa procurando atender aos diversos questionamentos acerca dos objetivos do estudo (VASCONCELOS, 2002).

Este trabalho é uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva teórica da autodeterminação e das masculinidades gaúchas, para interpretar a autodeterminação emocional de homens e o desenvolvimento de depressão ou ideação suicida.

4.2. Participantes

Participaram deste estudo 20 homens que darem entrevista. O tamanho da amostra é justificado pelo referencial teórico adotado como o mais indicado para a condução de estudos em profundidade, como a presente proposta de pesquisa. As entrevistas com os participantes ocorreram por indicação da comunidade terapêutica.

4.3. Critérios de Inclusão e de Exclusão

4.3.1. Critérios de Inclusão

Foram incluídos pacientes do sexo masculino que estivessem internados na comunidade terapêutica, independentemente do nível de escolaridade e socioeconômico, que se autodeclararam em bom estado físico e mental para participar da pesquisa.

4.3.2. Critérios de exclusão

Foram excluídos homens que não estivessem internados no consultório, que fossem menores de 18 anos ou que não se autodeclararam em bom estado físico e mental para participar da pesquisa.

4.4. Coleta de Dados

Tanto a coleta quanto a análise dos dados ocorreram concomitantemente na metodologia interpretativa: à proporção que as informações foram coletadas nas entrevistas, foram transcritas integralmente e começa a produção do texto narrativo.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevistas semiestruturadas, aplicado pelo pesquisador principal (Luiz Carlos Dias Lima de Oliveira). Ressalva-se que esse roteiro de entrevistas não ficou com os entrevistados, e foi aplicado uma única vez, servindo apenas para que o pesquisador pudesse conduzir o momento interativo estabelecido entre ele e o pesquisando na discussão das temáticas centrais da pesquisa.

Para coletar os dados foi utilizado um roteiro com questões norteadoras (Apêndice B) com a seguinte estrutura: características sociais e mentais dos homens, seguido de perguntas norteadoras, tais como: “Você pensa ou já pensou que a vida não vale a pena? Comente sobre isso”, “Aconteceu alguma mudança que você considera significativa que o levaram a desenvolver sentimentos/emoções que você considera ruins para sua vida?”, entre outras.

Concluídas as entrevistas, foram examinados os conteúdos excedentes que geralmente se formam, porque na narrativa construída como resultante do contato do entrevistado com o entrevistador comumente ocorre o comentário de eventos que não foram demandados, e também ocorrem digressões, ou ainda a necessidade retificações.

Portanto, a minha intervenção como pesquisador aconteceu, também, no instante em que, conforme os parâmetros definidos preliminarmente, realizei a análise e escolha de algumas partes em relação às outras que entendo como não significativas. Podemos dizer então, que a entrevista não é o cerne da análise, mas o lugar de fluxo de algumas narrativas e que esse lugar será delineado de acordo com a pesquisa e seus propósitos.

Visando ao fortalecimento do rigor científico da pesquisa, foram realizadas entrevistas, registros em diário de campo e observação participante. Na observação participante o pesquisador participa coletando os dados a serem analisados, e no final de cada entrevista realiza descrições qualitativas narrativas com o objetivo de obter as informações observadas mais relevantes para o processo da investigação (MÓNICO, 2017).

Considera-se a entrevista, adotada em seu significado abrangente na comunicação verbal, e na significância exclusiva de levantamento de dados acerca de alguma temática científica, o método mais usado no desenvolvimento de trabalho de campo (MINAYO, 2008). É também um momento de diálogo presencial empregado para delinear e captar o universo da vida dos participantes, elaborando as informações básicas para um entendimento minucioso das atitudes, valores, motivações e crenças no

que se refere aos agentes e ambientes sociais, em contextos singulares (CERVO et al., 2007; MINAYO, 2008).

Da mesma forma, é um mecanismo para alicerçar diversos episódios de expressão, nos quais a comunicação estabelecida entre entrevistado e entrevistador é patente, e a reprodução textual é o resultado que se distingue como coprodução de ambos, pois ocorre uma comunicação na entrevista que é coconstruída entre os dois sujeitos. Porém, esse tipo de comunicação direciona-se a um terceiro sujeito virtual, que não está presente no instante da comunicação: o leitor ou ouvinte.

Conforme Lakatos e Marconi (2010), a entrevista possibilita: conhecer o sentimento da pessoa sobre o fato ou seu significado para ela; descobrir fatores que influenciam os pensamentos, sentimentos ou ações das pessoas; averiguar fatos ocorridos; descobrir quais foram, são ou seriam as condutas das pessoas, sejam elas passadas, presentes ou planejadas (futuras); e conhecer a opinião das pessoas sobre os fatos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e aplicação de questionários pelo pesquisador principal na comunidade terapêutica.

4.4.1. Entrevista Semiestruturada

Na entrevista semiestruturada, na condição de entrevistador, segui um roteiro de perguntas preliminarmente elaboradas (Apêndice B). No entanto, às vezes não foi necessário segui-las rigorosamente, pois na entrevista tive a possibilidade de combinar perguntas preliminarmente definidas com outras espontâneas, que surgiram somente no instante da entrevista, porque essa espécie de entrevista se equipara ao cenário de um diálogo informal. Todavia, como entrevistador, estive empenhado em conduzir o debate no assunto de interesse à pesquisa. Com esse fim, realizei perguntas complementares, em adição às questões que já haviam sido estabelecidas no roteiro.

O maior benefício da entrevista semiestruturada é a oportunidade de mais proximidade e de uma interação maior entre mim, como entrevistador, e o entrevistado. Como consequência, surgem oportunidades de abordar temáticas mais complexas, com relação às acepções particulares do sujeito entrevistado.

Assim, optei por essa estratégia de coleta de informações, por não se restringir a uma só, podendo ser utilizado mais do que um processo de busca de dados na mesma pesquisa e, posteriormente, na análise, extrair a contribuição de cada uma.

4.4.2. Local da Pesquisa

A Comunidade Terapêutica consiste no tipo de estabelecimento conhecido como casa de apoio à saúde, tipo da unidade: polo de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde; sua atividade principal: internação; de atendimento contínuo de 24 horas/dia (plantão: inclui sábados, domingos e feriados): Convênio, Particular, Plano De Saúde Privado, Plano de Saúde Público. Essa comunidade abriga e acolhe muitos necessitados da região, todos os anos, sem ônus para o Poder Executivo. Equipe: Psicólogos, Nutricionista; Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, Enfermeira e Monitores.

4.5. Procedimentos na Análise de Dados

A narrativa foi construída na primeira pessoa do singular, usando um padrão centrado na experiência, em conformidade com os fatos reconstituídos de modo sequencial e significativo. Contemporiza uma representação, expressa a experiência dos fatores relacionados aos Componentes Mental (CM) e Físico (CF) da Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS) e permite compreender a modificação ou transformação de vida dos participantes; desse modo, foi construída uma narrativa com desenvolvimento congruente, suficiente para expor o modo como os participantes interpretam os fenômenos vividos (SQUIRE; TAMBOUCOU, 2012).

Dessa forma, as narrativas foram analisadas por meio da análise temática indutiva sugerida por Braun e Clarke (2006), que se refere a um grau de respostas ou sentidos, explícito ou implícito, normatizado e relevante no agrupamento de informações que agrupam essas respostas em temáticas.

Para usar esse processo de análise, foram realizadas nas fases subsequentes:

1. Ambientação e leitura ativa das informações de forma a estruturá-las e convertê-las em narrativa. Nessa fase, foram produzidos os textos narrativos individuais dos participantes.
2. Em seguida à estruturação dos textos narrativos, uma continuidade factível foi identificar os pontos de vista relevantes e comuns da experiência, codificando as informações indutivamente.
3. Logo após, com base nos códigos identificados na fase anterior, foi desenvolvida uma síntese narrativa agrupando a colaboração de cada um dos participantes.
4. Com base na teia estrutural do referencial teórico e nos panoramas das narrativas, os temas identificados foram interpretados.

5. Por último, foram refinados os temas e conformados às significações de acordo com o referencial teórico.

4.6. Aspectos Éticos

Para priorizar a segurança do participante na pesquisa, foram respeitados os preceitos éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/12 que trata sobre as pesquisas com seres humanos, seguindo os princípios da autonomia, beneficência e não maleficência. Os nomes reais dos participantes foram substituídos por nomes fictícios para que suas verdadeiras identidades não fossem expostas; eles receberam um ofício com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Federal da Fronteira Sul (CEP-UFFS). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem como função defender os interesses, a integridade e a dignidade dos indivíduos envolvidos na pesquisa, contribuindo para desenvolvê-la dentro dos padrões éticos.

O TCLE foi entregue aos participantes (Apêndice A), ao mesmo tempo em que a equipe da pesquisa explicou cada tópico com a finalidade de dar-lhes ciência da pesquisa, bem como dos riscos e benefícios a que estariam sujeitos caso aceitassem participar, sem ônus e com a garantia do sigilo e a liberdade para retirar-se da pesquisa a qualquer momento de sua execução.

O áudio e os TCLEs gerados na coleta de dados serão guardados em local seguro durante cinco anos, sob a guarda do pesquisador responsável pelo estudo e será utilizado somente para fins de estudo; após esse período serão destruídos do banco de dados da pesquisa armazenado no notebook institucional do professor/pesquisador, de acesso restrito a ele e apenas para quando houver alguma dúvida sobre o material transcrito para retornar à gravação, jamais divulgando qualquer arquivo.

Destaca-se que os resultados desta pesquisa serão apresentados pelo pesquisador num seminário abordando os resultados e as principais questões investigadas e suas contribuições para o avanço na discussão da depressão e do suicídio entre homens, em local a ser definido, em Passo Fundo/RS.

5. RESULTADOS

5.1. Características Sociais e Clínicas dos Pacientes

Os entrevistados tinham idade entre 20 a 61 anos e eram na maioria de cor branca, solteiros, com escolaridade desde a 3 série fundamental até nível superior. A religião da maioria é evangélica, seguida da católica.

As ocupações profissionais relatadas foram: Açougueiro, Advogado, Atendente de Clínica Veterinária, Auxiliar de Serviços (Frigorífico), Gari/servente, Instalador de ar condicionado, Microempresário da Construção Civil, Motorista, Pastor, Pintor, Pedreiro, Representante Comercial, Servente de Obra e Técnico em Refrigeração.

A maioria reside em casa própria e depois em casa cedida. Quanto ao número de filhos, a metade não tem filhos e dos que têm é de 1 a 3 filhos, com renda familiar entre R\$1.200,00 e R\$8.000,00.

As drogas mais usadas eram a cocaína, ou cocaína e crack, depois o álcool, ou álcool e cocaína; álcool, cocaína e crack e Lsd; álcool, cocaína e crack e maconha; cocaína, maconha e Lsd; maconha, crack e cola.

A grande maioria se autodeclara saudável e apenas 3 se autodeclararam doentes, sendo que 2 declararam que possuíam alguma doença prévia e a grande maioria também declarou-se sem doença prévia. As doenças prévias citadas foram a Diabetes e Convulsões.

5.2. Análise dos Dados da Pesquisa

5.2.1. Fatores Autodeterminantes Depressão e Suicídio

Muitos fatores influenciam na construção de estados psicológicos que levam à depressão e à ideação de suicídio. Estes se dividem em intrínsecos e extrínsecos; os primeiros se subdividem em necessidades psicológicas básicas de pertencimento, competência (especialmente competência emocional) e de autonomia, como ilustra a Tabela 1: Visão geral dos temas e subtemas e dos Fatores Indicativos de Autodeterminação para a Depressão e o Suicídio.

Tema	Subtemas	Exemplo De Citações De Suporte	Entrevistas de Suporte	% das Citações
FATORES AUTODETERMINANTES DA DEPRESSÃO	FATORES INTRÍNSECOS: - Falta Necessidade Psicológica Básica de Pertencimento	<i>"Tenho dificuldade de falar com a mãe, pai e filho".(E17)</i>	E1,E2,E3,34,E5,E9/E10,E11,E12,E13, E14,E15,E16,E17,E18,E19,E20	85%
	- Falta Necessidade Psicológica Básica de Competência (Emocional)	<i>"Eu tive um sentimento profundo, que iria morrer e que não tinha jeito, solução" (E9).</i>	E2,E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E10,E11,E12,E13,E14,E15,E16,E17,E18,E19	90%
	- Falta Necessidade Psicológica Básica de Autonomia	<i>"A pessoa não tem vontade panada. Desanimado, perde sentido da vida, tristeza, ansiedade".(E19)</i>	E2,E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E10,E11,E12,E13,E14,E15,E16,E17,E18,E19,E20	95%
	FATORES EXTRÍNSECOS	<i>"Quebrei, perdi meu negócio por causa da crise"(E3)</i>	E2,E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E10,E11,E12,E13,E14,E15,E16,E17,E18,E19	90%
FATORES AUTODETERMINANTES DO SUICÍDIO	FATORES INTRÍNSECOS: - Falta Necessidade Psicológica Básica de Pertencimento	<i>"Tentar se matar por que não merecia viver, para não incomodar ninguém".(E8)</i>	E2,E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E11,E12,E13,E14,E15,E16,E17,E18,E19,E20	90%
	- Falta Necessidade Psicológica Básica de Competência	<i>"Já pensei, que a vida não valia a pena quando usava droga".(E13)</i>	E1,E2,E3,34,E5,E9,E10,E11,E12,E13, E14,E15,E16,E17,E18	70%
	- Falta Necessidade Psicológica Básica de Autonomia	<i>"As vezes sinto que mereça ser punido por alguma coisa na vida. Algumas vezes me sinto castigado".(E6)</i>	E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E10,E11,E12,E13	50%
	FATORES EXTRÍNSECOS:	<i>"Sim, já tentei tirar a minha vida algumas vezes, por causa da droga e perdas".(E15)</i>	E2,E3,E4,E5,E6,E7,E8,E9,E10,E11,E12,E13,E14,E15,E16	75%

Tabela 1: Visão geral dos temas e subtemas e dos Fatores Indicativos de Autodeterminação para a Depressão e o Suicídio

5.2.1.1. Fatores Autodeterminantes para a Depressão

5.2.1.1.1. Fatores Intrínsecos da Depressão 5.2.1.1.1.1.

Falta de Satisfação NPB de Pertencimento

A falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas de pertencimento ficou evidenciada através da fala dos entrevistados: E1, E2, E3,E4, E5, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20, perfazendo um total de 85%. Refere-se às respostas à questão: "Às vezes você sente falta de alguém verdadeiramente próximo que o compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas pessoais?".

Tanto a questão levantada quanto as respostas dadas conduzem diretamente à necessidade psicológica básica do pertencimento e à falta de sua satisfação. Isso porque o acolhimento e a escuta empática são algumas das principais características do senso de pertença. Faz parte da essência humana gostar de ser ouvido e sentir-se compreendido, aceito e amado pelos outros, apesar dos seus defeitos, suas falhas e suas fraquezas. E em se tratando da depressão, isso se torna fundamental para atuação dos profissionais da área da saúde mental, dos familiares e amigos da pessoa em sofrimento psíquico.

Certos participantes deixaram bem clara essa necessidade através das suas respostas: "às vezes sinto falta de alguém verdadeiramente próximo que me compreenda

e com quem possa desabafar sobre coisas pessoais, principalmente minha esposa e meu filho” ou “sinto falta de alguém que me compreenda e que eu possa desabafar sobre assuntos pessoais como a minha mãe e o pai”.

Alguns entrevistados citaram a família genericamente, porém a maioria especificou: “a irmã, ou “a ex-mulher”, “esposa”, tio”, “sobrinho”. Ou seja, a grande maioria focou na família como suporte e fator de pertencimento, e conseqüentemente, a sua necessidade e a sua falta, conforme a Tabela 1: Visão geral dos temas e subtemas e dos Fatores Indicativos de Autodeterminação para a Depressão e o Suicídio, pois muitos fatores influenciam na construção de estados psicológicos que levam à depressão e à ideação de suicídio.

5.2.1.1.1.2. Falta de Satisfação NPB de Competência

Quase todos os participantes (90%) deixaram bem clara certa incapacidade pessoal de lidar com as suas emoções básicas, como: medo, raiva e tristeza, evidenciadas em suas falas: “já tive alguns sentimentos que ia morrer: tristeza, medo, raiva...” “Raiva, tristeza...” “Angústia, tristeza...”

A necessidade psicológica básica da competência geralmente pode ser focalizada na competência em lidar com as próprias emoções, em se conhecer e administrar seus sentimentos, evitando, por exemplo, os malefícios do hormônio cortisol no corpo físico (causador do estresse) e dos conflitos de relacionamento gerados quando uma pessoa fica em estado de cólera. Se essa pessoa souber administrar suas emoções básicas como a raiva, ela poderá evitar inúmeros sofrimentos psíquicos para si mesmo e para as demais pessoas com as quais ela convive. E também com o medo, a tristeza, a própria depressão e a ideação de suicídio; além de afetar o próprio indivíduo, esses estados emocionais afetam seus familiares, amigos, colegas de trabalho e até pessoas estranhas com as quais ele mantenha contato por algum motivo.

Portanto, a falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas da competência é um fator crucial a ser observado na prevenção da depressão e na eventual ideação de suicídio, tornando a teoria da autodeterminação importantíssima não só na vida diária dos entrevistados, mas também na de todos os seres humanos.

5.2.1.1.1.3. Falta de Satisfação NPB de Autonomia

A necessidade psicológica básica da autonomia diz respeito principalmente ao modo como se tomam decisões na vida. E isto temos que fazer a todo momento. A cada instante estamos fazendo escolhas, sejam elas explícitas ou implícitas, indiretamente. Diante disso, a nossa percepção de mundo e a nossa capacidade de administrar nossa

vida e nossas emoções (além de relacionamentos e pertença, como já se viu aqui) irão culminar no exercício do livre arbítrio da escolha. Embora parecendo um pouco estranho, os estados depressivos também envolvem, em certo grau, aceitar o resultado das escolhas pessoais realizadas sem se culpar.

Ademais, apesar de todas as influências, intrínsecas e/ou extrínsecas, os caminhos que vamos seguir também dependem das nossas escolhas emocionais: em buscar ajuda, de se integrar ao ambiente social em que estamos inseridos, de se conhecer, de identificar razões para viver. Nesse sentido, não é que se toma a decisão de ficar depressivo, mas a questão é que não se consegue enxergar outras opções senão ficar depressivo e desesperançoso. Então, a autodeterminação e a necessidade psicológica básica de autonomia tornam-se fundamentais na prevenção da depressão e da ideação de suicídio.

Certos participantes deixaram bem clara a falta dessa necessidade básica através das suas respostas: “Quando a gente não está bem. Não sente ser alguém. Que o amanhã se exploda”. (E2). Porque para enxergar outras possibilidades e a solução para os motivos causadores do sofrimento, o sujeito necessita sentir-se alguém capaz de tomar decisões. Portanto, estão implícitas também outras características: da autonomia como sendo uma capacidade e a autonomia como resolução de problemas.

Na sua resposta, o entrevistado 11 disse: “Tristeza profunda. Dor profunda, vazio existencial, desânimo, só dormir, não fazer nada”. Isso nos fala não só de uma incapacidade emocional (“tristeza profunda”, “dor profunda”, “vazio existencial”), mas também da falta de pertencimento pois, em face do “desanimo”, de querer “só dormir, não fazer nada”, observa-se a falta de uma autonomia que lhe possibilitasse identificar a solução de seus problemas e as alternativas de escolha.

5.2.1.1.2. Fatores Extrínsecos da Depressão

Quase todos os participantes (90%), em suas respostas deixaram evidenciada uma desmotivação provocada externamente, que contribuiu para se instalar seu estado depressivo, como revela a fala do entrevistado (E10): “Minha mãe morreu quando eu tinha 11 anos e fiquei desiludido com Deus. Ela era uma pessoa boa e Deus a levou; tem tanta gente ruim na vida e ele não leva, não acredito mais em Deus”.

A falta de motivação ou desmotivação extrínseca decorre de fatos externos ao sujeito, que não dependem da sua vontade e não estão no seu controle, como no caso do entrevistado 10: a morte da sua mãe quando ele tinha 11 anos. Esse fato não dependia absolutamente da sua vontade. Porém, essa falta não foi bem elaborada na sua infância

nem na sua vida adulta, atualmente. Aí se cruzam as motivações extrínsecas com as motivações intrínsecas. Ou seja, passa a ocorrer o processo de internalização pelas quatro fases, desde a regulação externa, passando pelas regulações introjetada e identificada até tornar-se integrada, confundindo-se ou “misturando-se” às motivações intrínsecas, ficando difícil de defini-la como interna ou externa, pois já originou motivações e/ou crenças nucleares negativas.

O entrevistado 19 disse em sua resposta a esta questão: “Foi a droga que foi destruindo a família”. Nesse caso, a droga foi considerada pelo pesquisado como um fator externo, pois, apesar de ter uma representatividade interna, de uma necessidade pessoal, a droga foi oferecida como uma solução (precária) para os seus conflitos internos. Eximindo-se ou não da sua responsabilidade quanto ao uso abusivo da droga, o fato é que a droga representa para ele um “mal externo” que lhe aciona impulsos destrutivos de si mesmo e de sua família. Até porque, atualmente, no meio acadêmico, a hipótese mais corrente sobre a drogadição refere-se ao lugar que ela ocupa na vida do dependente: ela substitui uma falta, um vazio (como também citou o entrevistado 10).

5.2.1.2. Fatores Autodeterminantes do Suicídio

5.2.1.2.1. Fatores Intrínsecos do Suicídio

5.2.1.2.1.1. Falta de NPB Pertencimento

Segundo o participante E13, o suicídio acontece em momentos como este:

“Quando tentei, não via mais motivos para viver, não tem ninguém próximo”.

Geralmente, quando o sujeito começa a ter ideias de suicídio ele se isola, fica pensando sozinho sobre o assunto. Posteriormente, se continuar alimentando essas ideias, poderá começar a planejar, igualmente sozinho, algum jeito de concretizá-las, culminando num ato de autoextermínio, também isolado, sozinho, sem ninguém para impedi-lo. Portanto, podemos observar que todo esse processo negativo ocorre num isolamento social, num distanciamento da família e dos amigos. E isto foi evidenciado pelo entrevistado 13 quando mencionou: “...não tem ninguém próximo”.

Esse sentimento é exatamente o oposto do sentimento de pertença, do desejo natural que o ser humano tem de vincular-se aos outros. Ou seja, ocorre a falta de pertencimento, seja pela vontade do sujeito que está em estado de desesperança, seja ainda devido a fatos anteriores com relação à sua socialização que geraram a depressão ou ideação de suicídio.

E sendo o pertencimento um dos mais intensos sentimentos, quando o sujeito sente sua falta, geralmente a revela em sua fala, como menciona também o entrevistado 13: “não via mais motivos para viver”. Tanto é verdade isso que alguns sujeitos, quando relatam os motivos da sua tentativa, chegam a dizer: “Se eu morresse ninguém iria sentir a minha falta”.

O entrevistado 16 segue na mesma direção, falando sobre a morte:

“Morrer, não existe céu, não existe Deus, paraíso. Inferno. Apagar. E passa dois dias todo mundo te esquece”.

Como se pode observar, a falta do suprimento da necessidade psicológica básica do pertencimento fica evidente na frase: “E passa dois dias todo mundo te esquece”. Além disso, ele menciona que não existe “céu”, como sendo um lugar positivo, de bem-estar, não mais merecido.

5.2.1.2.1.2. Falta de Satisfação NPB de Competência

Estados emocionais como a tristeza e a própria depressão afetam o indivíduo, podendo levá-lo à ideação de suicídio por algum motivo pessoal. Nesse sentido, vemos que a necessidade psicológica básica da competência geralmente pode ser focalizada na competência de lidar com as próprias emoções, além de lidar com as emoções dos outros também.

Um pouco mais da metade dos participantes, totalizando o percentual de 70%, evidenciaram uma incapacidade pessoal de lidar com as suas emoções básicas, como a tristeza, demonstrada assim na fala do entrevistado 17:

“Já pensei muitas vezes, pela tristeza”.

Portanto, se o sujeito souber administrar suas emoções, ele terá condições de evitar inúmeros sofrimentos psíquicos para si mesmo e para as demais pessoas com as quais ela convive. No entanto, se não desenvolver um autoconhecimento e a consciência de crenças disfuncionais e/ou pensamentos distorcidos, ele poderá trilhar caminhos árduos de angústia e sofrimento psíquicos, ou até de transtornos mentais mais graves.

Quanto a esta incapacidade de administrar suas emoções e a distorção dos pensamentos e das emoções, vemos na resposta do entrevistado 19 que estar “planejando” seria uma forma de administrar (distorcida ou disfuncional) suas emoções:

“Várias vezes já estive planejando”.

Dessa forma, torna-se um fator primordial na prevenção da ideação de suicídio a satisfação da necessidade psicológica básicas da competência tornando a teoria da autodeterminação fundamental no cotidiano dos seres humanos.

5.2.1.2.1.3. Falta de Satisfação NPB de Autonomia

Metade dos participantes manifestaram a falta dessa necessidade básica através da sua resposta:

“Estou sendo punido, preso por tráfico” (E5)

Então, a necessidade básica da autonomia foi relacionada à privação da liberdade, tanto física quanto “espiritual”, como veremos na citação a seguir. Esse entendimento, seja materializado na prisão física, seja na “cobrança” subjetiva pela divindade, retrata uma punição, um sentimento de culpa, uma falta de livre arbítrio, de escolha e tomada de decisão, onde ocorre um julgamento externo e uma imposição unilateral de leis, característica da sociedade humana:

“Sim, se Deus existe, ele vai fazer a cobrança” (E7).

Dessa forma, a capacidade de administrar a vida e as emoções (percepção do mundo e percepção de si mesmo), irão culminar no exercício do livre arbítrio e das escolhas realizadas pelo sujeito. Os estados emocionais também envolvem aceitar o resultado das escolhas pessoais realizadas sem culpabilizar-se severamente nem sentir-se merecedor de uma punição, divina ou pela lei dos homens.

A necessidade psicológica básica da autonomia diz respeito principalmente ao modo como se tomam decisões na vida. E isso devemos fazer a todo momento. A cada instante estamos fazendo escolhas, de maneira explícita ou implícita. Porque para enxergar outras possibilidades e a solução para os motivos causadores do sofrimento, o sujeito necessita sentir-se merecedor de compreensão, de perdão e de uma nova oportunidade, não desistindo de si mesmo, nem da sua própria vida.

Portanto, apesar de todas as influências, internas ou externas, a jornada que o sujeito seguirá também depende das suas escolhas: em buscar ajuda, de identificar razões para viver e se integrar ao ambiente social em que está inserido. Nesse sentido, a questão é que não se consegue enxergar outras opções senão de ser punido, na ausência do autoperdão, do amor próprio e do instinto de preservação da vida.

5.2.1.2.2. Fatores Extrínsecos do Suicídio

Um pouco mais da metade (75%) dos participantes, através das suas respostas, deixaram evidente a desmotivação provocada externamente, que contribuiu para a ideação de suicídio, como revela a fala do entrevistado (E16):

“Tentei, eu estava drogado e lembrei do pai que se matou”.

Outro entrevistado (E4) também atribuiu ao uso abusivo da droga como fator externo das possíveis causas para ter ideação de suicídio:

“Já várias vezes, desde os 18 anos, usando droga”.

A falta de motivação ou desmotivação extrínseca decorre de fatos externos ao sujeito, pois a morte do pai não dependia absolutamente da sua vontade. Além do mais, como já comentamos anteriormente, a drogadição envolve fatores intrínsecos, mas também fatores extrínsecos, como as condições sociais do ambiente, a oferta facilitadora de “soluções fáceis” dos problemas pessoais, anestesiando ou amortecendo o sofrimento, oferecida como opção de escolha imediata para lidar com conflitos íntimos.

Contudo, isto se deve ao fato de que as motivações extrínsecas e as motivações intrínsecas se cruzam. Ou seja, passa a ocorrer num processo, pelas fases de internalização desde a regulação externa, introjetada, identificada até se tornar integrada, fundindo-se às

motivações intrínsecas, originando motivações ou crenças nucleares negativas, como já foi dito anteriormente.

Seria uma espécie de apologia invertida, oriunda de uma distorção cognitiva de que “a droga é a solução para seus problemas, para relaxar e ficar de boa”. E ao constatar, posteriormente, que tudo era irreal, entra em depressão e emerge a ideação de suicídio.

5.3. Discussão

Ao mesmo tempo que a teoria da autodeterminação reconhece, por um lado, que por natureza o ser humano é curioso, interessado, ativo e automotivado, de outra forma estabelece que o sujeito pode tornar-se passivo, desinteressado e alienado (Ryan et al., 2000a). Por isso, ela pode contribuir para os estudos sobre suicídio e depressão, considerando-se que a desmotivação e a não regulação das necessidades básicas são os principais atributos que podem desencadear os comportamentos depressivos e conseqüentemente suicidas.

Na motivação extrínseca o sujeito está externamente pressionado para a ação. Uma pessoa motivada extrinsecamente é aquela que inicia uma ação com perspectiva de repercussões vantajosas a diferentes acontecimentos, não obrigatoriamente vinculados à mesma ação (Ryan e Deci, 2000a).

Outros potenciais fatores motivadores extrínsecos consideráveis são: o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas (pois podem afetar a capacidade de julgamento e comportamento da pessoa as quais são geralmente consumidas com o objetivo de esquecer os problemas e sentimentos dolorosos) (King et al., 2006), o bullying (pois pode causar sofrimento emocional intenso) (Pimentel et al., 2020), a síndrome de Burnout (pode provocar sintomas como sensação de fracasso e desgaste emocional) (Carro e Nunes, 2021) e outras situações que também podem provocar angústia intensa e reações impulsivas em algumas pessoas, levando-as a um maior isolamento ou ao desejo de não existir.

A Teoria da Autodeterminação pode contribuir para os estudos sobre suicídio e depressão, considerando-se que a (des)motivação e a não regulação das necessidades básicas são os principais atributos que podem desencadear os comportamentos depressivos e conseqüentemente suicidas. Além disso, ela propõe bases teóricas para a análise dos comportamentos humanos em diversos contextos, sendo considerada uma metateoria.

Na teoria da autodeterminação, além das motivações extrínseca e intrínseca, considera-se que a amotivação igualmente afeta o comportamento das pessoas. Trata-se de uma circunstância motivacional que pode ser encontrada em pessoas que não estão aptas o suficiente para identificar motivos positivos para realizar determinada ação (Ryan e Deci, 2000).

Conforme Ryan e Deci (2008), a amotivação é condizente com a inexistência de desejo, pois a pessoa não considera e nem valoriza o comportamento ou até mesmo o resultado decorrente dele, ou ainda, não se acha competente para realizar tal ação, demonstrando um vazio motivacional e revelando uma ociosidade com relação àquela ação. Com isso, ela somente será realizada casualmente para responder a exigências externas (Balbinotti et al., 2011).

A amotivação sofre uma orientação impessoal, ou seja, desenvolve tendências comportamentais sem direcionalidade intencional. As pessoas com elevada orientação impessoal tendem a sentir sensações de ineficácia e à ansiedade, acreditando que não possam modificar o contexto em que vivem (Kasser e Ryan, 1996).

Sabemos que há vulnerabilidades no cotidiano que podem aumentar o risco de desenvolvimento de depressão e suicídio, mas os fatores que não incentivam essas ações são interpretadas como fatores amotivacionais. Conforme a teoria da autodeterminação, trata-se de uma circunstância presente em pessoas que não estão aptas o suficiente para identificar motivos positivos para efetivar determinada ação (Deci e Ryan, 2008).

A teoria da autodeterminação é uma teoria orgânico-dialética e supõe que as pessoas são organismos ativos com tendência a evoluir, crescer e dominar os desafios do ambiente, de maneira a integrar e dar sentido às novas experiências. Ainda assim, essas tendências naturais do desenvolvimento não têm funcionamento automático. Elas carecem de direcionamento e precisam ser socialmente alimentadas e suportadas, de modo que a relação dialética entre o organismo ativo e o contexto social torna-se a base para as teorizações sobre a motivação (Deci e Ryan, 2002).

De acordo com o estudo bibliográfico realizado, a falta de motivações intrínsecas faz com que o sujeito se sinta incapacitado para satisfazer-se com seu próprio funcionamento interno (Deci e Ryan, 2002), não conseguindo obter as prazerosas sensações que suas próprias ações comportamentais possibilitam, não desenvolvendo assim estratégias diversas de enfrentamento, internas e externas, para buscar o equilíbrio emocional.

Cairrão (2012) relata a necessidade de harmonia entre essas três necessidades:

“Existe uma correlação positiva significativa entre as três necessidades psicológicas básicas. Em termos teóricos, estes resultados podem ser justificados através dos próprios fundamentos subjacentes à SDT, pois segundo (Ryan e Deci, 2007) só se pode alcançar uma função motivacional ideal com a satisfação simultânea da autonomia, competência e relacionamento, que funcionam como uma necessidade psicológica básica global, o que pressupõe uma relação positiva entre as três. Esta tese tem sido comprovada empiricamente em vários contextos da atividade física. (Cairrão, 2012, p.10)

Deci e Ryan (2002) alegam que a estrutura das necessidades básicas de competência e pertencimento desenvolvem necessidade de autonomia, favorecendo a regulação do comportamento. Dessa forma, a própria pessoa competentemente se satisfaz com suas próprias ações comportamentais, extraindo prazerosas sensações que proporciona esta dinâmica interna (Balbinotti, et al., 2011).

Na motivação intrínseca, o sujeito pretende executar uma atividade ou atingir um objetivo porque lhe é importante ou satisfatório, correspondendo a um autêntico desejo, a uma inata predisposição do ser humano, ou seja, sua personalidade (Miner, 2015). Inclusive, para Pieretti (2010) e Ormel et al. (2019), o suicídio e a depressão propriamente dita poderão tornar-se fator de motivação intrínseca, porque quando de grave intensidade e sem tratamento, poderá ocasionar sentimentos como tristeza profunda, perda de valor ou culpa. A satisfação da necessidade de pertencimento é afetada pelas dificuldades em manter vinculações de apego mais sólidas, o que acaba restando na inexistência de afeto, reciprocidade, escassa interação social e preocupação mútua.

Segundo D'Ambrósio (1997), estamos estabelecidos no mundo e “...somos tudo isso ao mesmo tempo, uma realidade individual, uma realidade social, uma realidade planetária, uma realidade cósmica. Temos que entrar em harmonia com tudo isso. Temos que entrar em harmonia com a gente mesmo, em harmonia com a sociedade, com o planeta e com o cosmos.” (D'AMBRÓSIO, 1997, p. 33).

Para Amaral (2006), o sentimento de pertencimento “é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações (...) a comunidade se autodefine e estabelece as suas fronteiras, bem como estabelece meios de diferenciação tanto interna como externa. Os costumes que essa comunidade é capaz de gerar podem garantir a sua sobrevivência e reprodução.” (Amaral, 2006, p. s/n)

Segundo Braga e Gastaldo (2019): “Empregamos o termo ‘pertencimento’ como tradução de ‘*membership*’, o ato ou a condição de ser membro, de ‘pertencer’ a uma instituição ou grupo. Vista como um princípio elementar da vida em sociedade, a noção de pertencimento define a ontologia de cada ser humano. Afinal, o que alguém ‘é’ define-se pela adesão – voluntária ou atribuída – a categorias de pertencimento. Assim, pertencimento implica vinculação a um sistema amplo de classificações e hierarquias, a matriz mesma da cultura de uma sociedade [...] A noção de pertencimento, o ato de pertencer, de fazer parte, de ser membro continuam a ser poderosos elementos de socialização, vetor tanto de inclusão social quanto de preconceito e estigmatização. [...]” (Braga e Gastaldo, 2019, p. 01 e 15).

De acordo com Cousin (2010), “O pertencimento pode ser compreendido como uma crença ou ideia que une as pessoas, e é expresso por símbolos e valores sociais, morais, estéticos, políticos, culturais, religiosos e ambientais dentre outros de um lugar” (Cousin, 2010, p. 94).

Cousin (2010) também alerta que o sentimento de pertencimento pode ser fortalecido pela utilização do tempo para dedicar-se a relações saudáveis, num grupo depositário de crenças subjetivas semelhantes, às quais procura dar significado e torná-las práticas e objetivas. Cousin (2010) acrescenta: “inoportuno pensar na importância de despertar o sentimento de pertencimento na sociedade sem considerar as interferências que essas estão sofrendo cotidianamente pela globalização da economia” (Cousin, 2010, p. 130).

Como necessidade, o pertencimento retrata um desejo de ser percebido, valorizado e vinculado a um grupo definido. Na indicação de hipótese fundamental, a necessidade de pertencer do sujeito é igualmente descrita como necessidade de pertença, necessidade de relacionar-se ou mesmo de estabelecer vínculo (Deci; Ryan, 2000).

Na pesquisa realizada sobre esse entendimento, à questão: “Às vezes você sente falta de alguém verdadeiramente próximo que o compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas pessoais?”, encontramos as seguintes respostas: “minha esposa e meu filho” ou “a minha mãe e o pai”. Outros responderam ainda: “a irmã, ou “a ex-mulher”, “esposa”, tio”, “sobrinho”. Uma grande maioria conceituou depressão como sendo tristeza, angústia, ansiedade, agonia, doença, desânimo, frustração e vazio. Já os conceitos de suicídio mencionados foram: “Se matar”, Final/Fim, Inferno, Covarde/Covardia,

Coragem, “Tirar a própria vida”, “Se destruir”, Loucura, Droga, Diabo, Medrosa, hipócrita, incapacitada”. E por fim, mais da metade não usou nem usa algum tipo de medicação para depressão ou transtornos mentais.

Diante do exposto, nota-se que grande maioria focou na família como suporte e fator de pertencimento, e conseqüentemente a sua necessidade e a sua falta, sendo que muitos fatores influenciam na construção de estados psicológicos que levam à depressão e à ideação de suicídio. Porém, a maioria indicou que sente falta de apoio (da família), pois sente falta de alguém verdadeiramente próximo que o compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas pessoais. E a pessoa que escolheria para conversa seria: mãe, pai, filho, irmã, esposa, ex-esposa.

A família é um laço determinante das redes sociais primárias em determinada cultura, é um mecanismo signifiante para o sujeito, tanto em sua realização no cotidiano como na esfera afetiva e das metodologias educativas, porque é justamente no âmbito familiar que ele experimenta o mundo dos relacionamentos. Esse campo relacional vivenciado primeiramente na família norteará ou definirá suas relações posteriormente. Conforme Heilborn (1997), ocorre na família uma primazia do todo sobre as partes, uma forma de existir que não considera a individualidade: “A ênfase no valor da família exhibe seu maior vigor no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social dessas pessoas” (HEILBORN, 1997).

Porém, atualmente as relações não têm em vista o comprometimento e a continuidade; ao esquivar-se do compromisso com o outro, mantêm-se em aberto as oportunidades para alcançar o desejado prazer momentâneo, isento de conseqüências.

Sigmund Bauman (1998) refere-se à concepção de modernidade líquida ao mencionar as transformações aceleradas e sucessivas em várias dimensões do existir social. Segundo ele, os vínculos humanos seguem o mesmo silogismo do consumismo, no qual predomina a inconstância, o desinteresse em meio à ambigüidade e o propósito contínuo de um infindável recomeço. Com essa inovação na composição social, os sujeitos ressurgem como agenciadores de mercadorias, assim como são propriamente as mercadorias.

Bauman (1998) também pressupõe que o tempo líquido-moderno é caracterizado por interrupções e rupturas; nele há perspectiva ocasional, isto é, refere-se à delineação da história como sistema aberto e indeterminado no qual aquilo que interessa é o dia de hoje. Assim sendo, planejamentos mais longos não são esperados e tudo que envolve

duração extensa retrata uma decadência se confrontada a processo demasiadamente acelerado da sociedade (BAUMAN, 1998).

Para Wrzus et al. (2013), a família é um constructo vulnerável que está em contínuo curso de adequação e readequação em conformidade com eventos que produzem impactos distintos na rede de apoio social, tanto em seu arcabouço como no percebimento do suporte obtido.

Seja qual for o estágio em que se encontra, o ciclo familiar instiga seus componentes a elaborarem mudanças para encarar novas exigências. O reconhecimento e a procura das vinculações de suporte igualmente demonstram-se distintas no decorrer do tempo, com a finalidade de auxiliar as adequações familiares (Wrzus et al., 2013; Minuchin, 1982).

A família torna-se uma rede, com um rizoma que circunda a teia parental integralmente, constituindo um arranjo de necessidades que enredam seus componentes, com significado em dobro, ao obstaculizar a individualização e, simultaneamente, possibilitar a sua existência como suporte e auxílio essenciais (SARTI, 1996).

Os seres humanos são biologicamente esboçados para serem sociais e preservarem vinculações as quais são igualmente instigadas por seus fatores biológicos. Esses fatores estruturantes relacionados com os ambientais podem ser incentivadores de resiliência e protetores (Yunes, 2003; Taylor (2002).

Nos dias atuais, a resiliência familiar é atravessada por distintos conhecimentos, e os investigadores empregam visões diferentes, mas paulatinamente se tem percebido a resiliência individual como um mecanismo e não como uma característica. Entender a resiliência familiar como um mecanismo significa que as famílias não serão obrigatoriamente resilientes a cada momento do ciclo vital familiar nem em todas as contingências. De acordo com Walsh (1996), “O foco da resiliência em família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam famílias não só a lidar mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saírem fortalecidas das mesmas” (Walsh, 1996, p. 263).

Vergara (2008) também comenta: “Se existem condições internas a cada pessoa que tornam possível a construção da resiliência, esta pode também se dar na coletividade, pela influência recíproca indivíduo-coletividade” (Vergara, 2008, p. 707).

Dispor de uma rede acessível para apoio na resolução de crises que impreterivelmente acontecerão no decorrer da existência é um aspecto protetor ao desenvolvimento dos componentes da família. Ademais, pesquisas vêm demonstrando importante acréscimo da influência de vinculações próximas e de suporte social em períodos de estresse. Segundo a bibliografia referencial, três perspectivas são fundamentais para o “progresso adaptativo”: a) especificidades individuais do sujeito, como autonomia, orientação social positiva e autoestima; b) espaço familiar permeado por laços afetivos que provoquem coesão familiar; c) uma rede de apoio social à disposição para ajudar a superar crises que costumam acontecer durante a existência.

Rede de apoio social é um agrupamento de estruturas e de sujeitos significativos, que constituem as conexões e interatividades estabelecidas e percebidas pelas pessoas. O item afetivo foi adicionado a esta concepção, de acordo com o reconhecido e indiscutível valor da relação de afetividade para estabelecer e preservar a proteção e o apoio (Brito e Koller, 1999; Taylor e Taylor, 2002).

Conforme Bronfenbrenner (1996), a rede de apoio deve ocupar-se das transformações que ocorrem no decurso da existência, não somente no sujeito, mas também em seu meio ambiente, em seus vínculos e na sua progressiva competência de encontrar, segurar ou modificar as características do ambiente e de suas vinculações.

Seguidamente são consideradas como origens mantenedoras de uma vida sadia dos sujeitos: amigos, líderes, bons professores ou a família, que significam muito para o amadurecimento afetivo e social da criança (Yunes, 2010; Brito e Koller, 1999). Tais perspectivas se coadunam com o que na década de 1980 Masten e Garmezy (1985) denominavam “fatores de proteção” quando investigavam o constructo de resiliência.

Dispor de uma rede acessível para apoio na resolução de crises que fatalmente acontecerão no decorrer da existência é um aspecto protetor ao desenvolvimento dos componentes da família. Ademais, pesquisas vêm demonstrando importante acréscimo da influência de vinculações próximas e de suporte social em períodos de estresse (Guiaux et al., 2007; Morgan, Neal e Carder, 1997).

O apoio social refere-se às vinculações que um sujeito estabelece na sua existência e que podem influir de modo significativo no seu desenvolvimento e na sua personalidade. As particularidades das relações em distintas configurações sociais têm-se

tornado tema de pesquisas de diversos estudiosos que corroboram as consequências positivas ou negativas sobre a saúde emocional e física dos sujeitos. Os elos sociais perenes são significativos porque ofertam auxílio em momentos de necessidade, possibilitando o confronto e a superação em episódios de crise (Barudy, Dartagnan, 2010; Brito e Koller, 1999; Taylor e Taylor, 2002; Cyrulnik, 2004; Yunes, Garcia e Albuquerque, 2007).

Sob o ponto de vista dos fatores de ideação de suicídio, à questão: “O que é suicídio para você?”, um dos participantes da pesquisa respondeu: “Quando tentei, não via mais motivos para viver, não tem ninguém próximo”.

Vemos na literatura estudada que para Santos et al., (2017) e Silva et al., (2015), o isolamento social e a retenção social são algumas das causas principais de depressão, ideações, pensamentos, tentativas e/ou atos suicidas. Igualmente, conforme Fagundes (2015) e Hernandez et al. (2019), as dificuldades para se inter-relacionar de modo mais afetivo e significativo emocionalmente geram relações incapazes de propiciar emoções positivas, provocando assim sentimento de solidão e inexistência de suporte emocional, dificuldade em manter relações de apego mais estáveis, o que acabam resultando na falta de reciprocidade, afeto, preocupação mútua e escassa interação social, afetando assim a satisfação da necessidade de pertencimento.

Da mesma forma, quase todos os participantes (90%) deixaram bem clara nas suas declarações certa incapacidade pessoal de lidar com as suas emoções básicas, tais como: medo, raiva, tristeza: “já tive alguns sentimentos que ia morrer: tristeza, medo, raiva...”

Pode-se afirmar que uma das esferas essenciais dos executores mentais são as emoções, em conjunto com a motivação e a cognição. Observa-se que a solução dos eventos que vivenciamos, ou de problemas, não é somente norteadas pela razão, mas conta também com o componente emoção (Hilgard, 1980; Damásio, 2005). Conforme Damásio, 2005: “Não há decisões puramente lógicas e nem puramente emocionais e sim há um elo entre as duas vertentes a fim de tomar decisões adequadas” (Damásio, 2005, p.154).

Logo, nós somos “razão” e “emoção”, de tal maneira que empregamos a razão para nivelar as emoções e recorreremos às emoções harmonizadas para tomar decisões adequadas. Não obstante, a noção acerca da emoção é mais profunda e permanece aberta tendo em vista a insuficiência de consenso entre os pesquisadores, como reiteram vários autores. De acordo com GROUPE (2016): “A inteligência emocional é formada por um

conjunto de competências relacionadas à capacidade de administrar de forma adequada as próprias emoções” (Grop, 2016, p. 59).

As emoções controlam a concentração e escravizam as faculdades mentais (segundo autores da perspectiva neurofisiológica é denominada memória de trabalho), as quais desempenham, no âmbito do funcionamento mental, o papel de execução por excelência, tornando plausíveis todos e quaisquer esforços intelectuais (Damásio, 2.000).

Para Salovey e Mayer (1990), a inteligência emocional seria alusiva à habilidade em identificar e expressar as emoções, incorporá-las ao pensamento, raciocinar e compreender com ela, sendo capaz de adequá-la em si mesmo e nos outros.

A Competência emocional é uma aptidão formada com base na inteligência emocional, definida como a capacidade do sujeito de motivar a si mesmo em circunstâncias desfavoráveis que enfrenta na vida, sendo capaz de conduzir o pensamento de maneira a controlar o desânimo ocasionado pelas frustrações; e revelar a faculdade de gerir o seu estado de ânimo de modo a proceder de forma adequada consigo e com os demais (Goleman, 1998).

Além disso, com a teoria das inteligências múltiplas, Howard Gardner (1983) sinalizou a intenção de agregar as concepções sobre a capacidade de conhecer a si próprio e de levar em consideração as suas motivações, seus medos e sentimentos (inteligência intrapessoal), assim como também da habilidade de perceber as motivações, intenções e o desejo dos outros (inteligência interpessoal) (Gardner, 1983).

A necessidade básica da competência revela que os sujeitos têm desejo de reconhecimento sobre suas competências no espaço social e na convivência com outros sujeitos abrangendo a sobrevivência e a realização de suas ações práticas. (Appel et al., 2010).

No entanto, a maioria pensa ou já pensou que a vida não vale a pena, assim como grande parte dos entrevistados já teve alguns sentimentos profundos de que iria morrer por algum motivo, significando maior indício de depressão e ideação de suicídio, com sentimentos de Tristeza (5), Raiva (2), Angústia (2), Sofrimento/Sofrer (2), Pânico, Morrer, Desigualdade, Abandono, Depressão, Ansiedade, Medo (1).

Segundo Mussak (2003), “postura” refere-se a tomar uma atitude no espaço no qual se encontra. Ela consiste num modo de se comunicar através do qual manifesta seu

comprometimento com os princípios profissionais e a maneira como deseja ser reconhecido no seu campo de atividade. Mussak (2003) define: “postura é a maneira como nos posicionamos perante o mundo, e isso vale tanto para atitudes corporais como mentais.” (Mussak, 2003, p. 171).

Conforme a teoria da autodeterminação, a competência é conceituada como sendo uma necessidade psicológica básica de todo e qualquer sujeito. A competência parte da premissa de obter determinada repercussão na extensão de um meio social para atingir os objetivos almejados. Essa necessidade é configurada pelo desejo do sujeito de exercer as suas capacidades, procurando administrar os desafios em nível ótimo e lograr um feedback positivo (Reeve, 2006).

E pode-se também conceituar competência como a capacidade do sujeito de mover total ou parcialmente os próprios recursos afetivos e cognitivos para encarar um conjunto de eventos intrincados, os quais requerem a noção exata dos recursos, dos vínculos que deverão ser estabelecidos e da essência das habilidades em mobilizar-se (Perrenoud, 2000).

Essa capacidade de mover os recursos afetivos e cognitivos próprios ficou patente na pesquisa realizada quando os pesquisados relataram que não vêm tendo pensamentos de se machucar, não se tratar ou ficar doente, indicando menos propensão para depressão e ideação de suicídio, satisfazendo a necessidade psicológica básica de competência, na atualidade, diferentemente de quando iniciaram o tratamento.

Para Goleman (1998), a competência emocional consiste numa aptidão formada com base na inteligência emocional, definida como a capacidade do sujeito de motivar a si mesmo em circunstâncias desfavoráveis com que se defronta na vida, sendo capaz de conduzir o pensamento de maneira a controlar o desânimo ocasionado pelas frustrações e revelar a faculdade de gerir o seu estado de ânimo de modo a proceder de forma adequada consigo e com os demais.

Para esse autor, conseguir administrar as próprias emoções e entender as dos demais sujeitos em grupos exige empatia e autocontrole. Exteriorizamos mensagens emocionais e sinais, os quais presumivelmente influenciam aqueles que interagem conosco, o que comprova a força contagiosa das emoções. Contagiamo-nos com os sentimentos uns dos outros, como se esses fossem algum tipo de “vírus social” (Goleman, 1995).

Além disso, as condutas não habilidosas são aquelas que apresentam maior perspectiva de diminuir a potencialidade dos vínculos interpessoais e poderão abranger laços não-habilidosos operantes, sobretudo: coerção, autoritarismo, ironia, agressividade verbal ou física, como sendo respostas não-habilidosas e passivas, que abarcam: ansiedade, mágoa, ressentimento e fuga ou esquiva das necessidades sociais, em vez de enfrentá-las (Del Prette e Del Prette, 2010; Turini, Bolsoni-Silva e Carrara, 2010).

Já condutas habilidosas socialmente, denominadas habilidades sociais, são aquelas requisitadas para a competência social, as quais são reconhecidas por determinada cultura ou subcultura e que apresentam maior perspectiva de ocasionarem repercussões favoráveis, tanto para o sujeito que as manifesta quanto para a comunidade social a que pertence (Del Prette e Del Prette, 2010).

Quanto à falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas da autonomia, esta ficou evidenciada por 95% dos entrevistados, que à questão: “O que é a depressão para você?” responderam como segue. Certos participantes deixaram bem clara a falta dessa necessidade básica através das suas respostas: “Quando a gente não está bem. Não sente ser alguém. Que o amanhã se exploda.”

De acordo com Dorneles (2014), a cada instante temos diante de nós decisões a tomar, umas mais simples, outras tão sérias que poderiam determinar se permaneceremos vivos ou não; as emoções positivadas desempenham uma função relevante para o sujeito, pois influenciam de modo direto os processos motivacionais de prazer e de recompensa.

O senso de escolha é distinguido somente no momento em que o sujeito é capaz de decidir sobre suas próprias atitudes. À vista disso, escolher entre duas alternativas não basta para satisfazer a necessidade de autonomia (Reeve, 2006; Deci e Ryan, 2000). A necessidade de autonomia demonstra que os sujeitos têm a possibilidade de escolher as ações que poderão realizar, isto é, reproduz o desejo de conduzir-se conforme a sua própria escolha; o sujeito vivencia o comportamento que foi concebido por ele mesmo, e não por circunstâncias externas (Cavenaghi, 2009).

Quando o sujeito argumenta que age pela sua vontade própria, experiencia a liberdade em seu ato, enquanto se o sujeito expressa ou faz algo porque tem que fazer, sob pressão, é porque experiencia certo grau de coação para realizar determinada tarefa (Reeve, 2006; Ryan; Koestner; Deci, 1999).

A falta de satisfação da necessidade psicológica básica da autonomia ficou evidenciada através da fala dos entrevistados. Refere-se às respostas dadas à questão: “Você sente que mereça ser punido por alguma coisa da sua vida?”. A metade dos participantes manifestou a falta dessa necessidade básica através da sua resposta: “Estou sendo punido, preso por tráfico.” (E5); “Sim, se Deus existe, ele vai fazer a cobrança” (E7).

Para a grande maioria, algumas mudanças consideradas significativas que os levaram a desenvolver sentimentos/emoções consideradas ruins para sua vida, desenvolvendo maior índice de depressão e ideação de suicídio, foram causadas por fatores extrínsecos.

Ryan e Deci (2000) ressaltam que a regulação externa retrata a condição menos autônoma de motivação extrínseca, pois o sujeito motiva-se por fatores como punições e recompensas, ou seja, completamente externos. Ela acontece quando o comportamento se torna regulado por mecanismos que têm potencial de variabilidade desde as prováveis recompensas até o receio de algumas consequências inconvenientes.

A maior parte dos entrevistados tem pessoas da família ou amigos com quem pode contar quando tem sentimentos/emoções ruins, um maior índice de que contam com a família no caso de depressão e ideação de suicídio.

Caso esses planos não se realizem, pretendem seguir em frente, continuar tentando, e acham que ainda irão conseguir atingir seus objetivos a longo prazo, índice de resiliência a depressão e ideação de suicídio, embora uma minoria dissesse que ficaria frustrado e não iria fazer nada.

Dentre os motivos que eles têm para viver, responderam que contam com a família (ou refamília) e depois a religião. Há de ser reconhecido o mérito da religião, porque refere-se a uma linguagem a qual, tendo existência própria, desempenha determinada função: tem a capacidade de simbolizar o contexto e ainda de proporcionar paradigmas diretores da conduta coletiva, atuando de forma contínua, seja para oportunizar uma compreensão do mundo como ele se apresenta, ou como ele poderia talvez ser, também para purgar a dor ou para apontar aos aspectos ontológicos da existência humana. (Silva, 1995).

Distante de ser simplesmente um oportunismo de aproveitar a credulidade do povo, como muitos acreditam, ou um dispositivo para mitigar o sofrimento e tratar moléstias, as religiões consistem numa rede de apoio importante onde outras instituições

falharam como rede: os obstáculos burocráticos que se intercalam entre os doentes e a cura, o elevado custo das medicações e dos serviços clínicos e a falta de acesso aos agentes de saúde, entre outros (Alves, 1984).

Quando o governo não exerce o seu papel de defensor da cidadania e dos direitos do cidadão, cede lugar para a atividade das religiões e suas práticas. É nesse espaço que as religiões entram em cena. Dessa forma, a religião é considerada como um meio quando tudo falha, quando não se encontra mais nenhuma alternativa, quando se tem salvaguarda ínfima de sobrevivência moral e econômica (Schweickardt, 2002).

Além do mais, na realidade as redes de apoio e políticas públicas de assistência às comunidades de risco são pouco eficientes e frágeis, como revela pesquisa da aptidão dessa população, dos membros de uma nação ou de uma cidade para superação coletiva de eventos adversos (Ojeda, La Jara e Marques, 2007, Rocca, 2007).

Mais da metade dos entrevistados ultimamente não vem sentindo ou está sentindo algum sentimento que acha que não consegue suportar, indício de melhora ou remissão na sua adicção, depressão e ideação de suicídio.

De maneira oposta, a maioria se sente insatisfeito com alguma coisa no decorrer da sua vida, indício de insatisfação com a vida em geral. Apesar disso, mais de 50% dos entrevistados não sente que mereça ser punido por alguma coisa da sua vida, maior indício da ausência do sentimento de culpa.

Podemos dizer que as pessoas se distinguem não somente pela capacidade, mas também pela vontade de realizar algo, ou seja, através da motivação para fazer ou deixar de fazer alguma coisa. A motivação dos sujeitos decorre da tonicidade dos próprios motivos, os quais são estabelecidos como impulsos, necessidades ou desejos provenientes do sujeito e direcionados a propósitos, que podem ser objetivos ou subjetivos. Os motivos do sujeito são os “porquês” da ação comportamental. Eles possibilitam e preservam as ações, definindo a direção global do comportamento do sujeito. Em síntese, as necessidades ou os motivos são os propulsores da ação.

Segundo Prinz (2004), é difícil separar emoção e motivação, pois tendem a vir juntas. As emoções geralmente causam motivações, e as motivações geralmente são causadas pelas emoções. A raiva pode causar uma motivação para agredir. A fome pode ser causada pela aflição acerca da falta de comida.

Conforme Hersey e Blanchard (2004): “Os motivos ou necessidades são as

razões subjacentes ao comportamento. Todas as pessoas têm centenas de necessidades e todas estas competem pelo seu comportamento. As necessidades satisfeitas perdem a intensidade e normalmente deixam de motivar as pessoas a procurar objetivos para satisfazê-las” (Hersey e Blanchard, 2004, p. 12).

O maior indício de que alguém consegue expressar suas emoções é quando consegue chorar. Relacionado à sua masculinidade, maior indício de que o homem sente necessidade de mudanças é quando considera que alguma coisa da sua vida não está correta ou que poderia melhorar.

Já outros autores, como Maneghel; Moura (2018) e Tónel (2020), destacam a relevância do trabalho, o empenho sistemático na busca da prosperidade por meio do labor ininterrupto, da economia e da poupança, da aquisição de bens e no aumento do patrimônio para contentar a Deus por parte dos imigrantes que chegaram no Brasil e conservaram estas convicções e transmitiram a seus descendentes, que na atualidade ainda trazem grande influência dessa ideologia. As autoras ainda salientam que em municípios de colonização germânica, seus descendentes ainda preservam muitas características da cultura alemã de seus antepassados; os conceitos da ética protestante fundamentado na livre iniciativa e na meritocracia guardam em seu cerne o entendimento de que o lucro está profundamente ligado à ideia de predileção espiritual, em que as retribuições divinas seriam predeterminadas.

E ainda de acordo com Maneghel e Moura (2018), estudos indicam a cultura germânica trazida pela colonização alemã para o Estado do Rio Grande do Sul como uma das explicações para os recorrentes casos de suicídio no estado. Elas também consideram que entre os municípios gaúchos que apresentam as taxas de suicídio mais altas estão os caracterizados pela predominância da colonização alemã, talvez porque as novas gerações dos colonos alemães que surgiram no Brasil conservam os costumes, as tradições e os modos de pensar correntes desde o período da imigração, dentre os quais uma perspectiva de mundo arcaica, coadunável com sociedades de honra, onde prevalecia a ética do trabalho dos primitivos luteranos, que parece vigorar até hoje.

Além disso, Hobsbawm (1996) lembra que alguns imigrantes vieram fugindo das guerras e da pobreza na Europa, como os italianos, que eram arraigados à tradição de um sólido vínculo familiar; e também os alemães, que difundiram valores corporativistas e também cooperaram com o desenvolvimento do tradicionalismo.

Na pesquisa realizada, constatou-se que todos têm planos para o futuro, maior indício de que têm esperança, principalmente de trabalhar e desejo de poder contar com a família, o que vem a corroborar o entendimento dos autores acima sobre a importância do trabalho e da família para os gaúchos.

Assim, a respeito do trabalho e a sua respectiva rede de contatos, Carrera (2011) assegura que debater sobre relações de trabalho ou *networking* é abordar uma impulsão social responsável pelo sucesso pessoal e profissional futuro do sujeito. Da mesma forma, Misner et al. (2010) estabelecem que o *networking* é acessível, embora possa encontrar algumas dificuldades, porque, assim como nas demais práticas, essas ações inscrevem-se como capacidades e envolvem esforço, compromisso e conhecimento. Segundo Peters (2000), a premissa fundamental de uma rede de *networking* é que quanto maior a rede de contatos, mais oportunidades surgirão. Na mesma direção, Kramer (2012) salienta que o *networking* se estabelece como uma forma habitual de desenvolver vínculos com os sujeitos que permutam inclusive sentimentos, além de ideias, conexões e informações.

A temática da morte e do suicídio é habitual na tradição e na cultura gaúcha, ela faz parte desse universo de sentidos que inclui o convívio com a morte como parte do contexto da vida organizada, conforme trazem Maneghel et al. (2004). A título de exemplo, segundo Colucci (2013), muitas vezes era necessária a decisão de matar um velho cavalo que estava doente e enfraquecido, o que era considerado como um evento corriqueiro da vida no campo. Como diz na letra da música gaúcha tradicionalista: “Florêncio afiou a faca, para sangrar seu cavalo, o patrão disse a Florêncio, que desse um fim no matungo, quem já não serve pra nada, não merece andar no mundo”.

Da mesma forma, Tónel (2019) salienta que as emoções e crenças sobre a morte do gaúcho são substancialmente distintas das de outras comunidades (que só excepcionalmente se ocupam disso). Portanto, necessitamos pesquisar o suicídio sob diversos ângulos, pois, segundo esse autor, a matriz étnica é uma das particularidades admitidas e analisadas na avaliação do risco de suicídio e na elaboração de possíveis intervenções.

No questionamento realizado aos participantes da pesquisa, a maioria, no decorrer da sua vida já pensou ou chegou a tentar tirar a sua vida em algum momento, com maior indício de depressão e ideação de suicídio. Desses, 7 tentaram 1 vez na vida, outros 3 tentaram 4 vezes e um já tentou cerca de 10 vezes suicidar-se. O percentual dos participantes que já tentaram pelo menos uma vez cometer suicídio chegou a três quartos

da população estudada (75%), um índice que pode ser considerado extremamente alto em relação aos dados divulgados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde, o que legitima a posição dos autores estudados em relação ao comportamento autodestrutivo na cultura gaúcha.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens, ainda somos subjetivados na cultura gaúcha com o imaginário prevalente de virilidade, de onde devem excluir a manifestação de fragilidade. Em virtude dos conceitos de masculinidade ainda vigentes, permanece a concepção de masculinidade hegemônica, compreendida como a conformação de uma conduta de gênero que implica a argumentação que reconhece a incógnita da validade do patriarcado, que assegura a posição de subordinação das mulheres e de dominante dos homens. Pelo fato de não reconhecer esse fato, ocorre a ausência do diagnóstico de depressão em muitos homens, devido à tristeza reprimida, às vezes imperceptível para nós.

Na pesquisa realizada não foi possível desenvolver este assunto tanto quando era almejado, apesar de se ter obtido o dado de que os entrevistados conseguem expressar suas emoções, conseguindo chorar espontaneamente, sem receios, maior indício de que estão ocorrendo mudanças. Porém, em quaisquer outras questões relacionada a masculinidade, tais como posturas ou pensamentos machistas, não houve abertura ou disposição para levar a diante nenhum diálogo. Entretanto, foi possível identificar que este é um tema de grande importância, que em estudos sobre a saúde do homem, em especial em relação à saúde mental, sempre deverá ser incluído.

Podemos reafirmar que a temática da morte e do suicídio é habitual na tradição e na cultura gaúcha, fazendo parte desse universo de sentidos que inclui o convívio com a morte como parte do contexto da vida organizada. A Teoria da Autodeterminação pode contribuir para os estudos sobre suicídio e depressão, considerando-se que a (des)motivação e a não regulação das necessidades básicas são os principais atributos que podem desencadear os comportamentos depressivos e conseqüentemente suicidas. Além disso, ela propõe bases teóricas para a análise dos comportamentos humanos em diversos contextos, sendo considerada uma metateoria.

A teoria da autodeterminação supõe que as pessoas são organismos ativos com tendência a evoluir, crescer e dominar os desafios do ambiente, de maneira a integrar e dar sentido às novas experiências. Ainda assim, essas tendências naturais do

desenvolvimento não têm funcionamento automático. Elas carecem de direcionamento e precisam ser socialmente alimentadas e suportadas, de modo que a relação dialética entre o organismo ativo e o contexto social torna-se a base para as teorizações sobre a motivação.

Neste estudo, ficou evidenciado, tanto pela pesquisa teórica, quanto pelas entrevistas realizadas, que a falta de satisfação das necessidades psicológicas básicas do pertencimento, da competência e da autonomia realmente influenciam os transtornos depressivos e as ideações de suicídio, sendo um fator importantíssimo, que deve ser considerado quando na determinação do atendimento e do diagnóstico de pacientes em tais sofrimentos psíquicos, além dos argumentos de fatores hereditários ou hormonais, da insuficiência de substâncias químico-cerebrais, das imperfeições orgânico- fisiológicas. Portanto, necessitamos pesquisar a depressão e o suicídio sob diversos ângulos, pois, as questões socioculturais devem ser uma das particularidades admitidas e analisadas na avaliação do risco de suicídio e na elaboração de possíveis intervenções em transtornos depressivos.

7. REFERÊNCIAS

- ALDERFER, C. P.; SCHNEIDER, B. Three Studies of Measures of Need Satisfaction in Organizations. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, Vol. 18, n. 4, pp 489-505, Dezembro 1973
- ALMEIDA, L. S., Miranda, L., & Guisande, M. A. (2008). Atribuições Causais para o Sucesso e Fracasso Escolares. *Estudos em Psicologia*, 25(2)
- ALMEIDA, L. S., Guisande, M. A., & Ferreira, A. I. (2009). *Inteligência: Perspectivas teóricas*. Coimbra: Edições Almedina
- ALMEIDA, J. B. L.; SALES, V. A.; LIMA, J. V. S. A Invisibilidade da Depressão em Homens: Há Lugar para Dor no Masculino?. *Revista Amazônica*, v. 4, n. 1, p. 28-45, 2010.
- ALMEIDA, EDSON LEANDRO DE. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MASCULINIDADE DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, para a obtenção do título de Doutor em Educação. 2022
- ALVES, R. O suspiro dos Oprimidos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- AMARAL, A. L. Dicionário de Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>.
- ANDERSON, E. Orthodox and inclusive masculinity: competing masculinities among heterosexual men in a feminized terrain. *Sage Journals*, 2018.
- ANTONOVSLY, A., & Sourani, T. (1988) Family sense of coherence and family sense of adaptation. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 79-92.
- APA - American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- APPEL Marli Silva, Wendt Guilherme Welter, Argimon, Irani Iracema de Lima. A teoria da autodeterminação e as influências socioculturais sobre a identidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 351-369, ago. 2010
- Araújo, Marcos Vinícius de, Silva, Johny Welton Brito da, Franco, Erich Montanar. Motivação para o aprendizado em estudantes de graduação em Psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(2), 185-198. São Paulo, SP, maio-ago. 2014.
- ARRIA, Amelia M., Kevin E. O'Grady, Kimberly M. Caldeira, Kathryn B. Vincent, Holly C. Wilcox e Eric D. Wish. Suicide ideation among college students: A multivariate analysis. *Archives of Suicide Research*, v. 13, n. 3, p. 230-246, 2009.
- ARSLAN, G., Unal Ayrançi, Alaettin Unsal, e Didem Arslantas. Prevalence of depression, its correlates among students, and its effect on health-related quality of life in a Turkish university. *Upsala Journal of Medical Sciences*, v. 114, n. 3, p. 170-177, 2009.
- Atkinson, R. L., Atkinson, R. C., Smith, E. E., Bem, D. J., & Nolen-Hoeksema, S. (2002). *Introdução à psicologia de Hilgard*. Porto Alegre: Artmed

- BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide; Barbosa, Marcus Levi Lopes; Balbinotti, Carlos Adelar Abaide; Saldanha, Ricardo Pedrozo. Motivação à prática regular de atividade física: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 16(1), janeiro-abril/2011.
- BANDURA, A. (1965). Processos vicários: um caso de aprendizagem sem julgamento. Em L. Berkowitz (Ed.), *Avanços em psicologia social experimental* (Vol. 2, pp. 1-55). Nova Iorque: Academic Press.
- BANDURA, A. (2008) Teoria da Aprendizagem Social. General Learning Press, Nova Iorque.
- BANDURA, A., & Barab, P. G. (1971). Condições que regem a imitação não reforçada. *Psicologia do Desenvolvimento*, 5, 244-255.
- BANDURA, A. (1991). Teoria social cognitiva da autorregulação. *Comportamento Organizacional e Processos de Decisão Humana*, 50, 248-287.
- BANDURA, A. (1997). Eficácia pessoal no funcionamento psicobiológico. Em G. V. Caprara (Ed.), *Bandura: Um líder em psicologia* (pp. 43-66). Milão, Itália: Franco Angeli
- BANDURA, A. (2004). A crescente primazia da eficácia percebida no autodesenvolvimento, adaptação e mudança humana. In M. Salanova, R. Grau, I.M. Martinez, E. Cifre, S. Llorens e M. García-Renedo (Eds.) *Nuevos horizontes en la investigación sobre autoeficacia*. (pp. 33-51) Castellón: Colección Psyique.
- Bandura, A. (2008). An Agentic Perspective on Positive Psychology. In S. J. Lopez (Ed.), *Positive Psychology: Exploring the best in people*. Volume I (pp. 167-196). Westport, CT: Greenwood Publishing Company.
- BARBOSA, Arianne de Sá; TERROSO, Lauren Bulcão e ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Epistemologia da terapia cognitivo-comportamental: casamento, amizade ou separação entre as teorias?. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.* [online]. 2014, vol.34, n.86 [citado 2023-09-17], pp. 63-79. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-711X.
- Bar-On, R. (1997). Bar-on emotional quotient inventory (EQ-i): Technical manual. Toronto: Multi Health Systems.
- Barudy, J. y Dantagnan, M. (2010). Los desafíos invisibles de ser madre o padre. Manual de evaluación de las competencias y la resiliencia parental. Barcelona: Gedisa.
- BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: Construindo Vantagem Competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.
- BATES, D. S. & Toro, P. A. (1999). Developing measures to assess social support among homeless and poor people. *Journal of Community Psychology*, 27, 137-156
- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.
- Beautrais, A. L. (2003). Fatores do Curso de Vida Associados a Comportamentos Suicidas em Jovens. *Cientista Comportamental Americano*, 46(9), 1137-1156.
<https://doi.org/10.1177/0002764202250657>

- BECK, A. T.; Rush, A. J.; Shaw, B. F. & Emery, G. (1997). *Terapia cognitiva da depressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BECK, A. T. Cognitive therapy and the emotional disorders. New York: International Universities Press, 1976.
- BERALDI, Adriano Cesar Rodrigues. Beatitude e sabedoria em Agostinho: estudos sobre as fontes pagãs no De Beata Vita a partir do termo philosophia. Vitória: UFE, 2010, 106 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BERGAMINI, C. W. Motivação nas organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BERGAMINI, C. W. Motivação nas organizações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BISSOTO, Maria Luísa. Auto-organização, cognição corporificada e os princípios da racionalidade limitada. Ciências e Cognição, Piracicaba-SP, v. 11, p. 80-90, Jul. 2007.
- BOWLBY, J. (1988). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes.1988.
- Bowlby, J. (1988). Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego (S. M. Barros, Trad.). PortoAlegre:Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1988)
- BORBA, Angela Meyer: Infância e Cultura nos Tempos Contemporâneos: Um Contexto de Múltiplas Relações. Teias: Rio de Janeiro, ano 6, nº 11-12, jan/dez 2005.
- BORGATTI, S.; FOSTER, P. The Network Paradigm in Organizational Research: A Review and Typology. Journal of Management, v. 29, n. 6, 2013.
- BORGES, L. C.; FERREIRA, M. Florêncio Borges. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2018.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B.S.G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. Estudos de Psicologia, v. 11, n. 3, p. 345-351, 2006.
- Boruchovitch, E. (2008). A motivação para aprender de estudantes em cursos de formação de professores. Educação, 31(1). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2754>
- BORUCHOVITCH, E., Bzuneck, J. A. e Guimarães, S. E. R. (2010). Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. Rio de Janeiro: Vozes, 254
- BOURDIEU, P. A miséria do mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- Braga, A., & Gastaldo, É. (2019). Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para os estudos de comunicação. In *E-Compós* (Vol. 22).
- Brener, N. D., McMahon, P. M., Warren, C. W., & Douglas, K. A. (1999). Relação sexual forçada e comportamentos de risco à saúde associados entre universitárias nos Estados Unidos. *Revista de consultoria e psicologia clínica*, 67(2), 252.

- BRESSAN, Rodrigo A. A depressão na esquizofrenia (Section of Neurochemical Imaging, Institute of Psychiatry, London, UK. Departamento de Psiquiatria da Unifesp/EPM) *Rev Bras Psiquiatr* 2000;22(Supl I):27-30
- Brito, R. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.). *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1990). *Discovering what families do. Rebuilding the nest: A new commitment to the American family* Family Service of America.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996
- BRONFENBRENNER, U. (2005). *Making human beings humans*. Thousand Oaks: SAGE.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Byrne, M., & Flood, B. (2008). Examining the Relationships among Background Variables and Academic Performance of First Year Accounting Students at an Irish University. *Journal of Accounting Education*, 26, 202-212. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccedu.2009.02.001>
- CAIRRÃO, Domingos Brigas. *TEORIA DA AUTODETERMINAÇÃO APLICADA AO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA - O Papel da Motivação na Prática do Desporto Escolar e nas Intenções dos Alunos em Praticar Desporto Fora da Escola*. UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Ciências do Desporto. Covilhã, janeiro de 2012, P 10.
- CAMALIONTE, L. G., Boccalandro, M. R. (2017). Felicidade e bem-estar na visão da psicologia positiva. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 37(93), 206-227. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Campos, R. C., & Gonçalves, B. (2009). Avaliação de sintomas depressivos numa amostra portuguesa de pacientes com perturbação depressiva. *Revista de Psiquiatria do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa*, 22, 93-100
- CAPELARI, Angélica; Hunziker, Maria Helena Leite. *Aprendizagem de Fuga após Estímulos Apetitivos Incontroláveis*. Capelari Universidade Metodista de São Paulo. Universidade de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Jan-Abr 2005, Vol. 21 n. 1, pp. 099-107
- CARNEIRO et al., (2014). *Redes colaborativas de elevado desempenho no norte de Portugal*. Relatório Público do INESC Porto.
- CARRERA, F. (2011). *Networking – Guia de Sobrevivência Profissional*. Edições Sílabo; Lisboa
- CARRO, Ana Carolina; Nunes, Rodrigo Dias. *Ideação suicida como fator associado à síndrome de Burnout em estudantes de Medicina*. *J Bras Psiquiatr*. 2021;70(2):91
- Carstensen, L. L., Isaacowitz, D. M., & Charles, S. T. (1999). Taking time seriously: A theory of socioemotional selectivity. *American Psychologist*, 54(3), 165–181. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.54.3.165>

CERVO, A. L.; Bervian, P. A.; Silva, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

Cid-10 – Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Organização Mundial da Saúde, trad. Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

CASSORLA, R. M. S. O que é suicídio. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CATANIA, A. C. (1975). The myth of selfreinforcement. *Behaviorism*, 3, 192-199.

CAVENAGHI, Ana Raquel Abelha. Uma perspectiva autodeterminada da motivação para aprender língua estrangeira no contexto escolar. *Ciências & Cognição* 2009; Vol 14 (2): 248-261 <<http://www.cienciasecognicao.org>> Ciências & Cognição Submetido em 25/05/2008 | Aceito em 26/07/2009 | ISSN 1806-5821 – Publicado on line em 31 de julho de 2009

CAVENAGHI, Ana Raquel Abelha. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, I. Administração de Recursos Humanos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CÍCERO, Marco Túlio. Da república. Apresentação de Néelson Jahr Garcia. 2001. 53p.

CLEMENT, Luiz; Custódio, José Francisco; Rufini, Sueli Édi; Filho, José de Pinho Alves. Motivação autônoma de estudantes de física: evidências de validade de uma escala Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, Número 1, Janeiro/Abril de 2014: 45-56.

Cohen, S. & Wills, T. A. (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98, 310-357.

COCHRAN, S. V., & Rabinowitz, F. E. (2000). Men and depression: Clinical and empirical perspectives. Tradução dos autores. San Diego, CA: Academic Press. P.01

COLUCCI, Erminia. Culture, cultural meaning(s), and suicide. In: COLUCCI, Erminia. et al. Suicide and culture: understanding the context. Massachusetts, USA: Hogrefe Publishing, 2013.

CONNELL, R. W. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 1995.

CORNACHIONE Junior. E. B. et al. O bom é meu, o ruim é seu: perspectivas da teoria da atribuição sobre o desempenho acadêmico de alunos da graduação em Ciências Contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças, USP*. 2010

COUGO, R. H. F. A.; TFOUNI, L. V. A Constituição do Sujeito na Pós- modernidade e o Consumismo. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. XI, n 3, p. 1189-1216, 2011.

COUSIN, C. S. Pertencer ao navegar, agir e narrar: a formação de educadores ambientais (Tese de Doutorado em Educação Ambiental). Rio Grande: FURG, 2010.

CYRULNIK, Boris et al. El realismo de la esperanza. Testimonios de experiencias profesionales en torno a la resiliência. Barcelona: Gedisa, 2004.

DAMÁSIO, A. (2000) O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras.

- DAMÁSIO, A. 2005. O Erro de Descartes. São Paulo. Companhia das Letras, p.154.
- D'Ambrósio, U. (1997). *A era da consciência*. Editora Peirópolis.
- Davis, M., & Lang, P. J. (2003). Emotion. In M. Gallagher & R. J. Nelson (Eds.), *Handbook of psychology – volume 3: Biological psychology*. New Jersey: John Wiley & Sons
- Davidson, R. J., Scherer, K. R., & Goldsmith, H. H. (2003). *Handbook of affective sciences* (pp. 212-224). Oxford, UK: Oxford University Press
- DECI, E. L. & Ryan, R. M. (1991). A motivation approach to self: integration in personality. In: R. Dienstbier (org.). *Nebraska symposium on motivation: perspectives on motivation*. (pp. 237-288). Lincoln: University of Nebraska Press.
- DECI, E. L.; RYAN, R. M. (ed.). *Handbook of selfdetermination research*. Rochester: University of Rochester Press, 2002.
- DECI, E. L.; RYAN, R. M. The “what” and “why” of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, United Kingdom, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.
- DECI, E. L. & Ryan, R. M. (1995). Human autonomy: the basis for true selfesteem. In: M. Kernis (org.), *Efficacy, agency, and self-esteem*. (pp. 31–49). New York: Plenum.
- DECI, E. L., & Ryan, R. M. (2008). Teoria da autodeterminação: Uma macroteoria da motivação, desenvolvimento e saúde humana. *Psicologia Canadense / Psychologie canadienne*, 49(3), 182–185. <https://doi.org/10.1037/a0012801>
- DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. Self-Determination Theory: a macrotheory of human motivation, development, and health. *Canadian Psychology*, v. 49, n.3, p. 182-185, 2008b.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2014). Autonomy and need satisfaction in close relationships: Relationships motivation theory. In N. Weinstein (Ed.), *Human motivation and interpersonal relationships: Theory, research, and applications* (pp. 53–73). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-94-017-8542-6_3
- Deci, E. L., Koestner, R., & Ryan, R. M. (1999). A meta-analytic review of experiments examining the effects of extrinsic rewards on intrinsic motivation. *Psychological Bulletin*, 125(6), 627–668. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.125.6.627>
- DEHAAN, L. G., Hawley, D. R., & Deal, J. E. (2012). Operationalizing family resilience as process: proposed methodological strategies. In D. S. Becvar (Ed.), *Handbook of Family Resilience* (pp. 3-16). New York: Springer Science & Business Media.
- DELLE FAVE, A., BRDAR, I., FREIRE, T., VELLA-BRODRICK, D., & WISSING, M. (2011). The eudaimonic and hedonic components of happiness: qualitative and quantitative findings. *Social Indicators Research*, 100(2), 185-207. <https://doi.org/10.1007/S11205-010-9632-5>
- Del Prette, Z.A.P. & Del Prette, A. (2009). Avaliação de habilidades sociais: bases conceituais, instrumentos e procedimentos. In A. Del Prette & Z.A.P. Del Prette (Orgs.), *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp. 187-229). Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., Ferreira, B. C., Dias, T. P., & Del Prette, A. (2015). Habilidades sociais ao longo do desenvolvimento: Perspectivas de intervenção em saúde mental. In S. G. Murta, C. Leandro França, K. B. Santos, & L. Polejack (Orgs.). *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 318-340). Novo Hamburgo: Sinopsys.

- Del Prette A., Del Prette, Z. A. P. (2017). *Competência Social e Habilidades Sociais: Manual Teórico-prático*. Petrópolis: Editora Vozes
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: proximidade histórica e atualidades. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(2), 38-49.
- DIAS, Nitielle Floriano; CARDIN, Eric Gustavo. O homem gaúcho e o pacto “narcísico da masculinidade”: a música regional como ferramenta mediadora do ideal masculino. *TEMPO DA CIÊNCIA*, Toledo, v. 29, n. 58, julho - dez. 2022.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E. (2000). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276-302.
- DOBSON, K.S. (Ed.). *Handbook of cognitive-behavioral therapies*. 2.ed. New York: Guilford, 2001.
- DORNELES, Tatiana Machado. As bases neuropsicológicas da emoção: um diálogo acerca da aprendizagem. *Revista Acadêmica Licenciaturas, Vale do Rio dos Sinos*, v. 2, n. 2, p. 14-21, Jun./Dez. 2014.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. 304 p.
- Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D., & Schellinger, K. B. (2011). The impact of enhancing students’ social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child development*, 82(1), 405-432.
- EDMUNDS, J., Ntoumanis, N., & Duda, J. L. (2006). A Test of Self-Determination Theory in the Exercise Domain. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(9), 2240-2265.
- Ekman, P., & Davidson, R. (1994). (Eds.). *The nature of emotion. Fundamental questions*. New York: Oxford University Press.
- Ekman, P., & Friesen, W. V. (1975). *Unmasking the face: A guide to recognizing emotions from facial clues*. Prentice-Hall.
- FAGUNDES, Flavia Maiara Lima. A motivação no teatro musical sob a perspectiva da teoria da autodeterminação / Flavia Maiara Lima Fagundes. – Natal, 2015.
- Feinstein, Noé Weeth. Educação, comunicação e ciência na esfera pública. Primeira publicação: Volume 52, Edição 2 Edição Especial: Fazendo a ponte entre a Educação em Ciências e a Pesquisa em Comunicação de Ciência Páginas 145-163 24 Janeiro 2015
<https://doi.org/10.1002/tea.21192>
- FERGUSON, R. et al. Self-determination theory, social media and charitable causes: An in-depth analysis of autonomous motivation. *European Journal of Social Psychology*, v. 45, n. 3, p. 298-307, 2015.
- Fergus, S. & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Reviews of Public Health*, 26, 39-419.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para Discussão, 2015.
- FOUCAULT, M. Dits et écrits 1984, Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5, p. 46-49, 1984.

- FONAGY, P., Alvo de Nome, M. (2003). Teorias psicanalíticas: perspectivas a partir da psicopatologia do desenvolvimento. Editora Whurr.
- FORRET, MONICA L. e DOUGHERTY, THOMAS W. Correlates of Networking Behavior for Managerial and Professional Employees. Article in *Group & Organization Management* · September 2001 DOI: 10.1177/1059601101263004.
- FRANCK, M. C. Suicídios no Rio Grande do Sul, Brasil: desenvolvimento e validação de método analítico para detecção de novas substâncias psicoativas em amostras forenses de sangue, aplicação na vítimas jovens e perfil de todos os casos entre 2017 e 2019. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- Freitas, Darla Corrêa de; Sahium, Sara Langsdorff; Pitanga, Artur Vandrê. 2020. A masculinidade como construção social: um olhar analítico comportamental. Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA.
<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/17343/1/A%20MASCULINIDADE%20COMO%20CONSTRU%3%87%C3%83O%20SOCIAL%20%20UM%20OLHAR%20ANAL%3%8DTICO%20COMPORTAMENTAL.pdf>
- FREIRE, T., Zenhas, F; Tavares, D,& Iglesias,C.Felicidade Hedónica e Eudaimónica: Um estudo com adolescentes portugueses. *Aná. Psicológica* [online]. 2013, vol.31, n.4, pp.329-342. ISSN 0870-8231.
- Frijda, N. H. (2008). The psychologists' point of view. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Eds.), *Handbook of emotions* (pp. 68-87). New York: Guilford.
- FRUYT, Filip de. Lapidando emoções. Disponível em:
<http://revistaneuroeducacao.com.br/filip-de-fruyt-lapidando-emocoes/> Acesso em: 16 out 2022
- Gagné, M., & Deci, E. L. (2005). Teoria da autodeterminação e motivação para o trabalho. *Revista de Comportamento Organizacional*, 26(4), 331–362. <https://doi.org/10.1002/job.322>
- GALINHA, I., & Ribeiro, J.L. (2005). História e Evolução do Conceito de Bem-Estar Subjectivo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6(2), 203-214. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16450862005000200008&lng=pt&tlng=pt
- GAMA, C. A. P.; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 2014.
- GANDA, D. R. (2011). Atribuições de Causalidade e Estratégias Autoprejudiciais de Alunos de Curso de Formação de Professores. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. São Paulo, Brasil.
- GANDRA, Maria Inês de Souza; FARIAS, Maria Aznar de. A importância do apego no Processo de desenvolvimento. 2003.
- GARDNER, H. Inteligência: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- Garlow SJ, Rosenberg J, Moore JD, Haas AP, Koestner B, Hendin H, Nemeroff CB. Depression, desperation, and suicidal ideation in college students: results from the American Foundation for Suicide Prevention College Screening Project at Emory University. *Depress Anxiety*. 2008;25(6):482-8. doi: 10.1002/da.20321. PMID: 17559087.
- Gazzaniga, M. S., & Heatherton, T. F. (2005). *Ciência psicológica: Mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed.

- Goleman, D. (1995). *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Goleman, D. (1996). Emotional Intelligence. Why It Can Matter More than IQ. *Learning*, 24, 49-50.
- GOLEMAN, D. *Trabalhando com a Inteligência Emocional*. (Trad. M. H. C. Cortês). Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.
- Grossi, Miriam Pillar, 2004. *Masculinidades: Uma Revisão Teórica*. Antropologia em Primeira Mão: revista seriada editada pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- GROP - Grupo de Pesquisadores da Universidade de Barcelona/Espanha 1997. Em 2009 cinco blocos de competências emocionais, muito similar às habilidades-chave descritas por Goleman.
- GUIMARÃES, S. E. R.; BORUCHOVITCH, E. O Estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da Teoria da Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 2, p. 143-150, 2004.
- Gusmão, Tânia Cristina Rocha Silva; Doria, Mariluce Cidade França; Silva, Jose Eduardo Rocha Silva. *Percepções e reações de professores e alunos frente às emoções na aula de matemática*. Revista Binacional Brasil e Argentina (RBBA), 2011.
- HALE, H. The Role of Practice in the Development of Military Masculinities. *Gender, Work and Organization*, v. 19, n. 6, p. 699-722, 2012.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HATTIE, John; TIMPERLEY, Hellen. The power of feedback. *American Educational Journal*, v. 77, n. 1, p. 81-112, 2007.
- HAUSCHILD, Raquel. *Demonstração do pertencimento do povo gaúcho através do consumo de moda contemporânea*. 2017. Monografia (Graduação em Administração - LFE Administração de Empresas) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 20 jun. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1765>.
- HAWTON, K. & Kirk, J. (1997). Resolução de problemas. Em: K. Hawton; P. M. Salkovskis; J. Kirk & Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 2008, Volume 4, Número 1 D. M. Clark (Orgs.). *Terapia cognitivo-comportamental para problemas psiquiátricos: um guia prático* (pp. 575-604). São Paulo: M. Fontes.
- Hayes, S.C. (2004) Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*. V. 35 p. 639-665.
- HAYES S.C. *Terapia de Aceitação e Compromisso, Teoria do Quadro Relacional e a Terceira Onda de Terapias Comportamentais e Cognitivas* - Artigo Republicado. *Comporte-se Ther*. 2016 Nov;47(6):869-885. DOI: 10.1016/j.beth.2016.11.006. EPub 2016 10 de novembro. PMID: 27993338.

Hayes SC, Levin ME, Plumb-Villardaga J, Villatte JL, Pistorello J. Terapia de aceitação e compromisso e ciência comportamental contextual: examinando o progresso de um modelo distinto de terapia comportamental e cognitiva. *Comporte-se*. Junho de 2013;44(2):180-98. DOI: 10.1016/j.beth.2009.08.002. EPub 2011 1 de junho. PMID: 23611068; PMCID: PMC3635495.

Hayes SC, Hofmann SG. The third wave of cognitive behavioral therapy and the rise of process-based care. *World Psychiatry*. 2017 Oct;16(3):245-246. doi: 10.1002/wps.20442. PMID: 28941087; PMCID: PMC5608815.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade”. *Cadernos Cepia* nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92 (apoio Fundação Ford e UNIFEM).

HENRIQUE J, Januário C. Educação física escolar: a perspectiva de alunos com diferentes percepções de habilidade. *Motriz* 2005.

HERNÁNDEZ, G. L. R. GONZÁLEZ, A M. V., Ganen, M. S., Brito M. G., & Macías Y. C. (2019). Psicodinámica familiar y apoyo social en adolescentes con conducta suicida. *Area VI. Cienfuegos. MediSur*, 17(2).

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. H. *Psicologia para administradores de empresas*. São Paulo: EPU, 1977.

Hess, U., Philippot, P., & Blairy, S. (1998). Facial reactions to emotional facial expressions: Affect or cognition? *Cognition and Emotion*, 12(4), 509–531. <https://doi.org/10.1080/026999398379547>

Hilgard, E. R. (1980). A Trilogia da Mente: Cognição, Afeto e Conação. *Revista de História das Ciências do Comportamento*, 16, 107-117. [http://dx.doi.org/10.1002/1520-6696\(198004\)16:2<107::AID-JHBS2300160202>3.0.CO;2-Y](http://dx.doi.org/10.1002/1520-6696(198004)16:2<107::AID-JHBS2300160202>3.0.CO;2-Y)

HILL Thomas E. M. E. P. (2003). Very Happy People. *Psychological Science*, 13(1), 81–84. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00415>

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HUTA, V., (2016). Eudaimonic and hedonic orientations: Theoretical considerations and research findings. In J. Vittersø (Eds.), *Handbook of Eudaimonic Well-being* (1- 21). Suíça:Springer.

HUTA, V., & Ryan, R. M. (2010). Pursuing pleasure or virtue: The differential and overlapping well-being benefits of hedonic and eudaimonic motives. *Journal of Happiness Studies*, 11, 735–762

HUTA, V., & Waterman, A. S. (2014). Eudaimonia and its distinction from hedonia: Developing a classification and terminology for understanding conceptual and operational definitions. *Journal of Happiness Studies*, 15(6), 1425-1456

Hutzel, K., Russell, R., & Gross, J. (2010). Eighth-graders as role models: A service-learning art collaboration for social and emotional learning. *Art Education*, 63(4), 12 – 18. doi: 10.1080/00043125.2010.11519074

IBARRA, H. & HUNTER, M. (2007). (Em linha). How leaders create and use networks. *Harvard Business Review*.

- IZARD, Caroll. Emotion Theory and Research: Highlights, Unanswered Questions, and Emerging Issues. *Annual Review of Psychology*, v. 60, pp. 01-25, 2009.
- JAEGER, Werner. *Paidéia – a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Johnson, K. D., Whitbeck, L. B. & Hoyt, D. R. (2005). Predictors of social network composition among homeless and runaway adolescents. *Journal of Adolescence*, 28, 231-248.
- JULIANO, M. C. C., & Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 135-154.
- KASSER, T., & Ryan, R. M. (1996). Examinando mais a fundo o sonho americano: Correlatos diferenciais de objetivos intrínsecos e extrínsecos. *Boletim de Personalidade e Psicologia Social*, 22, 280-287.
- Kelly, G. A. (1963). *Uma teoria da personalidade: A psicologia dos construtos pessoais*. W. W. Norton.
- KELLY, J. R.; SHOGREN, K. A. The impact of teaching self-determination skills on the on - task and off-task behaviors of students with emotional and behavioral disorders. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, v. 22, n. 1, p. 27-40, 2014.
- Kilpatrick, M., Hebert, E., & Jacobsen, D. (2002). Physical activity motivation. A practitioner's guide to self-determination theory. *Journal of Physical Education, Recreation and Dance*, 74(4), 36-41.
- KING, Anna Lucia Spear; NARDI, Antonio Egidio and CRUZ, Marcelo Santos. Risco de suicídio em paciente alcoolista com depressão. *J. bras. psiquiatr.* [online]. 2006, vol.55, n.1, pp. 70-73.
- KNAPP, Paulo; Beck, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Rev Bras Psiquiatr.* 2008;30(Supl II):S54-64
- KONFLANZ, Celso. A moderna tradição gaúcha: Um estudo sociológico sobre o Tradicionalismo Gaúcho. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2013.
- KRAMER, E. (2012). 101 Estratégias bem-sucedidas de Networking. Cengage Learning, 1ª Edição.
- KREPPNER, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 11-22.
- KRUEGER, N. F., & Dickson, P. R. (1993). Perceived self-efficacy and perceptions of opportunity and threat. *Psychological Reports*, 72(3. Pt2), 1235-1240.
- KRÜGER, L. L.; WERLANG, S. G. A dinâmica familiar no contexto da crise suicida Porto Alegre, Brasil. *Psico-USF*, v. 15, n. 1, p. 59-70, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- LALOUX, FREDERIC L Reinventando as organizações: um guia para criar organizações inspiradas no próximo estágio da consciência humana / Frederic Laloux ; tradutora Isabella Bertelli. - Curitiba : Voo, 2017.
- Landau, J., & Saul, J. (2004). Facilitar a resiliência familiar e comunitária em resposta a grandes desastres. In F. Walsh e M. McGoldrick (Eds.), *Viver além da perda: a morte na família* (pp. 285-309). W. W. Norton & Empresa.
- Lang, F. R., & Carstensen, L. L. (1994). Close emotional relationships in late life: Further support for proactive aging in the social domain. *Psychology and Aging*, 9(2), 315–324. <https://doi.org/10.1037/0882-7974.9.2.315>
- Lazarus, R. S. (1991). *Emotion and adaptation*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Laytano, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul Cstumes e Tradições Gaúchas*, Martins Livreiro, 1984, 350 p.
- LEAL, Ondina Fachel. Os Gaúchos: cultura e identidade masculina no Pampa. TESSITURAS V7 N1 JAN-JUN 2019 | Pelotas | RS.
- Leal, E. A., Miranda, G. J., & Carmo, C. R. S. (2013). Teoria da autodeterminação: uma análise da motivação dos estudantes do curso de ciências contábeis . *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(62), 162-173. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000200007>
- LENS, Willy; DECRUYENAERE, Marleen. Motivação e desmotivação no ensino secundário: as características dos alunos. *Psychologica*, v. 6, p. 13-31, 1991.
- LENS, Willy; MATOS, Lennia; VANSTEENKISTE, Maarten. Professores como fontes de motivação dos alunos: o quê e o porquê da aprendizagem do aluno. *Educação*, v. 31, n. 01, p. 17-20, 2008.
- LEPRE, R. M. Raciocínio moral e uso abusivo de álcool por adolescentes. Marília: UNESP, 2005, 190 f. tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2005.
- Levenson, R. W. (1999). The intrapersonal functions of emotion. *Cognition and Emotion*, 13(5), 481-504. doi:10.1080/026999399379159.
- Levenson, R. W. (2001, October). The architecture of emotion: Form, function, and dysfunction. Paper presented at the meeting of the Society for Psychophysiological Research, Montreal, Canada.
- LINEHAN, M. M. (1993). *Cognitive-behavioral treatment of borderline personality disorder*. New York: Guilford. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas versão On-line* ISSN 1982-3746
- LOURY, G. C. (1992). Os Efeitos de Incentivo das Ações Afirmativas. *Os ANNAIS da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais*, 523(1), 19–29. <https://doi.org/10.1177/0002716292523001003>
- LUVIZOTTO, C. K. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Lucena-Santos, Paola; Pinto-Gouveia, José e Oliveira, Margareth da Silva. *Terapias comportamentais de terceira geração: guia para profissionais – Novo Hamburgo* : Sinopsys, 2015. 16x23 cm ; 526p. ISBN 978-85-64468-46-7

Marinho-Araujo, Claisy Maria e Rabelo, Mauro Luiz. Avaliação educacional: a abordagem por competências. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 443-466, jul. 2015 DOI: <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000200009>

MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos do operacional ao estratégico – 14ª edição – São Paulo: Saraiva, 2011.

Maslow, Abraham H. Motivation anti personality. 2. ed. New York, Harper & Row, 1970. 369p.

MASLOW A . H. Maslow no Gerenciamento. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2000.

MASSEY, D. Pelo Espaço: Uma nova política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Masten, A. S. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psycho-pathology. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), Advances in clinical child psychology (Vol. 8, pp.152). New York: Plenum Press.

Maturana, Humberto. EMOÇÕES E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA. TRADUÇÃO DE JOSÉ FERNANDO CAMPOS FORTES 3ª Reimpressão. Emoções e linguagem na educação e na política / Humberto Maturana; tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 98 p. Traduzido do espanhol 1. Filosofia I. Fortes, José Fernando Campos II. Título CDD : 100 CDU:1 Catalogação na publicação: Divisão de Planejamento e Divulgação da Biblioteca Universitária - UFMG. ISBN: 85-7041-152-9. 2002–3ª reimpressão

MAUSS, Gruber, J., , I. B., & Tamir, M. (2011). A Dark Side of Happiness? How, When, and Why Happiness Is Not Always Good. Perspectives on Psychological Science, 6(3), 222–233. <https://doi.org/10.1177/1745691611406927>

MAXIMIANO, A. C.A. Recursos humanos: Estratégia e gestão de pessoas na sociedade global. Rio de Janeiro. LTC, 2014.

MCCUBIN, M., & McCubbin, H. (1996). Resiliency in families: A conceptual model of family adjustment and adaptation in response to stress and crises. In H. I. McCubbin, A. I. Thompson, & M. McCubbin (Eds.), Family assessment: Resiliency, coping and adaptation (pp. 1-64). Madison, WI: University of Wisconsin Publishers.

MENEGHEL, Stela Nazareth Meneghel, Cesar Gomes Victora, Neice Müller Xavier Faria, Lenine Alves de Carvalho. João Werner Falk - Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. Revista de Saúde Pública, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MOURA, Rosylaine. Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. Interface comunicação, saúde e educação. Vol. 22, N.º67, 2018. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/icse/v22n67/1807-5762-icse-1807-576220170269.pdf>>.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Sofrimento social e a Saúde do Trabalhador EM PAUTA, Rio de Janeiro —2ºSemestre de 2013- n. 32, v. 11, p. 131. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral. In: MACEDO, L. (org.) Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do psicólogo, 1996

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Miranda, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Conteúdo e Identidade Cultural, Programa Sociedade da Informação – SocInfo/MCT. cmiranda@unb.br Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

Myers, David G. Psicologia social / David G. Myers ; tradução: Daniel Bueno, Maria Cristina Monteiro, Roberto Cataldo Costa ; revisão técnica: Elaine Rabelo Neiva, Fabio Iglesias. – 10. ed. – Porto Alegre : AMGH, 2014. 567 p. : il. ; 28 cm. ISBN 978-85-8055-338-3 1.

Mayer, J. D., & Salovey, P. (2007). ¿Qué es la inteligencia emocional? In J. M. M., Navas, & P. F., Berrocal. (Coord.). Manual de inteligencia emocional. (pp. 25-45). Madrid: Anaya. (Originalmente publicado em 1997)

Mayer, J. D., Caruso, D. R. e Salovey, P., (2002). Inteligência Emocional como zeitgeist, como personalidade e como aptidão mental. In R., Bar-On, J. D., & Parker. (Org.). Manual de inteligência emocional: Teoria e aplicação em casa, na escola e no trabalho. (pp. 81- 98). Porto Alegre: Artmed.

MINER, J. B. Organizational behavior 1: Essential theories of motivation and leadership. Routledge, 2015. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=YXOsBwAAQBAJ&oi=fnd&pg>

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000

Minuchin, S. (1982). Famílias: Funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.

MISNER, et al., (2010) Networking like a pro, Entrepreneur Press, 1º Edição

MÓNICO, L. S., Valentim Alferes, Pedro Parreira e Paulo Alexandre Castro. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Revista Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, p. 724-733, 2017.

MORA, J. F. Dicionário de filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Simone Alano de. Motivação e Liderança. Universidade da região da campanha, Bagé, 2004. Disponível em: http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Motivacao/motivacao%20e%20lideranca.pdf

MORGAN, D. L.; NEAL, M. B. & CARDER, P., 1997. The stability of core and peripheral networks over time. Social Networks, 10:9-25. Try link to.

MORAN, José. "Autonomia e colaboração em um mundo digital." Revista Educatriz 7 (2014): 52-37.

MURCIA, J. A. M., & Coll, D. G. C. (2006). A permanência de praticantes em programas aquáticos baseada na Teoria da Autodeterminação. Fitness & Performance Journal, 5(1), 5-9.

MURRAY, C. J.; LOPEZ, A. D. Global mortality, disability, and the contribution of risk factors: Global burden of disease study. Lancet, v. 349, p. 1436-1442, 1997.

- MUSSAK, Eugenio. Metacompetência: Uma nova visão do trabalho e da realização pessoal. São Paulo: Editora Gente, 2003
- NAKAMURA, C.C. Motivação no trabalho. Maringa Management de Ciências Empresariais, v. 2 n 1, p. 20- 25, jan/jun 2005.
- NEMEROFF, C. B.; COMPTON, M. T.; BERGER, J. The depressed suicidal patient: assessment and treatment. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 932, p. 1-23, 2001.
- Novaes, Regina Reyes. Os escolhidos de Deus :pentecostais, trabalhadores e cidadania /Regina Novaes. Rio de Janeiro :Marco Zero ;ISER,1985.158 p
- OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (orgs.) *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005, 160p
- OJEDA, Elbio Nêstor Soares; LA JARA, Ana; MARQUES. Cláudia. Resiliência Comunitária. In: HOCH, Carlos; ROCCA, Susana. *Sofrimento, Resiliência e Fé – Implicações para as relações de cuidado*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007, 97p
- OLIVEIRA, Ana Beatriz Almeida de et al. Doenças transmitidas por alimentos, principais agentes etiológicos e aspectos gerais: uma revisão. *Revista HCPA*. Porto Alegre. Vol. 30, n. 3 (Jul./set. 2010), p. 279-285, 2010.
- OLIVEN, Ruben G. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- OLMSTEAD, S. B.; PASLEY, K.; FINCHMAN, F. D. Hooking up and penetrative hookups: Correlates that differentiate college men. *Archives of Sexual Behavior*, v. 42, n. 1, p. 573- 583, 2013.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. Preventing suicide: a global imperative. Geneva: OMS, 2014.
- O'NEIL, J. M. The Psychology of Men. IN ALTMAIER, E. M.; HANSEN, J. C. (Eds.). *The Oxford Handbook of Counselling Psychology*. New York: Oxford University Press, 2012, p. 375-408.
- ORANSKY, M.; FISHER, C. The Development and Validation of the Meanings of Adolescent Masculinity Scale. *Psychology of Men & Masculinity*, v. 10, n. 1, p. 57-72, 2009.
- ORMEL, J.; KESSLER, R. C.; SCHOEVERS, R. Depression: more treatment but no drop in prevalence: how effective is treatment? And can we do better? *Curr Opin Psychiatry*. v.32, p. 348-354, julho de 2019
- PAVÃO, S. M. O. Competência emocional: um enfoque reflexivo para a prática pedagógica. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona, 2003. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5022/smop1de1.pdf?sequence=1>
- Pérez-Álvarez, M. (2012). Third-Generation Therapies: Achievements and challenges. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 12(2), 291-310.

- Peterson, C., Park, N., & Seligman, M. E. P. (2005). Orientations to happiness and life satisfaction: the full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, 6(1), 25–41. d <https://doi.org/10.1007/s10902-004-1278-z>
- Paykel ES. Life events, social support and depression. *Acta Psychiatr Scand Suppl.* 1994;377:50-8. doi: 10.1111/j.1600-0447.1994.tb05803.x. PMID: 8053367.
- Payne, W. L. (1985). *A Study of Emotion: Developing Emotional Intelligence; Self-Integration; Relating to Fear, Pain and Desire*. Doctoral Dissertation, Cincinnati, OH: The Union Institute.
- PELTZER, K. (2004). Stress, psychological symptoms, social support and health behavior among black students in South Africa. *Journal of Child and Adolescent Mental Health*, 16(1), 19-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.2989/17280580409486559>
- PERDIGÃO, P. *Existência e liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- PEREIRA, D. S. (2018). *Felicidade e significado: um estudo sobre o bem-estar em profissionais da educação do estado de São Paulo* (Master's Dissertation), Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.48.2018.tde-08052018-110949>. Retrieved 2020-02-20, from www.teses.usp.br
- PERRON, J. *Bases e Aplicações dos Valores em Psicologia e Educação*. Porto Alegre: Sagra, 1987
- Perrenoud, P. *Dez novas competências para ensinar*. Artmed, 2000.
- PETERS, T. (2000). *Reinventando o trabalho*, Editora Campus; São Paulo
- PETERSEN, I., Louw, J., Dumont, K., & Malope, A. (2010). Adjustment to university and academic performance: Brief report of a follow-up study. *Journal of Educational Psychology*, 30(4), 369-375. DOI: [http:// dx.doi.org/10.1080/01443411003659978](http://dx.doi.org/10.1080/01443411003659978)
- PIERETTI, Jaqueline Barbieri. *Da heteronomia à autonomia: ambiente escolar e desenvolvimento moral*, 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010
- PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. (1996), *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec
- PIMENTEL, Fernanda de Oliveira; MEA, Cristina Pilla Della; PATIAS, Naiana Dapieve. *Vítimas de bullying, sintomas depressivos, ansiedade, estresse e ideação suicida em adolescentes*. *Acta Colombiana de Psicologia*, v. 23, nº 2, p. 206-213, 2020.
- PINTO, A. D. C., MENEGHEL, S. N.; MARQUES, A. P. M. K. *Acorda Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidade*. *Revista de Psicologia*, v. 38, n. 3, p. 238-245, 2007.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PRINZ, J.J. *Gut reactions: a perceptual theory of emotions*. New York: Oxford University, 2004.
- QUARESMA, J.G. & GONÇALVES, C. (2013). *Out of office, Vida Económica* Editorial; Porto
- QUEIROZ, C. H.; PINHEIRO, C. V. Q. *Do mal-estar da existência ao biologismo das relações*. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 6, n. 1, p. 85-110, 2006.

- RABINOWITZ, F. E.; COCHRAN, S. V. Men and Therapy A Case of Masked Male Depression. *Clinical Case Studies*, v. 7, n. 6, p. 575-591, 2008.
- RAMOS, D. M. Assédio moral como fator de baixa motivação e qualidade de vida no trabalho. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2007.
- REEVE, J; Deci, E.L. e Ryan, R.M. (2004). Self-Determination Theory. A dialectical framework for understand sociocultural influences on student motivation. Em: McInerney, D. M. e Etten, S.V. (Eds.) *Big Theories Revisited*. Connecticut: Age Publishing.
- REEVE, Johnmarshall. Enhancing students' engagement by increasing teachers' autonomy support. *Motivation and Emotion*, v. 28, n. 2, p. 147-169. 2006.
- REEVE, Johnmarshall. *Motivação e Emoção*. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2011. 356 p. Tradução de Luis Antônio Fajardo Pontes e Stella Machado; Revisão técnica de: Maurício Canton Bastos e Nei Gonçalves Calvano
- REEVE, Johnmarshall. *Motivação e emoção*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Ltc, 2006.
- REIFMAN, A. & Windle, M. (1995) Adolescent suicidal behaviors as a function of depression, hopelessness, alcohol use, and social support: A longitudinal investigation. *American Journal of Community Psychology*, 23(3), 329.
- RIBEIRO, E. M. Borderline: Nas bordas de quê? *Revista da Associação Psicanalista de Porto Alegre*, n. 38, p. 115, 2010.
- RIBEIRO, M. C. S. A, Rita Barradas Barata Márcia Furquim de Almeida Zilda Pereira da Silva. Perfil sociodemográfico e padrão de utilização de serviços de saúde para usuários e não-usuários do SUS – PNAD, *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 4, p. 1011-1022, 2006.
- RIBEIRO, P. M. P., (2012). O papel das redes sociais no crescimento empresarial. Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão
- Ribeiro, J. Pais, and R. Cummins. "O bem-estar pessoal: estudo de validação da versão portuguesa da escala." *Actas do 7º congresso nacional de psicologia da saúde. Lisboa: Ispa*. 2008.
- Roazzi, A., Federicci, F. C. B., & Wilson, M. (2001). A estrutura primitiva da representação social do medo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 14(1), 57-72.
- ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- ROBBINS, S. P. *Comportamento Organizacional*. 11. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2005
- ROCCA L, Susana M. Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. In: HOCH, Lothar Carlos; ROCCA L, Susana M. (Orgs.). *Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. 97p.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGO, M. J. Y PALACIOS, J. (1998): *Familia y desarrollo humano*, Madrid, Alianza, 1998, 575 pp. Sindo Froufe Quintas (res.) *Aula: Revista de Pedagogía de la Universidad de Salamanca*, ISSN 0214-3402, Nº 9

- RODRIGO, Maria Jose; MÁIQUEZ, Maria Luiza; MARTÍN, Juan; BYRNE, Sonia. *Preservação familiar: Um enfoque positivo para a intervenção com famílias*. Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide, 2008. 186p.
- ROSE, G. Performing Space. IN Doreen, M.; John, A.; Phillip, S. *Human Geography Today*. Cambridge: Polity Press, 1999, p. 247-259.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316-331.
- RYAN, R. M., & Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual review of psychology*, 52(1), 141-166.
- RYAN, Richard M.; DECI, Eduard L. Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American psychologist*, v. 55, n. 1, p. 68, 2000b
- Ryan, R. M. & Deci, E. L. (2008). A self-determination theory approach to psychotherapy: the motivational basis for effective change. *Canadian Psychology*, 49 (3), 186-193.
- RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. (2000a) Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. *Contemporary educational psychology*, v. 25, n.1, p. 54-67, 2000a. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361476X99910202>
- RYAN, R. M., & Connell, J. P. (1989). Locus percebido de causalidade e internalização: Examinando razões para agir em dois domínios. *Jornal de Personalidade e Psicologia Social*, 57(5), 749–761. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.57.5.749>
- RYAN, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55(1), 68–78. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68>
- RYAN, R. M. & Deci, E. L. (1987). The support of autonomy and the control of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53 (6), 1024-1037
- RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Self-determination and the problem of human autonomy: does psychology need choice, self-determination, and will? *Journal of Personality*, v. 74, n. 6, p. 1557- 1585, 2006.
- RYAN, Richard M.; WEINSTEIN, Netta. Undermining quality teaching and learning: a self-determination theory perspective on high-stakes testing. *Theory and Research in Education*, v. 7 n. 2, p. 224-233, 2009.
- SALOVEY, P. & MAYER, J. D. Emotional Intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9, 1990, pp.185-211.
- SAMPAIO, J. R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. *Revista de Administração da USP*. São Paulo, v. 44, n.1, pp 5-16, jan/fev/mar 2009
- Samuelson, M., Thernlund, G. & Ringström, J. (1996). Using the five field map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal of Behavioral Development*, 19, 327-345.

Sánchez, Alba Idaly Muñoz e Bertolozzi, Maria Rita. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? 1 Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar 419, Consolação. 05403-000 São Paulo SP. edualla@yahoo.com 2007 Universidade de São Paulo

SANICOLA, L. As dinâmicas da rede e o trabalho social. São Paulo: Veras, 2008.

SANTOS HGB, Marcon SR, Espinosa MM, Baptista MN, Paulo PMC. Factors associated with suicidal ideation among university students. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2017;25:e2878. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.1592.2878>

SANTOS, A. A. A., Mognon, J. F., Alcará, A. R., & Lemos, T. H. (2011). Motivação para aprender: evidência de validade convergente entre duas medidas. *Aletheia*, (35-36).

SARTI, Cynthia A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996. 128 p.

Sartre, J. P. (2014). *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica* (23a ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Originalmente publicado em 1943)

SARTRE. Jean-Paul. O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Schweickardt, J. C. (2002). *Magia e Religião na modernidade: os rezadores em Manaus*. Manaus: Edua.

SEIBEL, B. L., & Koller, S. H. (2015). O conceito de resiliência aplicado ao microsistema familiar: Articulações com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. In R. M. Coimbra, & N. A. Morais (Eds.), *A resiliência em questão: Perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção* (pp. 83-98). Porto Alegre: Artmed.

SELIGMAN, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2014). Positive Psychology: An Introduction. *Flow and the Foundations of Positive Psychology*, 279– 298. https://doi.org/10.1007/978-94-017-9088-8_18

SELIGMAN, M. E. Steen, T., Park, N., & Peterson, C. (2011). Positive psychology progress: Empirical validation of interventions. *American Psychologist*, 60(5), 410- 421

SIQUEIRA, M.M.M, & Padovam, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 201-209. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200010>

Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C. & Dell' Aglio, D. D. (2009). Família e institucionalização: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61, 176-190.

SEVERO, I. R. M. (2014). Levantamento do perfil motivacional de alunos, do ensino médio, de três escolas públicas da cidade de São Carlos/SP, na disciplina de Química. (10.11606/D.75.2015.tde-16042015-111507) [Dissertação de Mestrado em Química Orgânica e Biológica, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, A.L, Isabel Sá, António Manuel Duarte, Ana M. Veiga Simão e Isabel Antunes de Sá Aprendizagem Auto-Regulada pelo Estudante: Perspectivas psicológicas e educacionais. Porto: Porto Editora, 2005.

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura 60 masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

SILVA, D.S.D. et al. Depressão e Risco de Suicídio Entre Profissionais de Enfermagem: Revisão Integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.49, n.6. São Paulo, 2015.

SILVA, N. R., Bolsoni-Silva, A. T., Rodrigues, O. M. P. R., & Capellini, V. L. M. F. (2015). O trabalho do professor, indicadores de burnout, práticas educativas e comportamento dos alunos: Correlação e predição. *Revista Brasileira de Educação Especial (Marília)*, 21(3), 363-376. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000300004>

SILVA, Daniel Sachs; JESUS, Samantha Stanco; PINTO, Rosa Maria Ferreira. Saúde mental e vulnerabilidade social em tempos de pandemia. *Unisanta. Law and Social Science*, Vol. 10, N. 2 (2021) P. 140– ISSN 2317-1308.

SKINNER, B. F. (1938). *The behavior of organism*. New York: Appleton-Century-Crofts

Sobral, D. T. (2008). Autodeterminação da motivação em alunos de Medicina: relações com motivos de escolha da opção e intenção de adesão ao curso. *Revista brasileira de educação médica*, 32(1), 56-65.

SOULET, M. La souffrance sociale, pathologie des sociétés contemporaines. *Étique Publique*, v. 11, n. 2, p. 72-77, 2009.

SQUIRE, C.; TAMBOUCOU, M. *Doing narrative research*. 2. ed. Los Angeles: Sage Publications LTDA, 2012.

STALLMAN, H. M. (2010). Psychological distress in university students: A comparison with general population data. *Australian Psychologist*, 45(4), 249-257. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00050067.2010.482109>

STANDAGE, M.; Duda, J. L.; NToumanis, N. A test of self-determination theory in school physical education. *British Journal of Educational Psychology*, v.75, 2005.

STÉPHANE, L. L. Précarisation salariale et souffrance sociale: une transformation de la gouvernamentalité des classes populaires. *Interrogations? Revue pluridisciplinaire de l'homme et de la société*, n. 4, 2007.

Sternberg, R. J., & Kaufman, J. C. (1998). Human Abilities. *Annual Review of Psychology*, 49, 479-502. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.psych.49.1.479>

TAYLOR, Shelley. *Lazos Vitales: De Cómo El cuidado y El afecto son esenciales para nuestras vidas*. Madrid: Taurus/Pensamiento, 2002. 382p

Taylor, A. M., & Taylor, M. P. (2002). O debate sobre a paridade do poder de compra. *Revista de perspectivas econômicas*, 18(4), 135-158.

Thorndike, R. (1920) *Intelligence and its uses*. *Harper 's Magazine*, 140, 227-235.

- Thorndike, E. L. (1998). Animal intelligence: An experimental study of the associative processes in animals. *American Psychologist*. (Original work published 1898)
- TÓNEL, R. A Cultura Gaúcha e o Fenômeno do Suicídio no Estado do Rio Grande do Sul: Vislumbrando Novos Arquétipos entre as Políticas Públicas de Prevenção e a Efetivação do Direito à Saúde. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2019.
- TÓNEL, R. O fenômeno do suicídio na contemporaneidade: a dicotomia entre direito à saúde e políticas públicas de prevenção. 1. Ed. Beau Bassin/Maurícia: Novas Edições Acadêmicas, 2020.
- TONÉL, R., e BALIN SANTOS, A. (2022). O FENÔMENO DO SUICÍDIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE A PARTIR DO PRISMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *Salão Do Conhecimento*.
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/22459>
- TURINI BOLSONI-SILVA, Alessandra e CARRARA, Kester. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2010, vol.16, n.2, pp. 330-350. ISSN 1677-1168.
- TURNER, S. (2010). Ferramentas de apoio à gestão – guia essencial para o gestor de sucesso. *Monitor – Projectos e Edições*. 1ª Edição; Lisboa
- VALENTINE, G. (Hetero) Sexing Space: Lesbian Perceptions and Experiences of Everyday Spaces. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 11, n. 4, p. 395-413, 1993.
- VALLERAND RJ, Pelletier LG, Blais MR, Brière NM, Senécal C, Vallières EF. On the assessment of intrinsic, extrinsic and amotivation in education: evidence on the concurrent and construct validity of the Academic Motivation Scale. *Educational and Psychological Measurement*, 1993;
- Van Orden, K. A., Witte, T. K., Gordon, K. H., Bender, T. W., & Marceneiro Jr, T. E. (2008). Desejo suicida e capacidade para o suicídio: testes da teoria psicológico-interpessoal do comportamento suicida em adultos. *Revista de consultoria e psicologia clínica*, 76(1), 72.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VERGARA, A resiliência de profissionais angolanos, *Revista de Administração Pública* – Sielo Brasil, Rio de Janeiro 42 (4): 701 – 18, jul/ago – 2008
- VLASTOS, Gregory. Socrates – Ironist and Moral Philosopher. Ithaca-NY: Cornell University press, 1991
- WALSH, F. (1998). Strengthening family resilience. New York; London: The Guilford Press.
- WALSH F. (2005). Fortalecendo a resiliência familiar. São Paulo: Roca.
- Waterman, A. S. (1993). Two Conceptions of Happiness: Contrasts of Personal Expressiveness (Eudaimonia) and Hedonic Enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 678-691.
- WEINER, Bernard. Na attributional theory of achievement motivation and emotion. *Psychological Review*, Washington, US, v. 92, n. 4, 1985.

WELTERS, R.; MITCHELL, W.; MUYSKEN, J. Self determination theory and employed job search. *Journal of Economic Psychology*, v. 44, p. 34-44, 2014.

Wechsler, D. (1950) *The measurement and appraisal of adult intelligence* (4th ed.). Baltimore: Willians & Wilkins

Wehmeyer, M. L. (1996). Self-determination as an educational outcome: Why is it important to children, youth and adults with disabilities? In D. J. S. M. & L. Wehmeyer (Eds.), *Self-determination across the life span: Independence and choice for people with disabilities* (pp. pp. 15-34): Baltimore: Paul H. Brookes

WHELLER, L.; Reis, H. T.; Nezelek, J. Loneliness, social interaction, and sex roles. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 1983.

WILKINSON, I. *Suffering: a sociological introduction*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005.

WIN, E., Zainal, N. H., & Newman, M. G. (2021). Trait anger expression mediates childhood trauma predicting for adulthood anxiety, depressive, and alcohol use disorders. *Journal of affective disorders*, 288, 114-121. doi: 10.1016/j.jad.2021.03.086.

Wronski, P. G.; Rohenkohl, L. B.; Kroenke, A. (2017). Relação da motivação com o desempenho universitário de alunos de Ciências Contábeis. *Anais do Congresso USFC de Controladoria e Finanças, Florianópolis, SC, Brasil*, 7

Wrzus, C., Hanel, M., Wagner, J., & Neyer, F. J. (2013). Social network changes and life events across the life span: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(1), 53-80.

YOUNG, J. E. (2003). *Terapia cognitiva para transtornos da personalidade: uma abordagem focada em esquemas* (3ª ed.). Porto Alegre: ArtMed

YUNES, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.

YUNES, Maria Angela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. Entrevista reflexiva e grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 39, n. 3, p. 431-438, 2005.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. de M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007

YUNES, Eliana. A provocação que a literatura faz ao leitor. In: AMARILHA, Marly (org.). *Educação e Leitura: redes de sentido*. Brasília, Liber Livro, 2010.

Zatti, Vicente. *A educação para autonomia em Immanuel Kant e Paulo Freire / Vicente Zatti*. Porto Alegre : UFRGS, 2007

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TÍTULO DA PESQUISA: “AUTODETERMINAÇÃO MASCULINA PARA DEPRESSÃO E SUICÍDIO NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES”.

Pesquisador Responsável: Luiz Carlos Dias Lima de Oliveira.

CAAE: 64013722.0.0000.5564

Nº Parecer de Aprovação: 5.737.276

Na perspectiva da Autodeterminação, as motivações são consideradas expressão, emoção, significação, interpretação, relação ou regulação de uma troca, pois elas se alteram conforme o público e os contextos. Neste trabalho será desenvolvida uma pesquisa qualitativa que utilizará a teoria da Autodeterminação e das Masculinidades para entender as necessidades psicológicas básicas e os princípios das motivações intrínseca e extrínseca, bem como das causas do desenvolvimento da depressão e da ideação suicida em homens gaúchos.

Dessa forma, você está sendo convidado para participar de uma pesquisa que tem como objetivo interpretar, na perspectiva da teoria da autodeterminação: como o pertencimento, as competências e a autonomia estão relacionadas com o desenvolvimento de depressão ou ideação suicida. Informamos que a sua participação é voluntária e que você poderá sair do estudo a qualquer momento que solicitar, sem prejuízos de nem um ônus.

Para participar, você precisará responder a algumas perguntas, as quais serão gravadas (em dispositivo de mídia digital), ao assinar este documento, você declara estar em concordância com este procedimento. Assim, toda vez que estivermos juntos, poderei fazer anotações em um diário que irão me ajudar a pensar sobre a pesquisa. As informações que você der, em nossas conversas, serão utilizadas para esta pesquisa e serão mantidas no sigilo para que você não seja identificado.

Ao falar sobre depressão e suicídio relacionados à saúde do homem, aspectos psicológicos e emocionais podem ser acessados de modo a causar incômodo no momento da entrevista e isso pode representar um risco para você. Entretanto, caso isso ocorra, a conversa será interrompida e será reiniciada quando você julgar pertinente. Neste caso lhe ofertarei amparo por meio de uma escuta terapêutica, a fim de superar o sentimento causado pela lembrança, caso julgue necessário, um profissional terapeuta poderá acompanhá-lo na oferta de um suporte psicológico (o próprio pesquisador é um psicólogo treinado e com expertise para fornecer todo suporte psicologico necessário, caso necessite).

Outro risco eminente diz respeito a identificação e quebra de sigilo de informações. Esse será previamente evitado, uma vez que você será encorajado a utilizar nomes fictícios para a entrevista e também será assegurado o arquivo em mídia

sendo os dados de responsabilidade do pesquisador por um período de cinco anos e, após esse período serão descartados.

Caso qualquer medida de risco ocorra durante ou depois de qualquer entrevista, os pesquisadores informarão imediatamente ao local de coleta de dados.

Quanto aos benefícios desta pesquisa, ao fornecer o seu relato, você poderá refletir sobre suas experiências de vida, poderá apresentar suas queixas, algo motivador no auxílio para o seu processo de recuperação e reabilitação.

Os resultados deste estudo serão analisados, publicados e apresentados em eventos científicos. Eles serão importantes para que se possa entender como a autodeterminação para depressão e suicídio masculino estão relacionados com as masculinidades, especialmente na cultura gaúcha. Destaca-se que os resultados desta pesquisa serão apresentados posteriormente a todos os participantes e funcionários do local de pesquisa por meio de uma sessão solene onde o pesquisador fará uma palestra abordando as principais questões investigadas e suas contribuições para o avanço na discussão da depressão e suicídio entre homens, sendo o anonimato dos participantes assegurado.

Você receberá uma via assinada deste documento e qualquer dúvida que você tiver ou informação que precisar sobre o estudo e sua metodologia, poderá entrar em contato comigo (Luiz Carlos Dias Lima de Oliveira – pesquisador responsável; ou Jeferson Santos Araújo – membro da pesquisa) pelo telefone: (54) 991646499; e-mail: lc.dias.oliveira@gmail.com, ou através do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Chapecó, localizado na Rodovia SC 484 Km 02, no Bloco A- sala 108, endereço eletrônico sae.ch@uffs.edu.br.

Agradeço pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Dias Lima de Oliveira

Após ter lido e compreendido as informações acima, concordo em participar desta pesquisa. Afirmo estar ciente das informações contidas no presente documento, além de ter recebido uma cópia do mesmo, dessa forma, autorizo a utilização das informações compartilhadas da entrevista concedida ao pesquisador para o estudo, que poderá ser publicado e utilizado em eventos científicos. Também concordo que a entrevista seja gravada, e que o pesquisador me observe durante nossos encontros.

Data:

Assinatura do Participante OU Digital

Apêndice B - Questionário de Autodeterminação para Depressão e Suicídio do homem gaúcho



Primeiro momento

Características sociais, demográficas e clínicas dos participantes.

Nome fictício: _____ Idade: _____ anos
completos (à data da coleta)

Cor da pele: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Religião: _____

Ocupação: _____ Renda familiar: _____

Número de filhos: _____

Sexo e Idade dos filhos: _____

Você reside em: () Casa própria () Casa alugada () Casa cedida

Por qual motivo que você está buscando a assistência no CAPS? _____

Você possui alguma doença previa? _____

Você se autodeclara: () Saudável () Doente

Você está ou esteve bebendo/usando bebida alcoólica ou alguma outra droga ou substância ao longo da vida?

Segundo momento

Você pensa ou já pensou que a vida não vale a pena? Por que?

Você vem tendo pensamentos de se machucar, não se tratar (ficar doente)?
Por que?

Você já pensou ou chegou a tentar tirar a sua vida em algum momento?
Por que?

Por algum motivo você já sentiu algum sentimentos/emoções profundo que pensou que iria morrer? Se sim porque?

(Caso afirmativo para questão 4) Descreva qual sentimentos/emoções ou emoção você sentiu?(descreva)

(Caso afirmativo para questão 4) O que você fez quando sentiu esse sentimento?

Aconteceu alguma mudança que você considera significativa que te levaram a desenvolver sentimentos/emoções que você considera ruins para sua vida?

Você tem pessoas da família ou amigos com quem pode contar quando tem sentimentos/emoções ruins? Se sim, qual e porque?

Você tem planos para o futuro? Se sim, quais?

Caso esses planos não se realizem, como você acha que vai se sentir ?
Porque ?

Na sua concepção, quais motivos você tem para viver? Porque ?

Ultimamente você sentiu ou estar sentindo algum sentimentos/emoções que acha que não consegue suportar? Qual? Porque?

Você se sente insatisfeito com alguma coisa da sua vida? Porque?

Você sente que mereça ser punido por alguma coisa da sua vida? Porque?

Você costumava conseguir chorar, mas agora não consegue, ainda que queira. Porque?

Como homem, relacionada a sua masculinidade, você considera que alguma coisa da sua vida não está correta ou que poderia melhorar? Se sim porque?

Às vezes você sente falta de alguém verdadeiramente próximo que te compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas pessoais? se sim porque? Se não, quem é essa pessoa e que você escolheu para conversar?

O que é a depressão para você ?

O que o suicídio para você ?

Você fez ou faz uso de algum tipo de medicação para depressão ou pensamentos suicidas? Se sim quais?

ANEXO A: Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas



DECLARAÇÃO DE CIENCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

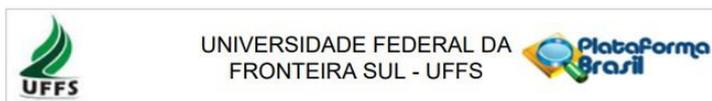
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL UFFS
CAMPUS ERECHIM CURSO DE POS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
Comité de Ética em Pesquisa - CEP

Com o objetivo de atender as exigências para obtenção de parecer do Comité de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, o representante legal da Comunidade Terapêutica Peniel, com endereço à Rodovia RS-153 Km 5, Passo Fundo/RS, envolvidos no projeto de pesquisa intitulado “Depressão e Suicídio Masculino na Perspectiva da Autodeterminação e das Masculinidades Gaúchas”, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes.

Passo Fundo/RS;_____.

Assinatura e carimbo pelo responsável pela instituição

ANEXO B: Aprovação do Comitê de Ética



Continuação do Parecer: 5.755.058

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2028965.pdf	05/11/2022 18:25:56		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modificado_TCLE.docx	05/11/2022 18:24:53	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Modificado_brochura_do_pesquisador.docx	05/11/2022 18:23:49	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Carta.doc	05/11/2022 18:20:43	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	06/10/2022 15:40:34	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	DOC15.pdf	06/10/2022 15:23:00	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DOC13.pdf	06/10/2022 15:18:10	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	DOC12.pdf	06/10/2022 15:15:48	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/10/2022 15:13:24	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	DOC11.pdf	06/10/2022 15:12:39	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	DOC10.pdf	06/10/2022 15:09:15	LUIZ CARLOS DIAS LIMA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 11 de Novembro de 2022

Assinado por:
Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.802-112
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br